

Ministério da Agricultura,
Pecuária e Abastecimento



Superintendência Federal de Agricultura em Goiás



GOIÂNIA, FEVEREIRO DE 2008



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Superintendência Federal de Agricultura Pecuária e Abastecimento em Goiás
Seção de Planejamento e Acompanhamento - SPA



Ministro de Estado da Agricultura Pecuária e Abastecimento
REINHOLD STEPHANES

Secretário Executivo
SILAS BRASILEIRO

Secretário de Política Agrícola
EDILSON GUIMARÃES

Secretário de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo
MARCIO ANTONIO PORTOCARRERO

Secretário de Defesa Agropecuária
INACIO AFONSO KROETZ

Secretário de Produção e Agroenergia
MANOEL VICENTE FERNANDES BERTONE

Secretário de Relações Internacionais do Agronegócio
CÉLIO BROVINO PORTO

Superintendente Federal de Agricultura em Goiás
HELVÉCIO MAGALHÃES RIBEIRO



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Superintendência Federal de Agricultura Pecuária e Abastecimento em Goiás
Seção de Planejamento e Acompanhamento - SPA



Superintendência Federal de Agricultura - SFA

HELVÉCIO MAGALHÃES RIBEIRO

Divisão Técnica - DT

ANTÔNIO ALBINO DA SILVA

Divisão Administrativa - DAD

WAGNER PEREIRA VASCONCELOS

Serviço de Sanidade Agropecuária- SEDESA

SÔNIA REGINA DE LIMA JÁCOMO

Serviço de Inspeção de Produtos Agropecuários - SIPAG

SERGIO ANTÔNIO NOVATO NETO

Serviço de Fiscalização Agropecuário - SEFAG

EMÍLIO EDUARDO CURTISS ALVARENGA

Serviço de Política e Desenvolvimento Agropecuário - SEPDAG

SOLINO CÂMARA FILHO

Serviço de Gestão da Vigilância Agropecuária - VIGIAGRO

VALDEVINO BERNARDES DE MELO

Seção de Planejamento e Acompanhamento - SPA

SAULO DIVINO PEREIRA

***ROL
DOS
RESPONSÁVEIS***



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Superintendência Federal de Agricultura Pecuária e Abastecimento em Goiás
Seção de Planejamento e Acompanhamento - SPA



DECLARAÇÃO ROL DE RESPONSÁVEIS

I – PLENA

Declaro, para fins do disposto no parágrafo 1 do art. 5º da Decisão Normativa T.C.U. nº 85/2.007, que as informações sobre o ROL DE RESPONSÁVEIS desta unidade jurisdicionada, da qual sou dirigente máximo, contidas em banco de dados informatizados, são fidedignas.

Estou ciente das responsabilidades civis desta declaração.

Goiânia, 28 de fevereiro de 2.008

HELVÉCIO MAGALHÃES RIBEIRO
Superintendente Federal de Agricultura em Goiás



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Superintendência Federal de Agricultura Pecuária e Abastecimento em Goiás
Seção de Planejamento e Acompanhamento - SPA



DECLARAÇÃO UNIDADE PESSOAL

I - PLENA

Declaramos que os componentes do ROL DE RESPONSÁVEIS DESTA Superintendência, entregaram as declarações de bens e rendimentos, de que se trata a Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1.993, referente ao ano base 2.006 do exercício de 2.007, visando atender o disposto no anexo IV, inciso III 5º da Decisão Normativa T.C.U. nº 71, de 07 de dezembro de 2.005, publicada no D.O.U. de 23.12.2.005.

Estou ciente das responsabilidades civis desta declaração

Goiânia, 28 de fevereiro de 2.008

**Gilson Nunes dos Santos
Chefe da SRH/DAD/SFA-GO**



APRESENTAÇÃO

A gestão pública é um dos paradigmas mais emblemáticos da atualidade, tendo sido bastante exigida e aperfeiçoada, pois o mundo migrou de uma sociedade industrial para uma sociedade que valoriza sobremaneira o uso da informação e do conhecimento. Como consequência das transformações sociais, econômicas, tecnológicas, políticas e dos efeitos da globalização, o Estado tem que alterar o seu papel, passando a desenvolver funções de promoção e de regulação das atividades, adequando a administração pública às novas exigências mundiais.

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), tem se adaptado, procurando adequar-se às tendências dessa nova forma gerencial, com modernas técnicas de gestão e tem obtido resultados que demonstram o comprometimento da instituição, através com a sua missão: ***promover o desenvolvimento sustentável e a competitividade do agronegócio em benefício da sociedade***

A Superintendência Federal de Agricultura em Goiás (SFA-GO), a exemplo das transformações ocorridas no MAPA, e também no agronegócio, não poderia deixar de promover o aperfeiçoamento de sua gestão operacional, para que sejam dadas respostas às demandas dos parceiros, dos agentes e clientes do governo federal e da sociedade em geral, objetivando:

- ***Garantir a segurança alimentar,***
- ***Garantir a inocuidade e a qualidade dos alimentos,***
- ***Estimular a agregação de valor na produção agropecuária,***
- ***Melhorar a qualidade e o acesso às informações,***

- Buscar maior efetividade nas formulação e implementações políticas para o agronegócio; promovendo o agronegócio e a imagem do MAPA, bem como; aprimorando as articulações e participações nas ações do MAPA,

- Ter eficiência e transparência na execução técnica, orçamentária e financeira, etc.

O Relatório Anual de Trabalho da SFA-GO, no exercício de 2007, fornece as principais informações sobre as atividades realizadas pela dedicada equipe de servidores desta Superintendência.

HELVÉCIO MAGALHÃES RIBEIRO
Superintendente Federal de Agricultura em Goiás

Elaboração

COORDENAÇÃO: Saulo Divino Pereira
Denise Marcelino Ferreira

COLABORAÇÃO: Divisão Técnica - **DT**

Serviço de Sanidade Agropecuária- **SEDESA**
Serviço de Inspeção de Produtos Agropecuários - **SIPAG**
Serviço de Fiscalização Agropecuário - **SEFAG**
Serviço de Política e Desenvolvimento Agropecuário - **SEPDAG**
Serviço de Gestão da Vigilância Agropecuária - **VIGIAGRO**

Divisão de Apoio Administrativo – **DAD**

Seção de Programação e Acompanhamento – **SPA**

FORMATAÇÃO: Rodrigo Di Giovannantonio Graziani
Jordana Lisboa

CONFERÊNCIA: Saulo Divino Pereira

Relatório de Gestão

1. DADOS GERAIS SOBRE A UNIDADE JURISDICIONADA

- 1.1. NOME: SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA EM GOIÁS
SFA-GO
- 1.2. NATUREZA JURÍDICA: ÓRGÃO PÚBLICO FEDERAL DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA
- 1.3. VINCULAÇÃO: MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
- 1.4. NORMATIVOS DE CRIAÇÃO, DEFINIÇÃO DE COMPETÊNCIA E ESTRUTURA DE RESPECTIVA DATA DE PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO :
PORTARIA Nº 300 DE 16/06/2005, PUBLICADA NO D.O.U. DE 20/06/2005
- 1.6 CNPJ: 00.396.895/0032-21
- 1.7. NOME : SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA EM GOIÁS
CÓDIGO NO SIAFI : 130080
- 1.8. CÓDIGO DA UNIDADE JURIDICA TITULAR DO RELATÓRIO: 130080
- 1.9. CÓDIGO DAS UNIDADES JURÍDICAS ABRANGIDAS : “NÃO CONSOLIDA OUTRAS UNIDADES”
- 1.10. ENDEREÇO: PRAÇA CÍVICA Nº 100, CENTRO – GOIÂNIA/GO – CEP 74.003-010
- 1.11 ENDEREÇO NA INTERNET : E-MAIL: gab-go@agricultura.gov.br
- 1.12 FUNÇÃO DE GOVERNO PREDOMINANTE : AGRICULTURA
- 1.13 TIPO DE ATIVIDADE : EM FUNCIONAMENTO

SUMÁRIO

I – DADOS GERAIS SOBRE A UNIDADE JURISDICIONADA	08
II – ROL DOS RESPONSÁVEIS (DECLARAÇÃO)	14
III – RELATÓRIO DE GESTÃO	15
A – ATIVIDADES FINALÍSTICAS	16
1. DIVISÃO TÉCNICA – DT/SFA-GO.	18
1.1. SERVIÇO DE SANIDADE AGROPECUÁRIA – SEDESA	19
1.1.1. ÁREA ANIMAL	21
1.1.1.1. DETALHAMENTO DAS AÇÕES	24
1.1.1.2. PROGRAMA NACIONAL DE ERRADICAÇÃO DA FEBRE AFTOSA	25
1.1.1.3. PROGRAMA NAC. DE CONT. E ERRADICAÇÃO DA BRUCELOSE E DA TUBERCULOSE	28
1.1.1.4. PROGRAMA NACIONAL DE SANIDADE AVÍCOLA – PNSA	29
1.1.1.5. PROGRAMA NACIONAL DE SANIDADE DOS EQUÍDEOS	33
1.1.1.6. PROGRAMA NACIONAL DE SANIDADE SUÍNA	33
1.1.1.7. PROGRAMA NAC. DE CONT. DA RAIVA DOS HERBÍVOROS E OUT. ENCEFALOPATIAS	35
1.1.1.7.1. CONTROLE DA RAIVA DOS HERBÍVOROS	35
1.1.1.7.2. PREVENÇÃO DA ENCEFALOPATIA ESPONGIFORME BOVINA – BSE	36
1.1.1.8. PROGRAMA NACIONAL DE CONTROLE DE RESÍDUOS – PNCR	37
1.1.1.9. SERVIÇO BRASILEIRO DE RASTREABILIDADE DA CADEIA PRODUTIVA DE CARNE DE BOVINO E BUBALINOS - SISBOV	37
1.1.1.10. TRANSITO DE ANIMAIS	39
1.1.1.11. EDUCAÇÃO SANITÁRIA	40
1.1.1.12. CÁLCULO DOS INDICADORES DE DESEMPENHO	43
1.1.2. ÁREA VEGETAL	48
1.1.2.1. DETALHAMENTO DAS AÇÕES	49
1.1.2.1. VIGILÂNCIA E FISC. DO TRÂNS. INTERNACIONAL E INTERESTADUAL DE VEGETAIS E SEUS PRODUTOS	49
1.1.2.2. PREVENÇÃO E CONTROLE DE PRAGAS EM OLEAGINOSAS E PLANTAS FIBROSAS	50
1.1.2.3. PREVENÇÃO E CONTROLE DE PRAGAS DA HORTICULTURA	52
1.1.2.4. PREVENÇÃO E CONTROLE DE PRAGAS NA FRUTICULTURA	53
1.1.2.5. ERRADICAÇÃO DO CANCRO CÍTRICO	54
1.1.2.6. PREVENÇÃO E CONTROLE DA SIGATOKA NEGRA	55
1.1.2.7. FISCALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES COM ORG. GENETICAMENTE MODIFICADOS	56
1.1.2.8. PREVENÇÃO E CONTROLE DE PRAGAS DA CANA DE AÇUCAR	57
1.1.2.9. EDUCAÇÃO SANITÁRIA	58
1.1.2.10. ALGUMAS INDICAÇÕES DE EXECUÇÃO DE ATIVIDADES	60
1.1.2.11. CÁLCULO DOS INDICADORES DE DESEMPENHO	61
1.1.2.12. COMPARATIVO DOS RECURSOS DISPONIBILIZADOS E GASTOS NOS DIVERSOS PI'S	69
1.1.2.13. COMENTÁRIOS	71
1.2. SERVIÇO DE INSPEÇÃO DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS – SIPAG	73
1.2.1. INSPEÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	74
1.2.1.1. CÁLCULO DOS INDICADORES DE DESEMPENHO	78
1.2.1.2. COMENT. DOS INDIC. EM RELAÇÃO AO PLANO PLURI-ANUAL E PLANOS INTERNOS	84
1.2.2. INSPEÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DE PRODUTOS VEGETAIS	87
1.2.2.1. INSPEÇÃO DE BEBIDAS	87
1.2.2.2. CÁLCULO DOS INDICADORES DE DESEMPENHO	94
1.2.2.2.1. COMENTÁRIOS	95
1.2.3. QUALIDADE VEGETAL	95
1.2.3.1. OUTRAS INFORMAÇÕES	99
1.2.3.2. CÁLCULO DOS INDICADORES DE DESEMPENHO	102
1.2.3.2.1. COMENTÁRIOS	103
1.3. SERVIÇO DE FISCALIZAÇÃO AGROPECUÁRIA – SEFAG	107
1.3.1. COORDENAÇÃO, SUPERVISÃO E FISC. DA PRODUÇÃO E DO COMÉRCIO DE INSUMOS	108
1.3.2. INSPEÇÃO DA PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE SEMENTES E MUDAS	113
1.3.3. MECANIZAÇÃO E AVIAÇÃO AGRÍCOLA	120
1.3.4. FISCALIZAÇÃO DE AGROTÓXICOS E AFINS	124
1.3.5. FISCALIZAÇÃO DE MATERIAL DE GENÉTICO ANIMAL	128
1.3.6. FISCALIZAÇÃO DE INSUMOS PECUÁRIOS	131
1.3.7. FISCALIZAÇÃO DE PRODUTOS VETERINÁRIOS	137

1.4. SERVIÇO DE POLÍTICA E DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO – SEPDAG	143
1.4.1. PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA ORGÂNICA	143
1.4.2. PRODUÇÃO INTEGRADA DE CITROS (PIC) EM GOIÁS	144
1.4.3. SIST. AGROP. DE PROD. INTEGRADA – PROJETO INTEGRAÇÃO LAVOURA – PECUÁRIA	144
1.4.4. PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DO SETOR AGROPECUÁRIO - PRODESA	145
1.4.5. INDICAÇÃO GEOGRÁFICA	147
1.4.6. POLÍTICA AGRÍCOLA.	147
1.4.6.1. CONSELHO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL - CEDRS	147
1.4.6.2. CONSELHO TEMÁTICO DO AGRONEGÓCIO – FIEG	147
1.4.7. SIST. BRAS. DE IDENTIF. E CERTIF. DE ORIGEM DE BOVINO E BUBALINO – SISBOV	148
1.4.8. FOCO NO CLIENTE	148
1.5. SERVIÇO DE GESTÃO DA VIGILÂNCIA AGROPECUÁRIA-VIGIAGRO	150
1.5.1. ESTRUTURA ADMINISTRATIVA, FINANCEIRA E DE PESSOAL	150
1.5.1.1. ATIVIDADES EXECUTADAS	150
1.5.2. CÁLCULO DOS INDICADORES DE DESEMPENHO	155
B. ATIVIDADES DE APOIO	157
2. DIVISÃO DE APOIO ADMINISTRATIVO – DAD	158
2.1. SEÇÃO DE ATIVIDADES GERAIS – SAG	159
2.1.1. SETOR DE MATERIAL E PATRIMÔNIO – SMP	159
2.1.2. SETOR DE TRANSPORTE – STR	160
2.1.3. SETOR DE PROTOCOLO – SPR	161
2.2. SEÇÃO DE RECURSOS HUMANOS – SRH	161
2.2.1. SETOR DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL – SAP	162
2.2.2. SETOR DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAL – SDP	162
2.3. SEÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA – SEOF	162
2.4. SEÇÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – STI	163
2.5. CÁLCULO DO INDICADOR DE DESEMPENHO	164
3. SEÇÃO DE PLANEJAMENTO E ACOMPANHAMENTO – SPA	165
3.1. ORGANOGRAMA FUNCIONAL DA SPA	166
3.2. DEMONSTRATIVOS DE CONVÊNIOS	167
III - DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS.	169
IV – DECLARAÇÃO DE BENS E RENDA POR PARTE DOS RESPONSÁVEIS (DECLARAÇÃO)	173
PRONUNCIAMENTO DE CONTAS	175
DEMONSTRATIVO SOBRE PROCESSOS DE T.C.E. SIMPLIFICADO	176
INFORMAÇÕES SOBRE OCORRÊNCIAS DE PERDAS, EXTRAVIO OU OUTRAS IRREGULARIDADE SEM	177
VI RELATÓRIO DE CORREIÇÃO	179
VII – DEMONSTRATIVOS DE CARTÕES CORPORATIVOS 2006 E 2007	181
VIII - ATOS DE ADMISSÃO, DESLIGAMENTOS, CONCESSÃO DE APOSENTADORIAS E PENSÃO -	189

*Relatório
de
Gestão*

*Atividades
Finalísticas*

Divisão Técnica

DT

1. DIVISÃO TÉCNICA - DT

Dentro da estrutura organizacional da Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Goiás, a Divisão Técnica é a Unidade de Execução Finalística. Sob a sua coordenação são executadas as atividades e ações de:

- I. Defesa sanitária, inspeção, classificação e fiscalização agropecuárias;
- II. Fomento e desenvolvimento agropecuários;
- III. Infra-estrutura rural, cooperativismo e associativismo rural;
- IV. Produção e comercialização de produtos agropecuários.

Para execução dessas atividades e ações a DT conta com cinco Serviços Técnicos:

- V. Serviço de Sanidade Agropecuária – SEDESA
- VI. Serviço de Inspeção de Produtos Agropecuários – SIPAG
- VII. Serviço de Fiscalização Agropecuária - SEFAG
- VIII. Serviço de Políticas e Desenvolvimento Agropecuário – SEPDAG
- IX. Serviço de Gestão da Vigilância Agropecuária – VIGIAGRO

Durante o ano de 2007, a DT participou ativamente da execução das ações técnicas, associando-se aos serviços a ela subordinados, procurando assim atuar como um parceiro ativo no planejamento, nas decisões estratégicas e apoio operacional. Inúmeras reuniões foram realizadas, procurando a interação de ações e o nivelamento das informações entre os diferentes serviços, planejamento, elaboração de programas de trabalho e o incentivo ao processo de tomada de decisões colegiadas.

A execução das atividades físicas e financeiras dos Planos Internos – PI, metas programadas pelos Serviços Técnicos, mesmo com o atraso da aprovação do Orçamento da União e as restrições inerentes ao período eleitoral, manteve-se dentro das expectativas de cada serviço, contribuindo para um avanço e manutenção do *status* sanitário do Estado de Goiás.

Os relatórios específicos de cada Serviço Técnico são apresentados a seguir.

*Serviço de Sanidade
Agropecuária*

SEDESA

1.1. SERVIÇO DE SANIDADE AGROPECUÁRIA - SEDESA

O SEDESA tem como objetivo prevenir enfermidades em animais e vegetais, garantindo a saúde da agropecuária nacional.

No ano de 2007 e de acordo com as ações programadas referentes à Política de Desenvolvimento dos Sistemas de Defesa Sanitária Animal e Vegetal, executou diretamente um elenco de metas programadas no Programa de Trabalho Anual (PT), bem como diversas outras ações não programadas. Paralelamente, realizou de forma indireta, o acompanhamento, a supervisão e avaliação das atividades delegadas por Convênio à Agência Goiana de Defesa Agropecuária - AGRODEFESA.

De forma direta, nas atividades relacionadas à área animal, o SEDESA atua no controle de trânsito de animais, liberação de licenças para importação/exportação de sêmen, embriões e animais vivos, expedição de Certificados Zoossanitários para trânsito internacional de pequenos animais, fiscalização de laboratórios credenciados para exame de Anemia Infeciosa Equina, colheita de urina de bovinos para análise de resíduos biológicos, certificação de granjas de suínos e aves, inclusive de ratitas, expedição de certificados de habilitação de médicos veterinários para realização de exames de brucelose e tuberculose, controle de venda de antígenos para brucelose e tuberculose, coleta de sangue de suínos e aves para renovação ou registro de granjas, sacrifício de bovinos importados, coleta de material de cocho para diagnóstico de uso indevido de cama de aviário, dentre outras atividades. No tocante à área vegetal, promove a análise de processos de importação e exportação de materiais de multiplicação vegetal, fiscaliza lavouras de soja, algodão, milho, arroz e áreas de fruticultura procurando verificar a existência de pragas quarentenárias e não quarentenárias existentes no Estado de Goiás. Também monitora área de cultura de cucurbitáceas (melancia, melão) objetivando exportação dos produtos.

Em 2007 foram repassados à Agrodefesa R\$ 2.896.400,00 para investimento e R\$ 378.136,00 de custeio na defesa animal e R\$ 628.100,00 para custeio e 271.900,00 para investimento para a defesa vegetal.

As atividades delegadas são contempladas nos Planos de Trabalho de Defesa Sanitária Animal e Vegetal, com o objetivo de aumentar a produtividade dos rebanhos e vegetais, minimizando perdas de produção decorrentes de doenças que afetam os animais e pragas que atacam diversas lavouras. Os fiscais federais agropecuários do SEDESA supervisionam essas atividades, em barreiras interestaduais, escritórios locais e regionais e escritório central da Agrodefesa e ainda fiscalizando propriedades agrícolas e pecuárias. Essas

supervisões mostraram que algumas das unidades locais e regionais visitadas apresentaram melhorias significativas quando comparadas ao exercício de 2006, em suas instalações e equipamentos, que em grande parte foram adquiridos com recursos do convênio firmado entre a SFA/GO e a Agrodefesa. Ainda persiste os problemas mais significativos que se relacionam à quantidade diminuta de médicos veterinários, engenheiros agrônomos e pessoal de apoio, no quadro efetivo do Estado. Para sanar esta deficiência o Estado vem realizando contratações temporárias e comissionados, inclusive tendo médicos veterinários e engenheiros agrônomos atuando na Coordenação de Programas Estaduais, o que não é adequado devido à grande rotatividade existente nessas contratações.

O SEDESA conta atualmente com 11 fiscais federais agropecuários com formação médica veterinária e 06 fiscais federais agropecuários com formação em engenharia agrônoma, que, conjuntamente, promovem a defesa sanitária agropecuária no Estado, obedecendo as legislações federais pertinentes.

Dá-se destaque ao Departamento de Saúde Animal do MAPA que iniciou, neste ano, treinamentos em auditoria dos sistemas sanitários relacionados aos diversos Programas sob sua coordenação. Desta SFA/GO foram treinados, no decorrer do ano, 05 fiscais federais. Iniciou-se, paralelamente aos treinamentos, auditorias nos Estados, relacionados aos Programas de Febre Aftosa e de Sanidade Avícola.

Assim, vários Programas Nacionais de Sanidade Animal e Vegetal estão sendo supervisionados e executados, direta ou indiretamente, pelos fiscais federais agropecuários deste SEDESA.

1.1.1. ÁREA ANIMAL

Quadro 01 – Ações Programadas

I – Execução Direta	Unidade de medida	2006			2007		
		Programado	Executado	Produtividade	Programado	Executado	Produtividade
Supervisão e fiscalização do convênio MAPA/AGRODEFESA (escritórios e barreiras sanitárias estaduais)	Escritório	90	91	101,1	103	82	79,61
Fiscalização de Laboratórios credenciados para diagnóstico de AIE.	Laboratório	12	12	100	13	09	69,23
Participação em reuniões da CECAIE	Reunião	08	05	62,5	03	0	0
Colheita de urina em bovinos para diagnóstico de	Amostra	150	150	100	150	150	100

hormônio (substância ação anabolizante I e V)							
Monitoramento de granjas GRSC	Monitoramento	24	21	87,5	25	21	84
Reunião do Comitê Estadual de Sanidade Suína	Reunião	02	02	100	02	01	50
Monitoramento de incubatórios e núcleos aviários de matrizes	Monitoramento	16	18	115,5	17	31	182,35
Reunião do Comitê Estadual de Sanidade Avícola	Reunião	03	13	433,3	3	03	100
Acompanhamento de curso de diagnóstico de brucelose/tuberculose.	Fiscalização	10	04	40	6	03	50
Reunião do Comitê Estadual de Raiva dos Herbívoros	Reunião	03	0	0	3	03	100

Quadro 02 – Principais Ações Não-Programadas

METAS FÍSICAS	Unidade de Medida	2006	2007
		Executado	Executado até novembro
A - Execução Direta			
Habilitação / credenciamento de veterinários para emissão de GTA / CIS-E	Credenciamento	25	13
Emissão de certificado zoossanitário internacional	Certificado	230	151
Controle do trânsito interestadual de produtos e subprodutos de origem animal	Quilo	77.605.884	66.999.800
Habilitação de médicos veterinários para diagnóstico de brucelose e tuberculose	Habilitação	117	44
Sacrifício de animais importados de países de risco para EET	Sacrifício	36	05
Colheita de amostras de produtos destinados à alimentação de ruminantes em propriedades rurais.	Amostra	77	125
Atendimento de denúncia do uso de cama de aviário na alimentação de ruminantes.	Denúncia	28	18
Certificação de núcleos controlados / livres (aves).	Certificação	30	09
Certificação de novas granjas CRSC.	Certificação	03	03
B - Execução Indireta - realizadas pelo órgão executor – Agrodefesa			
Imunização de bovinos contra febre aftosa (média maio + novembro)	animal	19.938.436	19.983.111 *
Propriedades que vacinaram contra febre aftosa (média maio + novembro)	propriedade	120.167	120.328 *
Notificação de enfermidade vesicular	notificação	52	48
Focos de raiva	propriedade	164	76
Casos de raiva (diagnóstico laboratorial)	animal	169	79
Casos de raiva (diagnóstico clínico)	animal	154	04
Imunização contra raiva dos herbívoros	animal	13.725.061	9.311.716
Focos de brucelose	propriedade	735	464
Casos de brucelose	animal	2.769	2.482
Imunização de bezerras contra brucelose	animal	1.454.508	1.217.368
Teste para diagnósticos de brucelose	teste	152.191	124.680
Focos de carbúnculo sintomático	propriedade	06	03
Casos de carbúnculo sintomático	propriedade	19	04
Óbitos/carbúnculo sintomático	animal	19	04
Imunização de animais contra carbúnculo	animal	5.185.808	4.229.540
Focos de botulismo	propriedade	17	33
Casos de botulismo	animal	30	259
Óbitos/botulismo	animal	27	259
Imunização de animais contra botulismo	animal	2.228.679	2.061.349
Testes para diagnósticos de tuberculose bovina	teste	62.743	64.870
Focos de AIE	propriedade	146	164
Casos de AIE	animal	305	397
Teste para diagnóstico de AIE	teste	13.100	13.539
Animais sacrificados (sacrifícios + abate)	Sacrifícios	268	190

Monitoramento de bovinos importados	Animal	555	416
Movimentação de bovinos para abate	animal	3.771.500	3.608.086
Movimentação de bovinos para cria e engorda	animal	5.471.837	5.891.593
Movimentação de bovinos para cria e reprodução	animal	2.390.796	2.488.518
GTAs emitidos para bovinos	GTA	493.656	481.917
Movimentação de suínos para abate	animal	1.183.023	1.292.479
Movimentação de suínos para cria e engorda	animal	1.082.111	1.081.319
Movimentação de suínos para cria e reprodução	animal	27.328	37.054
GTAs emitidos para suínos	GTA	26.216	26.246
Movimentação de animais aquáticos para abate	animal	343.698	472.491
Movimentação de animais aquáticos para cria / engorda	animal	3.753.152	4.252.386
Movimentação de animais aquáticos para cria / reprodução	animal	352.283	454.592
GTAS emitidos para animais aquáticos	GTA	1.722	1.169
Movimentação de eqüídeos para abate	animal	13.459	10.378
Movimentação de eqüídeos para cria / engorda	animal	2.486	2.804
Movimentação de eqüídeos para cria / reprodução	animal	8.027	8.188
GTAS emitidos para eqüídeos	GTA	4.939	5.274
Movimentação de ovinos para abate	animal	12.950	9.000
Movimentação de ovinos para cria / engorda	animal	9.373	11.627
Movimentação de ovinos para cria / reprodução	animal	10.351	8.409
GTAS emitidos para ovinos	GTA	1.139	1.150
Movimentação de caprinos para abate	animal	160	43
Movimentação de caprinos para cria / engorda	animal	1.461	1.798
Movimentação de caprinos para cria / reprodução	animal	579	699
GTAS emitidos para caprinos	GTA	113	134
GTAS emitidos para aves	GTA	51.471	52.396

* Dados referentes à vacinação (etapa) do mês de Maio/2007.

1.1.1 - DETALHAMENTO DAS AÇÕES:

Programas Nacionais cuja unidade gestora é o Serviço de Sanidade Agropecuária - SEDESA, os quais atualmente são desenvolvidos:

FEBREAFTOSA: Programa Nacional de Erradicação da Febre Aftosa

PNCEBT: Programa Nacional de Controle e Erradicação da Brucelose e da Tuberculose

PNSA – Programa Nacional de Sanidade Avícola

PCDEPEM – Programa Nacional de Sanidade dos Equídeos

PNSS – Programa Nacional de Sanidade Suína

VACALOUCA – Programa Nacional de Controle da Raiva dos Herbívoros e outras Encefalopatias

PNCR – Programa Nacional de Controle de Resíduos

SISBOV – Serviço Brasileiro de Rastreabilidade da Cadeia Produtiva de Carne de Bovinos e Bubalinos

VIGIZÔO – Trânsito de Animais

EDUCAÇÃO SANITÁRIA

1.1.1.2 - PROGRAMA NACIONAL DE ERRADICAÇÃO DA FEBRE AFTOSA

O programa é desenvolvido pela Agência Goiana de Defesa Agropecuária-Agrodefesa, que tem como objetivos principais a execução a campo das atividades delegadas por convênio com o MAPA, no tocante à defesa sanitária. Acompanha, monitora e fiscaliza as campanhas de vacinação anti-aftosa realizadas nos meses de maio e novembro, realiza também a fiscalização das casas comerciais que revendem as vacinas anti-aftosa e outras vacinas de campanhas oficiais de vacinação, realiza as ações de vigilância epidemiológica, atendimento às suspeitas de enfermidades vesiculares, fiscalização do trânsito de animais e de eventos agropecuários, educação sanitária, profilaxia e controle de doenças que possuem Programas oficiais implantados. O SEDESA/SFA/GO acompanha e supervisiona estas ações.

Em março ocorreu auditoria realizada pela DG-SANCO, representando a Comunidade Econômica Européia – CEE, no sistema de defesa sanitária animal e rastreabilidade, sendo que nesta auditoria os trabalhos concentraram-se em frigoríficos, propriedades rurais inseridas no novo SISBOV (Estabelecimentos Rurais Aprovados Sisbov – ERAS), entidades certificadoras credenciadas junto ao SISBOV, unidades de atenção veterinária e barreira sanitária na divisa com Estado não habilitado para exportação à União Européia (GO-MS).

O SEDESA/GO juntamente com a AGRODEFESA, no mês de abril, iniciaram os trabalhos para sensibilizar e divulgar informações aos revendedores de vacinas anti-aftosa, médicos veterinários (RTS das revendas de vacinas de febre aftosa) e também harmonizar e divulgar ações realizadas pelos serviços oficiais (estadual e federal) embasados no manual intitulado “Orientações para fiscalizações do comércio de vacinas contra febre aftosa e para controle e avaliação das etapas de vacinação”, elaborado pelo MAPA, em agosto de 2005. Foram proferidas palestras por fiscais federais deste SEDESA, do SEFAG, da Agrodefesa e do CRMV-GO, abordando os seguintes temas: orientações gerais sobre supervisões e controles do comércio de vacinas anti-aftosa, fiscalização de medicamentos para uso veterinário, especialmente os controlados, fiscalização do comércio de vacinas e atribuições do responsável técnico nos estabelecimentos comerciais de produtos de uso veterinário. Neste evento desenvolveu-se, ainda, o método SOMA, através da aplicação de pré e pós teste, abordando os

conhecimentos relativos às atividades e procedimentos desenvolvidos nas revendas para comercialização de vacinas anti-aftosa.

Durante a etapa de vacinação anti-aftosa do mês de maio, foram dadas entrevistas para rádios e emissoras de TVs sobre a fiscalização da campanha de vacinação anti-aftosa e ainda foram fiscalizadas revendas/distribuidoras de vacinas em vários municípios do Estado.

Como resultado observou-se que é necessário que a fiscalização, por parte do órgão estadual de defesa, seja padronizada e intensificada, inclusive com adoção de medidas punitivas junto às revendas de vacinas anti-aftosa, com aplicação das penalidades cabíveis.

Com relação à campanha de vacinação anti-aftosa- etapa maio de 2007, destacamos os índices vacinais de 98,78%, sendo vacinado um rebanho total de 20.229.767 cabeças.

No período de 25 de junho a 06 de julho de 2007, por determinação do Departamento de Saúde Animal – DSA realizou-se auditoria no órgão de defesa sanitária animal do Estado, por um auditor da Divisão de Febre Aftosa/MAPA - Brasília e por um fiscal federal do SEDESA/MT. Os resultados desta auditoria foram apresentados em relatório, onde se verificou vários estrangulamentos no sistema de defesa sanitária em execução no Estado, vindo de encontro com as observações apontadas nos relatórios de supervisão realizados pelo SEDESA/GO.

Em agosto realizou-se em Brasília, reunião para discutir relatório de auditoria da missão europeia, resultado de visita em março 2007, apresentando os principais pontos de estrangulamento existentes nos diversos sistemas sanitários estaduais que fazem comércio de carnes com a União Europeia, enfatizando principalmente as falhas nos bancos de dados do Sistema SISBOV, os cadastros dos produtores nos órgãos de execução estaduais e a existência de certificados fraudados, de exportação de produtos cárneos.

Como continuidade dos procedimentos pertinentes aos controles de Febre Aftosa e para atender exigências da União Europeia com relação ao controle regular da eficácia da vacinação contra a febre aftosa nos rebanhos exportáveis para aquele mercado, procedeu-se nos meses de outubro e novembro, o monitoramento sorológico para avaliar os títulos de anticorpos contra a vacina em animais rastreados, registrados no SISBOV e abatidos em frigoríficos habilitados para a UE. Em Goiás as 79 coletas foram realizadas por fiscais do SEDESA e SIFs, em 09 frigoríficos exportadores para a UE. Os soros foram testados para a presença de anticorpos contra os três tipos de vírus presentes na vacina empregada no país, e foram

considerados imunizados os bovinos cujas amostras apresentarem títulos de proteção para, pelo menos, dois tipos de vírus. Este procedimento de coleta em frigoríficos habilitados a exportação para UE será preconizado trimestralmente, buscando, desta forma, manter um monitoramento sorológico dos animais cuja carne é exportada para esse mercado.

A campanha de vacinação anti-aftosa – etapa novembro de 2007, foi prorrogada no estado, devido a escassez de chuvas e as condições físicas do rebanho; assim tal campanha iniciou-se em novembro e estendeu-se até o dia 10 de dezembro, sendo esta a última data para aquisição de vacina anti-aftosa e vacinação do rebanho.

Em novembro ocorreu novamente no Brasil, auditoria pela DG-SANCO, representando a Comunidade Econômica Européia – CEE. Foram auditados os estados de GO, MS e MG. Foram auditados frigoríficos habilitados à exportação para a União Européia, unidades locais de atenção veterinária, estabelecimentos rurais aprovados SISBOV-ERAS, tanto fazendas de criação como confinamentos. Dentre os aspectos observados podemos destacar: a falta de congruência entre as informações de rebanho e movimentação existentes tanto nas unidades locais de atenção veterinária quanto na Base Nacional de Dados-BND-SISBOV, ausência ou comunicação em prazo expirado da informação de movimentação realizadas pelo produtor rural tanto para a certificadora como para a unidade local de atenção veterinária, procedimentos para emissão de GTAs nas unidades locais, registros e procedimentos adotados nas campanhas de vacinação anti - aftosa, comunicação de trânsito interestadual e controles para trânsito entre área habilitada e não habilitada.

Em novembro houve reunião técnica do PNEFA, para discussão e padronização dos procedimentos, metodologia e cronograma a serem implantados no monitoramento sorológico para avaliação da circulação viral, a ser desenvolvido nos estados brasileiros habilitados à exportação para União Européia, e ainda nos estados de São Paulo e Paraná. Em Goiás o início das colheitas de material será em fevereiro de 2008, sendo a conclusão dos trabalhos em junho de 2008. Este estudo irá envolver propriedades classificadas como de risco e propriedades incluídas no novo SISBOV, os chamados Estabelecimentos Rurais Aprovados SISBOV-ERAS. Tal sorologia trata-se de mais um requisito para atendimento das exigências da União Européia para obter garantias sobre a sanidade animal, visando a importação de carnes para este mercado.

1.1.1.3 - PROGRAMA NACIONAL DE CONTROLE E ERRADICAÇÃO DA BRUCELOSE E DA TUBERCULOSE – PNCEBT

O PNCEBT é regido pela Instrução Normativa 06 de 08/01/04. Em 2006 foi publicada a IN nº30 de 07/06/2006 que trata da habilitação dos médicos veterinários da iniciativa privada e também a Instrução Normativa 41 de 24/11/2006, que regulamentou os critérios para credenciamento e monitoramento de laboratórios de diagnóstico da brucelose bovina e bubalina.

Dentre as ações do Programa enfatiza-se a vacinação obrigatória das bezerras de 03 a 08 meses de idade, controle inter e intra-estadual de trânsito, controle de animais em eventos agropecuários, cadastramento de médicos veterinários para atuarem na vacinação e habilitação de médicos veterinários para realizarem diagnósticos e certificação de propriedades.

No ano de 2007, entre as atividades desenvolvidas pelo SEDESA/SFA/GO junto ao PNCEBT, destacou-se, dentre outras, as palestras proferidas nos cursos para habilitação de médicos veterinários para atuarem junto ao programa. Também é o SEDESA o responsável pela comercialização de antígenos e tuberculinas. Tais insumos são produzidos e comercializados pelo Instituto de Tecnologia do Paraná – TECPAR e colocados sob consignação junto ao SEDESA para venda aos médicos veterinários habilitados. O SEDESA também acompanhou e coordenou a realização de exames para brucelose e tuberculose em uma propriedade leiteira resultando na primeira certificação de propriedade livre das doenças, no Estado de Goiás.

Os médicos veterinários autônomos, após participação no curso de habilitação para atuarem no Programa e a comprovação de possuir os equipamentos e as condições necessárias à realização das técnicas diagnósticas, podem solicitar a SFA sua habilitação junto ao PNCEBT. Até a presente data estão habilitados 249 médicos veterinários distribuídos em todo o Estado de Goiás. Evidenciamos também a desabilitação de dois médicos veterinários, por descumprir exigências contidas na Instrução Normativa nº 30/2006.

Para melhores esclarecimentos sobre a execução do Programa, em maio ocorreu reunião no CRMV-GO para discutir o PNCEBT. O objetivo foi esclarecer os procedimentos do Programa, tanto executados pelo SEDESA quanto pela Agrodefesa, principalmente no tocante à habilitação de médicos veterinários e a venda, pela SFA/GO, de antígenos e tuberculinas somente a esses, enfatizando que o aparecimento de testes de brucelose e tuberculose não realizados por médicos veterinários habilitados é indício de falsificação de exames o que caracteriza infração ética, passível de punição pelo CRMV. Participaram da reunião, representantes da Superintendência, da Agrodefesa e membros da Diretoria e Conselheiros do CRMV-GO.

Em novembro ocorreu em Pedro Leopoldo/MG o Seminário de padronização dos procedimentos para credenciamento de laboratórios de diagnóstico de brucelose bovina pela prova do 2-mercaptoetanol (2-ME). Durante o evento foram acompanhadas palestras e realizadas discussões. Observou-se que, atualmente, os fiscais do SEDESA são quem realizam as vistorias dos laboratórios para o credenciamento, apesar da CGAL ser a responsável legal para tal procedimento. É necessário, se a continuidade das vistorias for de competência dos SEDESAs, alteração de legislação inclusive no Regimento Interno das SFAs, por estar atualmente, em fase de revisão.

1.1.1.4 - PROGRAMA NACIONAL DE SANIDADE AVÍCOLA – PNSA

O PNSA tem por objetivo a garantia aos consumidores dos mercados interno e externo, de produtos avícolas sanitariamente controlados. Neste sentido baseiam-se as ações do Serviço de Sanidade Agropecuária da Superintendência Federal de Agricultura em Goiás, atuando juntamente com a Agrodefesa, órgão estadual responsável pela execução do Programa.

O SEDESA/SFA/GO atua juntamente com a Agrodefesa, órgão estadual responsável pela execução do Programa.

A partir de fevereiro de 2007 a AGRODEFESA intensificou a realização dos cadastros, registros e acompanhamentos sanitários dos criatórios de aves para a emissão da Guia de Trânsito Animal – GTA para o trânsito interestadual de aves. Estas cobranças atendem aos requisitos da Instrução Normativa nº 17 de 07/04/2006, que trata do Plano Nacional de Prevenção à Influenza Aviária e Prevenção e Controle da Doença de Newcastle.

A cobrança dos registros pela AGRODEFESA fez com que ocorresse um elevado fluxo de proprietários de granjas de aves caipiras à SFA-GO, para regularização destes criatórios.

Os registros têm sua parte documental acompanhada pelo SEFAG e devem possuir um laudo de vistoria conjunto entre SEDESA e SEFAG.

A Instrução Normativa nº 04, de 30/12/1998, que trata do registro e da fiscalização dos criatórios de aves, não se mostrou um instrumento consistente para a avaliação deste tipo de granja, uma vez que para as aves caipiras os produtores insistem que as aves têm que ter acesso a verde e não devem ser criadas em piso de concreto, as propriedades são pequenas e adotam ciclo completo, incluindo aí incubatório e abatedouro, não trabalham com o sistema tudo dentro tudo fora, que permite vazios sanitários adequados, as estruturas são de madeira e de difícil higienização, existe a casa do proprietário e todo o seu fluxo dentro do criatório. Com isto os critérios adotados nas vistorias estão sendo questionados pelos produtores.

Estes primeiros processos de aves caipiras estão sendo submetidos ao DSA e DFIP para confirmação dos pareceres da SFA-GO. Tem sido discutida ainda com esses Departamentos a inclusão de critérios para aves caipiras, na revisão da IN 04.

Em dezembro foi publicada a IN nº. 56 de 04/12/2007 substituindo a IN 04, porém a questão das aves caipiras continua em aberto quanto aos critérios de avaliação.

Em março o Estado de Goiás recebeu auditoria da Comunidade Econômica Européia – CCE, quando foi realizada visita à granja integrada ao Sistema Perdigão Agroindustrial S/A e posteriormente reunião no SIF 1001, para esclarecimentos dos procedimentos adotados pela empresa e ações de atenção veterinária realizados pelo Serviço oficial de defesa sanitária animal. Posteriormente ocorreu reunião com a equipe do SIF 1001 e visita as instalações do abatedouro da empresa Perdigão Agroindustrial S/A.

A auditoria transcorreu de forma satisfatória, porém, ficou claro nos questionamentos feitos pela equipe a necessidade de que o serviço estadual implemente sistema de vigilância em granjas de frango de corte e estabeleça um percentual mínimo de propriedades a serem visitadas a cada ano. Vale ressaltar que a partir de fevereiro de 2007 a Agrodefesa está fazendo o acompanhamento das mortalidades acima de 10%, não sendo mais necessária a colheita em SIF conforme procedimentos descritos no ofício circular DSA/007, de 24/01/2007.

Durante o mês de julho houve a visita, em Goiás, de técnicos e avicultores de Moçambique, que vieram conhecer a estrutura do Serviço de Sanidade Agropecuária e a organização do setor avícola desse Estado. O SEDESA, que explanou como o MAPA participa no processo avícola registrando os estabelecimentos de acordo com as normas técnicas e de biossegurança descrito na legislação e executando a fiscalização das mesmas. A Agrodefesa mostrou a estrutura do serviço estadual, e o presidente da AGA - Associação Goiana de Avicultura, representando o setor privado, apresentou como está formada a estrutura avícola no estado de Goiás, descrevendo desde sua população bem como a organização do setor. Posteriormente os técnicos visitaram a integração do Sistema Perdigão em Rio Verde – GO onde tiveram acesso ao escritório local de atenção veterinária, o SIF e a empresa integradora.

Em 2007 a coordenação do PNSA/MAPA promoveu diversas reuniões para ajuste e padronização para as auditorias do PNSA, sobre os procedimentos e controles a serem solicitados ao longo das auditorias, bem como preparado um “check list”. As equipes da CTQA e do PNSA também discutiram e padronizaram ações de auditoria envolvendo os procedimentos de habilitação dos médicos veterinários na emissão de Guia de Trânsito Animal – GTA. Com o mesmo intuito, vários representantes do PNSA das Superintendências estaduais participaram do

curso básico em auditorias pelo convênio MAPA/PANAFTOSA, na cidade do Rio de Janeiro-RJ. O treinamento visou à preparação das auditorias que ocorreram nos estados a partir de julho, dentro das atividades do Programa Nacional de Prevenção da Influenza Aviária e Prevenção e Controle da Doença de Newcastle.

Entre final de maio e início de junho os representantes do PNSA nos estados participaram da Conferência APINCO 2007 realizada em Santos – SP. Os Fiscais Federais Agropecuários se atualizaram em diversos temas como: Mortalidade embrionária; HACCP em incubação e fábrica de ração; Imunidade in ovo e do neonato; Gerência do Incubatório através da qualidade total; Fatores dietéticos que afetam a saúde intestinal e a colonização por patógenos; Uso de desinfetantes na avicultura: Uma visão crítica; Análise crítica da mortalidade e queda de desempenho de frangos de corte; Adequação de abatedouros para exportação; Procedimentos de produção para atender mercados globalizados; Georreferenciamento e gerenciamento na cadeia produtiva de frangos de corte; Várias doenças que afetam a avicultura; Importância das aves migratórias na difusão de Influenza Aviária e Doença de Newcastle; Interferência das micotoxinas na produção avícola

Ainda em junho houve em Brasília o Curso Simulado de Emergência em Sanidade Avícola. Executou-se então um exercício hipotético de foco de Influenza aviária H5N2, suas causas e efeitos e todas as ações pertinentes ao Serviço de Defesa Sanitária Animal com os procedimentos necessários para identificação, isolamento, contenção, sacrifício dos infectados e apoio à população envolvida.

Em agosto ocorreu em Goiânia, o Encontro Brasileiro de Criadores de Animais Silvestres e Exóticos, com participação de fiscais federais do SEDESA. Na oportunidade, diversos produtores de animais silvestres do estado de Goiás, sobretudo produtores de aves, apresentaram questionamentos a respeito das regras para adequação e credenciamento de criatórios, trânsito intra e interestadual de aves silvestres e prazos para que as adequações sejam realizadas.

Em outubro reuniram-se representantes do Comitê Estadual de Sanidade Avícola – COESA-GO, Agrodefesa, SEDESA/DT/SFA-GO, Responsáveis Técnicos – RTs de granjas de matrizes de frango de corte, RTs de granjas de postura, proprietários e gerentes de granjas no Estado de Goiás para avaliação de estratégias para a implantação das colheitas de amostras em aves de descarte como parte do processo de monitoramentos previstos na Instrução Normativa SDA nº 17 de 06/04/2007 do Plano Nacional de Prevenção da Influenza Aviária e Controle e

Prevenção da Doença de Newcastle. Como resultado final, estabeleceu-se um calendário de atividades visando iniciar as colheitas a partir de janeiro de 2008.

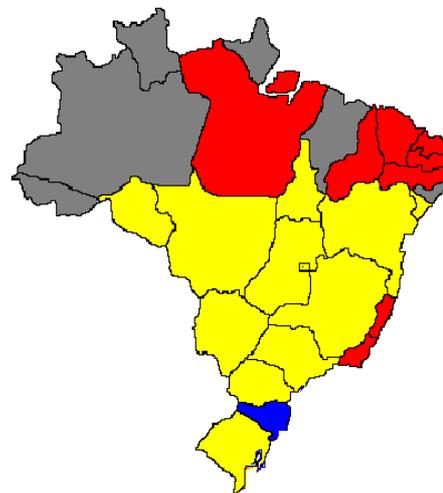
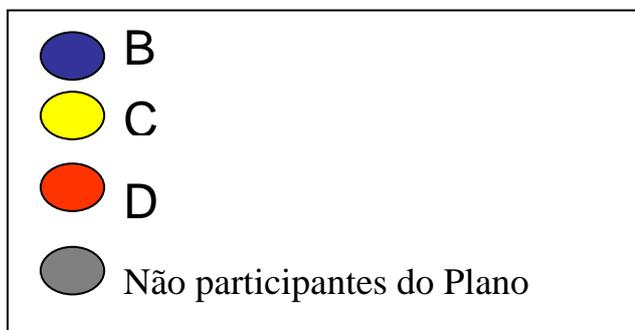
Em dezembro, responsáveis pelo PNSA nos estados reuniram-se para avaliação final das atividades do Programa, ocorridas em 2007 bem como para avaliar a programação para 2008. Na oportunidade foi divulgada a avaliação final das auditorias realizadas em 2007, nos Estados que aderiram ao Plano Nacional de Prevenção à Influenza Aviária e Prevenção e Controle da Doença de Newcastle, conforme tabela e mapa abaixo.

Quadro 03 - OF. DSA Nº 137, de 30/08/2006.

ITENS AVALIADOS	CLASSIFICAÇÃO			
DADOS DE PRODUÇÃO AVÍCOLA	A	B	C	D
SISTEMA DE ATENÇÃO VETERINÁRIA				
RESPOSTA À EMERGÊNCIA SANITÁRIA				
ADEQUAÇÃO ÀS NORMATIVAS DO PNSA				

A classificação A é a de melhor pontuação.

CLASSIFICAÇÃO DOS ESTADOS PARTICIPANTES DO PLANO BRASILEIRO DE PREVENÇÃO À INFLUENZA AVIÁRIA E DOENÇA DE NEWCASTLE



1.1.1.5 - PROGRAMA NACIONAL DE SANIDADE DOS EQUÍDEOS

O Programa Nacional de Sanidade dos Equídeos - PNSE tem como finalidade realizar vigilância epidemiológica e sanitária das principais doenças dos equídeos, tais como o Mormo e a Anemia Infecciosa Equina, visando à prevenção, controle e erradicação em todos os Estados da Federação. Em Goiás, até o presente ano, não foi notificado nenhum caso de Mormo, estando o estado protegido por ações de vigilância e normas de trânsito interestadual de equídeos.

O órgão de defesa estadual – Agrodefesa é responsável pela execução do programa, sob a supervisão do SEDESA, sendo as principais ações de campo referentes ao controle de trânsito dos equídeos, notificação e interdição de propriedades onde foi detectado foco de AIE, sacrifício do animal portador, saneamento e desinterdição da propriedade foco.

No Estado de Goiás existem 13 laboratórios credenciados pelo MAPA para realização de exames de diagnóstico para AIE que foram vistoriados em 2007 com o intuito não só de monitoramento, mas também de orientação aos responsáveis técnicos com relação às exigências a serem atendidas conforme a Portaria nº 84 de 19/10/92, que estabelece as normas de credenciamento e monitoramento de laboratórios que realizam diagnóstico de AIE. Todas as não conformidades encontradas nas fiscalizações realizadas nos laboratórios foram registradas, estabelecido um prazo para que fossem tomadas as providências para a devida adequação.

No mês de julho fiscais do Sedesa participaram de atividades de fiscalização desenvolvidas durante os XV Jogos Pan-Americanos referentes ao desembarço de importação temporária, e posteriormente o retorno ao país de origem, de todos os animais que participaram das provas equestres que se realizaram no Complexo Esportivo de Deodoro-RJ. Foram desempenhadas as atividades previstas na IN 35 de 27/10/2006 e na Norma Interna SDA N. 01/07, que disciplinaram as ações de vigilância agropecuária e defesa sanitária durante os jogos, sendo que um grupo de fiscais foi previamente capacitado em curso ministrado pela UFRRJ, e posteriormente escalados em três equipes que se revezaram durante o período de 04/07/07 a 07/08/07, sendo que neste período, foram recebidos 144 animais, 2 refugados, ficando um efetivo de 142 animais ingressos na Estação Quarentenária de Deodoro – EQD.

1.1.1.6 - PROGRAMA NACIONAL DE SANIDADE SUÍNA

O ano de 2007 encerrou com uma clara necessidade de se estabelecer acréscimos e/ou alterações na condução do Programa em Goiás, podendo ser citados os seguintes: treinamentos de médicos veterinários em emergência sanitária voltada para doenças de suídeos, maior dinamismo no cadastro de estabelecimentos de criação de suídeos, maior dinamismo no

sistema de notificação de doenças de suídeos envolvendo médicos veterinários habilitados e credenciamento de um laboratório público para realizar diagnóstico diferencial em casos suspeitos de doenças enquadradas no chamado “síndrome hemorrágico”.

Uma notável iniciativa por parte do MAPA foi a publicação, em agosto, do Manual de Procedimentos de Defesa Sanitária Animal. Tal manual além de servir como guia das ações tem o objetivo importante de harmonizar os procedimentos na área de defesa sanitária animal no território nacional.

Em 03 de abril, o MAPA publicou a Instrução Normativa nº 08, que aprova dois importantes dispositivos relacionados com a área de sanidade dos suídeos no território nacional: as Normas para o Controle e a Erradicação da Doença de Aujeszky (DA) em suídeos domésticos e o Plano de Contingência para a Doença de Aujeszky (DA) em suídeos domésticos. Esta Instrução Normativa veio preencher uma lacuna que existia na legislação referente a esta doença e passou a servir de base legal para ações sanitárias sobre seu controle e erradicação em nosso país. A aplicação dos dois dispositivos tem formas diferentes. O primeiro depende de adesão voluntária de cada unidade da federação. Ao contrário, o Plano de Contingência para a Doença de Aujeszky em suídeos domésticos é aplicável, obrigatoriamente, na ocorrência de um surto da doença. O Comitê de Sanidade Suína, do Estado de Goiás (COESS), em reunião ordinária, tomou conhecimento do teor da referida Instrução Normativa nº 08 e deliberou enviar um documento a todos os dirigentes de órgãos ligados à defesa sanitária animal do Estado de Goiás e a instituições ligadas à atividade de suinocultura, recomendando a adesão ao Plano de Controle e a Erradicação da Doença de Aujeszky, considerando aquilo que sua aplicação pode significar para a suinocultura do Estado de Goiás na disputa do mercado de exportação de carnes de suínos. No competitivo mercado internacional existe a possibilidade da Doença de Aujeszky ser usada como uma barreira sanitária contra a carne suína produzida no Brasil.

Desde a publicação da Instrução Normativa Ministerial nº 15/2006 surgiu a necessidade de se elaborar um programa de treinamento de médicos veterinários da iniciativa privada, habilitados pelo MAPA, para emissão de Guias de Trânsito Animal para suínos. Assim, em abril o Departamento de Saúde Animal / SDA/MAPA criou um grupo para elaborar este programa. Outro Grupo de Trabalho foi criado para atualizar a Instrução Normativa SDA/MAPA nº 19/2002 que trata da certificação de Granjas de Reprodutores Suídeos Certificadas. Em ambos os grupos foi incluído o nome do responsável pela execução do PNSS deste SEDESA.

Em março, durante reunião promovida pelo IBAMA e Superintendência em Goiás, foi discutida a questão relativa aos javalis (*Sus scrofa scrofa*) em vida livre e em cativeiro. Esta

espécie, exótica para fauna brasileira, já é considerada uma das 100 (cem) piores espécies invasoras, presente em 9 (nove) Estados do país. Para o Programa Nacional de Sanidade Suídea (PNSS) sua importância está na possibilidade de disseminar doenças como a Febre Aftosa e Peste Suína Clássica para outras espécies de interesse econômico. Um dos resultados da discussão foi a criação de um Comitê para tratar do problema, tendo sido indicado como membro o fiscal agropecuário deste SEDESA responsável pela execução do PNSS.

Em agosto, por solicitação do PNSS/SDA/MAPA, o fiscal agropecuário deste SEDESA/GO, responsável pela execução do Programa, participou em auditoria realizada no Órgão Estadual de Defesa Sanitária Animal do Estado de Santa Catarina (CIDASC), juntamente com representantes de Minas Gerais e Santa Catarina. A auditoria teve como objetivo avaliar as atividades de defesa sanitária animal desenvolvidas por aquele órgão na área de sanidade suídea, antecipando várias missões estrangeiras previstas até o final do ano de 2007

Referente às Granjas de Reprodutores Suídeos Certificadas considerou-se que houve avanços nos trabalhos de conscientização dos Responsáveis Técnicos e proprietários quanto à necessidade de corrigir procedimentos de manejo, biossegurança e controles diversos, previstos na legislação vigente. Por outro lado, uma das granjas de reprodutores certificadas pelo MAPA terminou o período com certificação suspensa por não atender normas de biossegurança exigidas por esta mesma legislação. Duas importações de suínos ocorreram durante o ano. A primeira em 26/02, quando chegaram 46 suínos do Canadá, pertencentes às raças Pietran, Landrace e Large White. A segunda em 17/08, 77 suínos vindos da Holanda. Após cumprirem com o período de quarentena de 28 dias e serem submetidos a exames laboratoriais, os animais foram liberados pelo SEDESA/GO para serem incorporados ao plantel da granja com objetivo de melhoramento genético.

1.1.1.7 - PROGRAMA NACIONAL DE CONTROLE DA RAIVA DOS HERBÍVOROS E OUTRAS ENCEFALOPATIAS

1.1.1.7.1 - Controle da Raiva dos Herbívoros

O Serviço de Sanidade Agropecuária – GO é responsável pela supervisão do controle da raiva dos herbívoros no Estado, que é realizado pela Agrodefesa - órgão executor estadual responsável pelas atividades de Defesa Sanitária Animal.

Durante o ano foram realizados pelo SEDESA/SFA/GO e pela Agrodefesa um curso de capacitação sobre raiva, com oito participantes; 47 palestras para 1741 técnicos e produtores; 6 reuniões com 342 participantes, 41 484 orientações técnicas; 2254 divulgações em rádio, 23 em televisão e sete na imprensa escrita.

Também, em 2007, foi instituído o Comitê Técnico de Controle da Raiva dos Herbívoros e Outras Encefalopatias do Estado de Goiás - (CTRH/GO), que possui em sua composição entidades como FAEG, SEAGRO, Escola de Veterinária da UFG, Agrodefesa, CRMV-GO, Secretaria de Saúde do Estado de Goiás, IBAMA, SEMMA. Compete ao CTRH/GO emitir pareceres técnicos, elaborar propostas que visem melhorar o sistema de controle da raiva dos herbívoros e propor normas sobre a vigilância e a profilaxia da Raiva. Nas reuniões realizadas pelo Comitê foi explanada a situação da raiva em Goiás e do Brasil, detalhando as ações do Programa Nacional de Controle da Raiva dos Herbívoros e Outras Encefalopatias – PNCRH, chamando a atenção que atualmente no continente Americano o principal transmissor da doença é o morcego hematófago *Desmodus rotundus*, superando as transmissões por cães raivosos. Também foi apresentada a ocorrência de recentes focos de raiva humana ocorridos entre os anos de 2003 e 2006 nos Estados do Maranhão, Pará e Tocantins onde 58 seres humanos vieram a óbito. Foram apresentados dados epidemiológicos demonstrando que no Estado de Goiás ocorreram 481 casos de raiva em herbívoros e suínos no ano de 2005, o que coloca Goiás em 1º lugar no País em nº de casos e também casos de espoliação de seres humanos por morcegos hematófagos no município de Posse - GO. Há necessidade de cadastramento dos abrigos naturais e artificiais e a criação de equipes exclusivas para realizar o monitoramento e, se necessário o controle populacional da espécie nos abrigos. Também é necessária a publicação do “Plano de Emergência para o Controle da Raiva dos Herbívoros no Estado de Goiás”, que está na Agrodefesa, para análise. Também foi apresentada e avaliada a minuta de folderes para serem utilizados pelos multiplicadores e distribuídos em treinamentos e para produtores rurais.

Em 2007 ocorreu o II curso em gerência do PNCRH, com a participação de fiscal do SEDESA, o qual foi direcionado para a capacitação dos gestores em metodologia e ferramentas de programas governamentais. Durante sua realização foram abordados tópicos como elaboração e acompanhamento de planos de trabalho; gestão de projetos e processos; desenvolver habilidades gerenciais e de trabalho em equipe.

1.1.1.7.2 - Prevenção da Encefalopatia Espongiforme Bovina

Dando continuidade às atividades do Programa Nacional de Controle da Raiva dos Herbívoros e outras Encefalopatias no país, e, em atendimento à Norma Interna nº 01/2005, do Departamento de Saúde Animal do MAPA, foram colhidas 107 amostras de produtos destinados à alimentação de ruminantes em propriedades rurais., durante o ano de 2007, para verificar se houve alimentação de ruminantes com utilização de proteínas de origem animal. Escolheu-se as propriedades alvos de denúncia, granjas leiteiras com a prática de arraçoamento e propriedades

de gado de corte que realizam confinamento ou semi-confinamento de bovinos. Foram atendidas seis denúncias em 36 propriedades rurais quando foram detectados que 14 proprietários estavam utilizando proteína de origem animal (especialmente cama de aviário) para alimentação de ruminantes. Foram protocolados processos com a documentação pertinente e encaminhados ao Ministério Público Federal.

Os bovinos importados existentes em Goiás continuam sendo monitorados pelos médicos veterinários da Agrodefesa. Aqueles animais importados de países considerados como de risco para EEB (GBR III e IV) foram visitados mensalmente, e, aqueles animais importados de países classificados como GBR I e II, a cada dois meses. No corrente ano, por solicitação dos proprietários, foram sacrificados cinco animais de três proprietários, conforme previsto na legislação federal. Atualmente, o Estado possui 39 bovinos importados distribuídos em 15 propriedades, sendo que a maioria das propriedades está localizada em um raio de 100 km de Goiânia.

Houve reunião em Brasília para discutir as estratégias de prevenção da EEB quando foi apresentada a situação do Brasil no mercado mundial de carne com ênfase no risco da EEB para o país, incluindo-se duas palestras com fiscais federais do DFIP e DIPOA; discutidos os principais problemas de cada estado e as principais medidas a serem tomadas para mitigar o risco de surgimento da enfermidade.

1.1.1.8 - PROGRAMA NACIONAL DE CONTROLE DE RESÍDUOS - PNCR

Durante o ano de 2007 foram coletadas 150 amostras de urina em bovinos vivos, atendendo a programação elaborada pelo DSA/MAPA e enviadas para a realização de análises com a finalidade de identificar o uso das substâncias de ação anabolizante dos códigos 510 e 540. Das 150 amostras colhidas pelo SEDESA, todas apresentaram resultados NEGATIVO para o uso de substâncias anabolizantes quer do código 510 ou 540.

Entretanto, em uma amostra colhida em frigorífico, por fiscal federal agropecuário do SIPAG, foi detectado resíduo de Avermectina (abamectina). A propriedade de origem do animal está sendo investigada pelo SEDESA, com nova colheita de amostras para realização de novos exames.

1.1.1.9 - SERVIÇO BRASILEIRO DE RASTREABILIDADE DA CADEIA PRODUTIVA DE CARNE DE BOVINOS E BUBALINOS – SISBOV

Em março de 2007 fiscais federais lotados no SEDESA de Goiás, Rondônia, São Paulo e no SIPAG do Rio Grande do Sul e São Paulo e representantes da Coordenação do

SISBOV estiveram reunidos para elaboração dos novos modelos de relatórios de auditorias de conformidade do novo SISBOV, atendendo Instrução Normativa 17/2006. Foram desenvolvidos os modelos de relatórios de auditoria e “check list” para aplicação nas auditorias de conformidade a serem realizadas nas indústrias frigoríficas, fábricas de elementos de identificação, entidades certificadoras e estabelecimento rural aprovado SISBOV.

Ainda em março ocorreu auditoria realizada pela DG-SANCO, representando a Comunidade Econômica Européia – CEE, no sistema de defesa sanitária animal e rastreabilidade, sendo que nesta auditoria os trabalhos concentraram-se em frigoríficos, propriedades rurais inseridas no novo SISBOV (Estabelecimentos Rurais Aprovados Sisbov – ERAS), entidades certificadoras credenciadas junto ao SISBOV, unidades de atenção veterinária e barreira sanitária na divisa com Estado não habilitado para exportação à União Européia (GO-MS). Em Goiás as auditorias ocorreram nos municípios de Goiânia, Abadia de Goiás, Rio Verde, Itarumã e Itajá.

Nos meses de outubro e novembro ocorreram auditorias de conformidade nas certificadoras credenciadas junto ao SISBOV, sendo que as dez certificadoras cuja matriz está no Estado de Goiás foram auditadas. Estas auditorias de conformidade abrangeram o novo SISBOV e sua forma de implantação e execução nas certificadoras. Dentro deste contexto foram auditadas certificadoras, frigoríficos e Estabelecimento Rurais Aprovados SISBOV (ERAS). Tais auditorias foram realizadas por auditores do SISBOV lotados no SEDESA/GO, SIPAG/GO, SEPDA/GO e ainda por Fiscais Federais Agropecuários da Coordenação de Sistemas de Rastreabilidade/MAPA/Brasília e do SEFAG/TO.

Das dez auditorias realizadas uma certificadora foi suspensa, duas foram descredenciadas por não estarem em funcionamento e uma ainda não estava operando dentro do novo SISBOV, possuindo apenas animais inseridos no sistema antigo.

Vale ressaltar que durante estas auditorias foram detectadas não conformidades em alguns ERAS, constituindo processos que estão tramitando de acordo com a Instrução Normativa 17/2006.

Realizou-se também no segundo semestre deste ano um trabalho conjunto entre MAPA e órgãos de defesa sanitária animal, no caso de Goiás - Agrodefesa, no qual servidores dessa Agência vistoriaram as propriedades rurais cadastradas na Agrodefesa e inseridas no novo SISBOV.

Em novembro o Estado de Goiás recebeu a segunda auditoria da DG-SANCO, representando a Comunidade Econômica Européia- CEE, realizada nos municípios de Goianira,

Nerópolis, Goiânia e Cachoeira Alta. Foram auditados frigoríficos, certificadoras credenciadas junto ao SISBOV, ERAS e unidades locais de atenção veterinária.

O ano de 2007 caracterizou a transição do Sistema Brasileiro de Identificação e Certificação de Origem - SISBOV (antigo) para o novo denominado Serviço Brasileiro de Rastreabilidade da Cadeia Produtiva de Bovinos e Bubalinos. Houve grande movimentação da cadeia envolvida na produção de carne bovina no sentido de adequações ao novo sistema, e ainda implantação de novas regras até então não exigidas; tudo isto causou resistência ao novo sistema, dificuldades na sua execução, situação esta que refletiu nas não conformidades realizadas ao longo das auditorias e que necessitam ser revistas no sentido de fortalecer o sistema de rastreabilidade adotado no Brasil.

1.1.1.10 -TRÂNSITO DE ANIMAIS

Após a publicação da Instrução Normativa MAPA nº 18, de 18 de julho de 2006, que aprovou o novo modelo da Guia de Trânsito Animal (GTA) a ser utilizado em todo o território nacional para o trânsito de animais vivos, ovos férteis e outros materiais de multiplicação animal, destaca-se as mudanças no trânsito interestadual de cães e gatos, para o qual fica dispensado a exigência da GTA, sendo necessário apenas atestado sanitário emitido por médico veterinário comprovando a saúde dos mesmos, com destaque para a comprovação de imunização anti-rábica e o atendimento às medidas sanitárias definidas pelo serviço veterinário oficial.

Para a emissão de GTAs, a Agrodefesa passou a ser a distribuidora dos blocos com as guias, aos médicos veterinários credenciados/habilitados à sua emissão. A habilitação é autorizada pela Superintendência e os médicos veterinários receberão treinamento para preenchimento das GTAs.

Destacamos, ainda, que o SEDESA/GO, por solicitação da CTQA/MAPA/Brasília, coordenou a confecção das GTAS no modelo da IN 18/2006 da série BR, que foram distribuídas para Superintendências Federais de Agricultura de todo o país.

Com relação às ações e trânsito emanados do SEDESA/GO, no ano de 2007, realizou-se o credenciamento de 13 novos médicos veterinários para emissão de Guia de Trânsito Animal (GTA) para aves, suínos e CIS-E (certificado de inspeção sanitária, modelo E). Também se realizou o controle das GTAs emitidas pelos habilitados.

Atuou ainda, na emissão de Certificado Zoossanitário Internacional (CZI) para cães, gatos e peixes, totalizando até o mês de novembro a emissão de 151 Certificados Zoossanitários Internacionais, sendo os certificados de pequenos animais emitidos para EUA, Canadá, Suíça,

União Européia, Argentina e outros países do cone sul. Os certificados de peixes ornamentais foram emitidos para Japão, Canadá, EUA, China, Espanha, Alemanha e Coreia. Foi emitido um CZI para Israel referente ao trânsito de larvas de tilápia, com finalidade de pesquisa. Houve também a emissão de dois CZIs de pássaros ornamentais destinados aos EUA.

Quanto às importações, destacam-se a emissão de uma autorização para equinos procedentes dos Estados Unidos e duas para suínos, sendo 65 animais provenientes do Canadá e 80 suínos da Holanda, todos com a finalidade de reprodução. Também se destaca importação de sêmen suíno e importações de produtos destinados à alimentação animal, no Estado de Goiás, sobretudo para alimentação de suínos, onde o SEDESA/GO emitiu parecer zoossanitário.

No tocante ao trânsito intra e interestadual, até o mês de novembro foram emitidos 481.917 GTAs para bovinos, 5.274 para eqüídeos, 1.169 para animais aquáticos, 134 para caprinos, 1.150 para ovinos e 52.396 para aves.

Ainda com relação ao trânsito interestadual de bovinos e outros animais susceptíveis destacou-se a publicação da Instrução Normativa 42 de 13 de dezembro de 2007, que autoriza o trânsito de susceptíveis à Febre Aftosa, seus produtos e subprodutos em zona livre de febre aftosa com reconhecimento internacional quando originários e procedentes de zonas livres de Febre Aftosa com reconhecimento nacional.

1.1.1.11 - EDUCAÇÃO SANITÁRIA

As ações de Educação Sanitária estiveram presentes em todos os Programas Sanitários acompanhados por este Serviço, uma vez que caracterizam o alicerce para a implantação e continuidade dos trabalhos de Defesa Sanitária, sendo intrínsecas em cada ação desenvolvida, sobretudo por entendermos que a sanidade é um processo educativo, conscientizador e contínuo.

É importante darmos ênfase aos trabalhos de educação sanitária no Programa de Sanidade Avícola, ao longo de 2007, no qual se constatou intenso trabalho de orientação e divulgação sobre Influenza Aviária, através da elaboração e distribuição maciça de material educativo, como cartazes e informativos, e gibi da turma do Sítio do Pica Pau Amarelo abordando este tema de forma pedagógica e orientativa.

Com relação ao PNSA, também foi repassado ao SEDESA/GO e distribuído para a AGRODEFESA e setores ligados à avicultura o “Manual para a prevenção e o controle da gripe aviária na avicultura de pequena escala”.

Destacam-se também as ações de educação sanitária no Programa de Controle da Raiva dos Herbívoros e outras Encefalopatias, através da divulgação de material educativo, referente ao controle da raiva, prevenção da Encefalopatia Espongiforme Bovina - EEB e, sobretudo quanto à proibição do uso de cama de frango na alimentação de ruminantes, onde o SEDESA/GO vem realizando fiscalizações, tendo os produtores rurais recebido uma Cartilha elaborada pelo Departamento de Saúde Animal - DSA/MAPA, com orientações sobre o tema e a legislação vigente e ainda recebido orientações técnicas sobre aquela proibição e conseqüências de seu uso.

Ainda com relação ao Programa de Controle da Raiva dos Herbívoros e outras Encefalopatias, o Departamento de Saúde Animal - DSA/MAPA confeccionou e encaminhou para distribuição nos estados, gibi da turma da Mônica com o tema “*Abaixo à raiva*”, e ainda forneceu para distribuição o Manual Técnico de Controle da Raiva dos Herbívoros e Manual para colheita de amostras de produtos destinados à alimentação de ruminantes em propriedades rurais. Este material foi utilizado tanto pelos FFAs do SEDESA/GO, como encaminhado a AGRODEFESA e também distribuídos para produtores rurais durante as fiscalizações e na Exposição Agropecuária de Goiânia que ocorre no mês de maio.

Dentro do Programa Nacional de Controle e Erradicação da Febre Aftosa - PNEFA, destacou-se o trabalho realizado pelo SEDESA/GO com a participação da AGRODEFESA, para orientação aos revendedores de vacinas anti - aftosa e Responsáveis Técnicos (RTs) destes estabelecimentos revendedores, no sentido de divulgar os procedimentos descritos no “ Manual de Orientações para fiscalizações do comércio de vacinas contra febre aftosa e para controle e avaliação das etapas de vacinação”, elaborado pelo MAPA, em agosto de 2005. As ações estão detalhadas na parte do Programa Nacional de Erradicação da Febre Aftosa. Nas supervisões ocorridas nas revendas foi fornecido pelo SEDESA/GO o calendário oficial de vacinação de bovinos e bubalinos contra febre aftosa, um “check list” orientativo para as revendas e RTs das revendas que comercializam vacinas de febre aftosa e de 50 a 100 exemplares do gibi “Chico Bento - febre aftosa” para distribuição aos produtores rurais e funcionários das revendas.

Ainda com relação ao Programa Nacional de Erradicação da Febre Aftosa - PNEFA, para a etapa novembro de 2007, foram confeccionados pelo MAPA e distribuídos para as SFAs, cartazes e folders com o tema “XÕ AFTOSA”- cuide bem de seu rebanho e faça um bem para o Brasil. Tal material foi encaminhado para a AGRODEFESA proceder à distribuição junto às suas unidades regionais e locais e estabelecimentos vinculados ao setor pecuário.

Destacou-se também a realização de atividades de educação sanitária na divulgação da Instrução Normativa 17, de 13 de junho de 2006, que cria o Serviço Brasileiro de Rastreabilidade da Cadeia Produtiva da Carne - o “novo” SISBOV, através de palestras proferidas por fiscais federais do SEDESA e divulgação de uma Cartilha com perguntas e respostas sobre o novo Serviço de Rastreabilidade.

Com relação ao Programa Nacional de Controle e Erradicação da Brucelose e Tuberculose - PNCEBT, foram ministrados três cursos em conjunto com a Universidade Federal de Goiás - UFG, para habilitação de médicos veterinários para atuarem junto ao Programa e distribuídas cartilhas produzidas pelo DSA/MAPA para os médicos veterinários habilitados.

1.1.1.12 - CÁLCULO DOS INDICADORES DE DESEMPENHO DOS SEGUINTE PROGRAMAS:

PROGRAMA 0371 – DESENVOLVIMENTO DA AVICULTURA

Objetivo: Elevar a performance dos rebanhos avícolas mediante a redução da incidência de doenças e o aprimoramento das aptidões das suas funções produtivas e reprodutivas

Ação 4720 – prevenção, controle e erradicação das doenças avícolas

Produto: 14 granjas fiscalizadas

Atributo	Indicador			
	Economicidade	Eficiência	Eficácia	Efetividade
Descrição:	Custo de fiscalizações de granjas avícolas sob fiscalização direta do SEDESA em relação ao ano anterior	Custo de uma granja fiscalizada em relação a estimativa inicial	Nº de granjas fiscalizadas como um percentual das granjas programadas	Percentual de fiscalizações de granjas
Unidade de medida:	R\$/fiscalizações	R\$/Granja	Porcentagem	Porcentagem
Índice de referência:	R\$928,09/ 35,92%	R\$ 264,32 / R\$378,65 / - 30,19	116,66%	53,84%
Fonte:	SFA-GO	SFA-GO	SFA-GO	SFA-GO
Fórmula de cálculo:	Variação absoluta do custo realizado de 2006 para 2007: CR2007 - CR2006 3.700,49 – 2.772,40 = 928,09 Variação % do custo realizado de 2006 para 2007: [(CR2007 : CR2006) -1] .100 [(3.700,49 : 2.722,40)-1].100= 35,92	Custo unitário realizado (CUR) e programado (CUP) em 2007: CUR = (CR2007 : SR2007) CUR= (3.700,49: 14)= 264,32 CUP = (CP2007 : SP2006) CUP= (4.543,74: 12) = 378,65 Variação % entre custo unitário realizado e programado em 2007: [(CUR2007 : CUP2007) -1] .100 [(264,32 : 378,65)-1].100 = - 30,19	Relação percentual entre o nº de granjas fiscalizadas e numero de granjas programadas em 2007: (SR2007 : SP2007)) .100 (14 : 12).100 = 116,66	Relação percentual entre a o número de fiscalizações em 2007: (SR2007 : ELT2007) .100 (14: 26).100 = 53,84
	CR=custo realizado; CP=custo programado; SR= supervisão realizada realizado; SP=supervisão programado; ELT= escritórios locais total.			

PROGRAMA 367 – DESENVOLVIMENTO DA SUIDEOCULTURA

Objetivo: elevar a performance dos rebanhos de suídeos mediante a redução da incidência de doenças e o aprimoramento das aptidões das suas funções produtivas e reprodutivas.

Ação 4808 – Prevenção, controle e erradicação das doenças da suideocultura

Produto: 20 fiscalizações realizadas em 14 granjas de reprodutores suídeos certificadas

Atributo	Indicador			
	Economicidade	Eficiência	Eficácia	Efetividade
Descrição:	Custo de fiscalização de catorze granjas de reprodutores suídeos certificadas em relação ao ano anterior	Custo de fiscalização de uma granja de reprodutores suídeos certificada em relação à estimativa inicial	Nº de fiscalizações realizadas em granjas certificadas em relação à meta física programada	Percentual de fiscalização realizada em relação ao nº de granjas de reprodutores suídeos certificadas
Unidade de medida:	R\$/ fiscalização	R\$/fiscalização	Porcentagem	Porcentagem
Índice de referência:	- R\$ 111,82 / -2,04%	R\$ 268,39 / R\$417,01 / -35,63%	87,5%	175%
Fonte:	SFA	SFA	SFA	SFA
Fórmula de cálculo:	<p>Variação absoluta do custo realizado de 2006 para 2007: CR2007 - CR2006 = 5367,94 - 5479,76 = - 111,82</p> <p>Variação % do custo realizado de 2006 para 2007: [(CR2007 : CR2006) -1] .100 [(5367,94 : 5479,76) -1] . 100 = -2,04%</p>	<p>Custo unitário realizado (CUR) e programado (CUP) em 2007: CUR = (CR2007 : FR2007) CUR = 5367,94 : 20 = 268,39</p> <p>CUP = (CP2007 : FP2007) CUP = 10842,50 : 26 = 417,01</p> <p>Variação % entre custo unitário realizado e programado em 2007: [(CUR2007 : CUP2007) -1] .100 [(268,39 : 417,01) -1] . 100 = -35,63%</p>	<p>Relação percentual entre o nº de fiscalizações realizadas e o nº de fiscalizações programadas em 2005: [(FR2007 : FP2007) .100]= [(20 : 26) .100] = 76,92%</p>	<p>Relação percentual entre o nº de fiscalizações realizadas e o nº total de granjas de reprodutores suídeos certificadas (FR2007 : NG2007) .100 (20 : 14) .100 = 142%</p>
CR=custo realizado; CP=custo programado; FR=fiscalização realizada; FP=fiscalização programada; NG=nº de granjas certificadas				

PROGRAMA 0359 – DESENVOLVIMENTO DA BOVIDEOCULTURA

Objetivo: Elevar a performance dos rebanhos bovinos e bubalinos mediante a redução da incidência de doenças e o aprimoramento das aptidões das suas funções produtivas e reprodutivas

Ação 4842 – erradicação da febre aftosa

Produto 3861: 82 supervisões realizadas

Atributo	Indicador			
	Economicidade	Eficiência	Eficácia	Efetividade
Descrição:	Custo das supervisões realizadas em relação ao ano anterior	Custo de uma supervisão em relação à estimativa inicial.	Nº de supervisões realizadas como um percentual das supervisões programadas	Percentual de supervisões
Unidade de medida:	R\$/supervisão	R\$/supervisão	Porcentagem	Porcentagem
Índice de referência:	R\$ 4.899,84 / 41%	R\$ 202,80 / R\$114,74 / 25,41%	79,61%	36,44%
Fonte:	SFA	SFA	SFA	SFA e Agrodefesa
Fórmula de cálculo:	<p>Varição absoluta do custo realizado de 2006 para 2007: CR2007 - CR2006 16.629,41 - 11.792,57 = R\$ 4.899,84</p> <p>Varição % do custo realizado de 2006 para 2007: [(CR2007 : CR2006) -1] .100 [(16.629,41:11.792,57) -1].100= 41%</p>	<p>Custo unitário realizado (CUR) e programado (CUP) em 2007: CUR = (CR2007 : SR2007) CUR= (16.629,41: 82)= 202,80</p> <p>CUP = (CP2007 : SP2007) CUP= (11.819,04: 103) = 114,74</p> <p>Varição % entre custo unitário realizado e programado em 2007: [(CUR2007 : CUP2007) -1] .100 [(202,80 : 114,74)-1].100 = 76,74%</p>	<p>Relação percentual entre o nº de supervisões realizadas e o nº de supervisões programadas em 2007: (SR2007 : SP2007)) .100 (82 : 103).100 = 79,61</p>	<p>Relação percentual entre o número de supervisões (nos escritórios da Agrodefesa) e o total de escritórios locais de 2007: (SR2007 : ELT2007) .100 (82: 225).100 = 36,44</p>
CR=custo realizado; CP=custo programado; SR= supervisão realizada; SP=supervisão programada; ELT= escritórios locais total.				

PROGRAMA 0377 – DESENVOLVIMENTO DA CAPRINOCULTURA, DA EQUIDEOCULTURA E DA OVINOCULTURA

Elevar a performance dos caprinos, ovinos e eqüinos e pequenos animais mediante o aprimoramento das aptidões de suas funções produtivas e reprodutivas

Ação 4289 – Prevenção controle e erradicação das doenças da equideocultura e da ovinocaprino cultura e da criação de pequenos e médios animais**Produto 569** – 09 Fiscalizações realizadas

Atributo	INDICADOR			
	economicidade	eficiência	eficácia	Efetividade
Descrição	Custo das fiscalizações em relação ao ano anterior	Custo unitário de cada fiscalização em relação ao ano de 2007	Fiscalizações realizadas em laboratórios credenciados para o diagnóstico de AIE	Fiscalizações em relação aos laboratórios credenciados para o diagnóstico de AIE
Unidade de medida	R\$ Fiscalização	R\$ / Fiscalização	Porcentagem	Porcentagem
Índice de referência	R\$ 68,50 / 3,17%	R\$ 247,48 / R\$362,22 / -31,67%	75%	75%
Fonte	SEDESA/SFA-GO	SEDESA/SFA-GO	SEDESA/SFA-GO	SEDESA/SFA-GO
Fórmula de cálculo	<p>1- Variação absoluta do custo realizado de 2006 para 2007: CR2007 - CR2006 2227,36 – 2158,86 = 68,50</p> <p>2- % de variação do custo realizado de 2006 para 2007: [(CR2007 : CR2006)- 1].100 [(2158,86: 1550,62) – 1].100 = 3,17</p>	<p>1- Custo unitário realizado (CUR) e programado (CUP) em 2007: CUR= (CR2007:FR2007) CUR= 2227,36 : 09 CUR= 247,48</p> <p>CUP= (CP2007:FP2007) CUP= 3260: 09 CUP= 362,22</p> <p>2- % de variação do custo CUR e CUP em 2007: [(CUR2007:CUP2007)-1].100 [(247,48 : 362,22)-1].100 = -31,67</p>	<p>1- Relação percentual entre o nº de fiscalizações realizadas e o nº de fiscalizações programadas em 2007: (FR : LC) . 100 (09:12).100= 75%</p>	<p>1- Percentual entre a quantidade de laboratórios credenciados e fiscalizações realizadas em 2006: (FR : LC) . 100 (09:12).100 = 75%</p>
ABREVIATURAS CR= custo realizado CP= custo programado CUR= custo unitário realizado CUP= custo unitário programado FP= fisc. programadas FR= fisc. realizadas LC= laboratórios credenciados				

PROGRAMA 0359 – DESENVOLVIMENTO DA BOVIDOCULTURA

Objetivo: Elevar a performance dos rebanhos bovinos e bubalinos mediante a redução da incidência de doenças e o aprimoramento das aptidões das suas funções produtivas e reprodutivas

Ação 4771 – controle da raiva dos herbívoros e prevenção da encefalopatia espongiforme bovina (doença da vaca louca)

Produto 9012: Propriedades atendidas

Atributo	Indicador			
	Economicidade	Eficiência	Eficácia	Efetividade
Descrição:	Custo das propriedades atendidas em relação ao ano anterior	Custo de uma propriedade atendida em relação à estimativa inicial.	Nº de propriedades atendidas como um percentual das visitas programadas.	Percentual de propriedades atendidas
Unidade de medida:	R\$ / Sacrifício e denúncias	R\$ / Sacrifício e denúncias	Percentagem	Percentagem
Índice de referência:	R\$ -5494,94 / 61,40	R\$ 88,55 / 301,05 / 70,58	100%	300
Fonte:	SFA	SFA	SFA	SFA e AGRODEFESA
Fórmula de cálculo:	<p>Varição absoluta do custo realizado de 2005- para 2006: CR2007 - CR2006 3.453.42-8.948,36 = - 5494.94</p> <p>Varição % do custo realizado de 2006 para 2007: [(CR2007 : CR2006) -1] .100 [(3453,42 : 8.948.36) -1] .100= 61,40</p>	<p>Custo unitário realizado (CUR) e programado (CUP) em 2007: CUR = (CR2007 : SP2007) CUR= (3453,42: 39) = 88,55</p> <p>CUP = (CP2006 : SP2006) CUP= (11740,96: 39) = 301,05</p> <p>Varição % entre custo unitário realizado e programado em 2007: [(CUR2007 : CUP2007) -1] .100 [(88,55 : 301,05)-1].100= 70,58</p>	<p>Relação percentual entre o nº de propriedades atendidas e o nº de visitas programadas em 2007: (SR2006 : SP2006)) .100 (39: 39) .100 = 100%</p>	<p>Relação percentual entre o número de propriedades atendidas e o total de propriedades fiscalizáveis com animais importados 2007: (SR2007 : PT2007) .100 (39: 13).100 = 300</p>
CR=custo realizado; CP=custo programado; PA= propriedades atendidas; SP=sacrifício programado; PT=propriedades totais fiscalizáveis.				

1.1.2. ÁREA VEGETAL

Quadro 04

I – AÇÕES PROGRAMADAS – PT

2007

<i>Execução Direta</i>	Unidade de medida	Programado	Executado	Produtividade
Participação da Defesa em eventos	Evento	36	39	108,33
Participação da Defesa em reuniões	Reunião	50	51	102,00
Treinamentos de fiscais federais agropecuários	Treinamento	24	17	70,83
Fiscais federais agropecuários treinados	Fiscais	30	44	146,67
Palestras proferidas pela Defesa	palestras	12	10	83,33
Participantes em palestras proferidas pela Defesa	Participante	360	416	115,56
Campanhas de prevenção e controle de pragas (Defesa)	Campanha	6	7	116,67
Área livre reconhecida pelo DSV – <i>Sigatoka negra</i>	Área	1	1	100,00
Área livre reconhecida pelo DSV– <i>Sigatoka negra</i>	ha x 1000	14,60	14,60	100,00
Sistema de mitigação de risco reconhecido – SMR – <i>Cucurbitáceas</i>	Sistema	1	1	100,00
Sistema de mitigação de risco reconhecido – SMR	ha x 1000	300	425	141,67
Produtores Cadastrados no SMR	Produtor	30	43	143,33
Materiais didáticos elaborados para Educação Sanitária	Material	12	16	133,33
Planejamento de capacitação para Educação Sanitária	Planejamento	12	15	125,00
Ações de divulgação de Educação Sanitária	ação	36	33	91,67
S.T.F.O. na AGRODEFESA- ursva's / ulsva's / postos de vigilância	supervisão	36	33	91,67
S.T.F.O. em propriedades rurais - com RT para CFO	Supervisão	45	57	126,67
Supervisão e Controle de Qualidade no Sist. Mitigação Risco	Supervisão	90	126	140,00
Supervisão em área livre de praga ALP (<i>Sigatoka negra</i>)	Supervisão	9	11	122,22
Inspeções em propriedades rurais	Inspeção	90	122	135,56
Inspeções em propriedades rurais	ha x 1000	30	31,41	104,69
Análise de amostras enviadas ao laboratório	análise	60	77	128,33
Fiscalização em Estação Quarentenária	Fiscalização	18	14	77,78

Quarentena supervisionada e fiscalizada	Quarentena	30	23	76,67
Termo de Liberação de Quarentena	Termo	60	77	128,33
Parecer Técnico para Importação e Exportação de vegetais	Parecer	160	210	131,25
Fiscalização de OGM – pesquisa	Fiscalização	40	54	135,00
Fiscalização de OGM em propriedades	Fiscalização	50	64	128,00
Auto de Infração emitido para produção irregular de OGM	Auto	10	18	180,00
Termo de Apreensão emitido para OGM	termo	10	17	170,00

1.1.2.1 - DETALHAMENTO DAS AÇÕES:

Planos Internos (PI) para 2007 cuja unidade gestora é o Serviço de Sanidade Agropecuária - SEDESA, os quais atualmente são desenvolvidos:

PI-VIGIFITO: Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais e seus Produtos;

PI-PCPOPLAN: Prevenção e Controle de Pragas em Oleaginosas e Plantas Fibrosas;

PI-PCHORT: Prevenção e Controle de Pragas da Horticultura;

PI-CPFRUTI: Prevenção e Controle de Pragas na Fruticultura;

PI-ERRADICC: Erradicação do Cancro Cítrico;

PI-SIGATOKA: Prevenção e Controle da Sigatoka Negra;

PI-FISCORGEN: Fiscalização das Atividades com Organismos Geneticamente Modificados;

PI-PCPCANA: Prevenção e Controle de Pragas da Cana-de-açúcar.

Outra ação bastante executada no SEDESA que ainda não tem um PI específico é a EDUCAÇÃO SANITÁRIA.

1.1.2.2.1 - VIGILÂNCIA E FISCALIZAÇÃO DO TRÂNSITO INTERNACIONAL E INTERESTADUAL DE VEGETAIS E SEUS PRODUTOS

Referente às atividades de fiscalização do trânsito internacional, realizadas pelo SEDESA, estão a emissão de Parecer Técnico nos processos de importações e exportações de vegetais, a supervisão e fiscalização dos vegetais em quarentena nas diversas empresas no Estado, e a formalização de processo para a solicitação de importação de material para pesquisa científica e de Análise de Risco de Pragas.

Houve a viagem de um fiscal à Villa Regina, na Argentina, para realizar o trabalho no Sistema Integrado de Medidas Fitossanitárias de Mitigação de Risco – SMR para a praga *Cydia pomonella*, com vistas ao programa de exportação de maçã, pêra e marmelo da Argentina para o Brasil, na safra 2006/2007.

O SEDESA realizou Supervisões Técnicas Fiscal e Operacional - STFO nas Unidades Locais e Regionais de Sanidade Vegetal da Agrodefesa e em Barreiras Fitossanitárias, em diversos municípios, verificando que as atividades de defesa sanitária vegetal executadas pelo Estado de Goiás não estão sendo realizadas com eficiência devido à carência de um quadro de pessoal efetivo e de capacitação. No que diz respeito à fiscalização em barreiras fitossanitárias conclui-se, nas referidas supervisões, que a grande maioria dos fiscais não pertencem ao quadro de efetivos do órgão e que há muito tempo não recebem treinamento para atualização. As barreiras, com raras exceções, possuem computadores e quando possuem, não tem acesso à internet. Os avanços apresentados pela Agrodefesa, nas atividades desenvolvidas se devem em grande parte aos recursos que foram liberados via convênio com o MAPA para as atividades de defesa vegetal.

Também foram realizadas S.T.F.O. em propriedades com responsáveis técnicos credenciados para emissão de Certificado Fitossanitário de Origem – CFO para pragas nas culturas de banana, citros e cucurbitáceas.

Houve participação do SEDESA nas reuniões técnicas entre a Coordenação de Fiscalização de Trânsito Vegetal/DSV/MAPA e a Agrodefesa e na Reunião Nacional sobre as novas Instruções Normativas números 37 e 38, que tratam do Certificado Fitossanitário de Origem (CFO), Certificado Fitossanitário de Origem Consolidado (CFOC) e da Permissão de Trânsito de Vegetais (PTV), em Brasília, Goiânia e Aracajú, para discussão e propostas de ajustes das normas Federais (I.N. nº 37 e 38/2006) e Estaduais (em implantação), operacionalização e implantação de forma harmonizada, do Sistema de Certificação Fitossanitária pelos Órgãos Estaduais de Defesa Sanitária Vegetal.

1.1.2.2.2 - PREVENÇÃO E CONTROLE DE PRAGAS EM OLEAGINOSAS E PLANTAS FIBROSAS

Neste ano o “Programa Estadual de Controle de Pragas do Algodoeiro no Estado de Goiás” completa a quinta safra consecutiva, onde o SEDESA atua como supervisor das atividades de defesa fitossanitária ficando a execução direta da fiscalização da data de plantio e destruição dos restos culturais a cargo da Agrodefesa. As supervisões foram realizadas em todas as regiões produtoras de algodão no Estado, bem como levantamentos fitossanitários para o Bicudo do Algodoeiro - *Anthonomus grandis* e Broca da Haste - *Conotrachelus denieri*. Este Programa está bem consolidado em nível nacional, onde outros estados produtores o estão utilizando como modelo. Com a implantação deste Programa os produtores estão obtendo melhores produtividades e é notável a redução da utilização de agrotóxicos para o controle da praga no decorrer desses anos.

A fiscalização do cumprimento da legislação, referente à data de plantio e destruição dos restos culturais foi fomentada com os recursos do convênio do MAPA com a Agrodefesa. A fiscalização encontra-se cada vez mais rígida e com grande adesão dos produtores. Foram aplicados doze autos de infração para os produtores irregulares, com o suporte da legislação baseada no Regulamento Estadual de Defesa Vegetal do Estado de Goiás, publicado em dezembro de 2005.

Houve a participação em vários eventos sobre a cultura do algodoeiro, como dias de campo, reuniões e seminários que abordaram assuntos sobre controle legislativo, pesquisa, novas variedades e o manejo de pragas, com ênfase para as estratégias de redução da população do Bicudo do Algodoeiro. Foram realizadas duas reuniões com bastante destaque, uma em Goiânia, com suporte técnico da SDA e do SEDESA-GO, com a participação de representantes de todos os estados produtores de algodão do Brasil e um consultor do Instituto Interamericano de Cooperação para Agricultura – *IICA* e do Banco Interamericano de Desenvolvimento – *BID*, onde foi discutido e elaborado um Projeto Regional, “Estratégia de

Controle do Bicudo do Algodoeiro no Cone Sul”; a outra reunião foi realizada em Foz do Iguaçu onde foram apresentadas as sugestões finais com todos os países envolvidos no projeto: Brasil, Paraguai, Argentina e Bolívia.

As duas propriedades onde foi implementado o programa piloto de Supressão do Bicudo do Algodoeiro estão apresentando resultados bastante satisfatórios com o acompanhamento dos resultados do monitoramento da praga com as armadilhas, que apresentam índices muito baixos de captura em relação aos anos anteriores.

O SEDESA / SFA-GO, é membro integrante do Programa Estadual de Manejo e Controle de Pragas da Soja (*Goiás - Soja Protegida*), que tem como objetivo principal controlar a ferrugem asiática da soja (*Phakopsora pachyrhizi*). O programa faz parte do Consórcio Nacional Anti-Ferrugem, coordenado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), junto com a EMBRAPA.

As perdas em grãos provocadas pela ferrugem asiática da soja somaram aproximadamente 4,5% da safra brasileira de soja em 2006/07. Este ano o número de focos registrados pelas entidades que integram o Consórcio Anti-ferrugem foi de 2.980 em todo o território brasileiro. Na safra 2005/06 foram 1.359 registros; esse aumento se deve à maior eficiência da rede de laboratórios na alimentação das informações. Na última safra em Goiás houve redução de 12% na área plantada de soja (de 2,4 para 2,1 milhões de hectares) e na produção, de 9% (de 6,5 para 5,9 milhões toneladas) e aumento na produtividade em 4%; houve a ocorrência de pragas de difícil controle, como mosca branca, ácaros, lagarta enroladeira e alta ocorrência da lagarta falsa-medideira (*Pseudoplusia includens*). No caso da ferrugem, houve aumento da incidência e severidade da doença, por falta de crédito aos produtores para aquisição de insumos que comprometeram a eficiência do controle, a média foi de 2,7 aplicações/ha. Neste ano foi realizado mais um treinamento com novas informações sobre a praga, dirigido aos técnicos atuantes no Programa no Estado de Goiás.

Com a implementação da legislação estadual, com a inclusão do vazio sanitário que regula e proíbe plantio de soja por um período de 90 dias (no Estado de Goiás entre 1º de Julho a 30 de Setembro) para reduzir a fonte inicial de inócuo da doença, é notória a eficiência desta legislação, que é uma exigência do Plano de Controle da Ferrugem da Soja, coordenada pelo MAPA. Nos estados que aderiram a essa legislação a praga está surgindo cada vez mais tarde, levando os produtores a aplicarem menos fungicidas para o controle. A ferrugem asiática da soja na safra passada ocorreu pela primeira vez no início de novembro, em área comercial e este ano, até quase final de dezembro, ainda não foi oficialmente identificada

no Estado de Goiás. Este atraso na ocorrência da doença é resultado do vazio sanitário e também do atraso no cultivo da soja nesta safra, em virtude do grande período de seca.

1.1.2.2.3 - PREVENÇÃO E CONTROLE DE PRAGAS DA HORTICULTURA

O SEDESA realizou pelo terceiro ano o monitoramento para a manutenção do Sistema de Mitigação de Risco - SMR para a praga *Anastrepha grandis* em cucurbitáceas, no Estado de Goiás, nos municípios de Uruana, Carmo do Rio Verde, Itapuranga e Jaraguá. O reconhecimento oficial do MAPA, do SMR, no Estado de Goiás, foi publicado no dia 10/08/2006, pela Instrução Normativa nº 41. Após este reconhecimento os produtores obtiveram a condição fitossanitária que atende as exigências dos países importadores para a exportação de frutos frescos de cucurbitáceas.

O SEDESA realizou a codificação das propriedades, Unidades de Produção e das armadilhas cadastradas pela Agrodefesa, para as propriedades rurais e Unidades Produtoras participantes do Programa de exportação de cucurbitáceas produzidas sob Sistema de Mitigação de Risco, nos municípios de Carmo do Rio Verde, Itapuranga e Uruana. Realizou ainda a supervisão mensal e o controle de qualidade do monitoramento do SMR no campo e no Laboratório de Identificação de Insetos da Escola de Agronomia da UFG. Foram cadastradas 44 Unidades de Produção nesses municípios, em uma área de 356,0 ha com a instalação de 100 armadilhas para o monitoramento da Mosca-das-Frutas (*Anastrepha grandis*). Inspeccionou, lacrou carretas e emitiu o Certificado Fitossanitário para a exportação de 2.814.000 kg de frutos frescos de melancia, de 2.011.340 kg de abóbora e 172.100 kg de melão para a Argentina, nos meses de maio a novembro.

No Distrito de Lagoa do Bauzinho, no município de Rio Verde, foram realizadas duas reuniões coordenadas pelo SEDESA com os produtores de melancia interessados em implantar o Sistema de Mitigação de Risco - SMR para Mosca-das-Frutas (*Anastrepha grandis*) em cultivos de cucurbitáceas. Os produtores interessados em participar do SMR iniciaram o monitoramento em abril de 2007, por meio do monitoramento com armadilhas em três municípios: Rio Verde (Lagoa do Bauzinho), Maurilândia e Santa Helena. Foram cadastradas 15 Unidades de Produção nesses municípios, em uma área de 123,5 há, com a instalação de 25 armadilhas para monitoramento da mosca-das-frutas. Em outubro de 2007 o

DPCP/CGPP/DSV executou a auditoria no Sistema de Mitigação de Risco, em cucurbitáceas, nos três novos municípios, em Goiás, para o seu reconhecimento.

O SEDESA também está participando como responsável pela definição das diretrizes e normas para o estabelecimento do Programa Integrado de Tomate Indústria e também participa como membro do Comitê Gestor do Programa de Produção Integrada de Tomate Indústria em Goiás, coordenado pela Embrapa - Hortaliças.

A Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás - FAPEG apresentou o convite para o Programa de Fortalecimento de Redes de Pesquisa de modo a apoiar o fortalecimento de núcleos de pesquisa. O SEDESA está participando da rede de pesquisa com as seguintes instituições: Universidade Federal de Goiás, Agência Goiana de Defesa Agropecuária e Associação de Produtores de Melancia e Irrigantes de Uruana e Região para realizar o projeto de pesquisa “Rede Goiana de Apoio à Exportação de Produtos Agropecuários: Frutas e Olerícolas”.

1.1.2.2.4 - PREVENÇÃO E CONTROLE DE PRAGAS NA FRUTICULTURA

Na fruticultura foi realizada inspeção fitossanitária em área com plantio de videiras para levantamento de detecção da bactéria *Xanthomonas campestris* pv. *viticola*, praga quarentenária A2 para o Estado de Goiás.

Em Bela Vista/GO o SEDESA participou das oficinas organizadas pela comissão de fruticultura da FAEG sobre sistema de produção de mudas.

Realizou-se inspeção fitossanitária juntamente com a Comissão de Fruticultura da FAEG com visitas a produtores de maracujá, melancia, melão e abóbora no Estado, a fim de identificar as dificuldades enfrentadas pelos mesmos e, posteriormente, propor soluções nas reuniões da Comissão. Na oportunidade coletou-se folhas para análise no LANAGRO, com suspeitas de *Xanthomonas campestris* pv. *passiflorae* e *Colletotrichum gloeosporioides* em maracujá. Realizou-se também inspeção fitossanitária juntamente com pesquisadores da UNB, em Formosa, para inspeção de nematóides em goiabeira e reinspeção no local onde foi erradicado um foco de cancro da videira em 2006.

Houve a participação de fiscais no Curso de Viticultura, realizado na EMBRAPA em Jales-SP, organizado pela Federação da Agricultura de Goiás – FAEG e no I Workshop Internacional sobre “Biologia e Controle da *Bactrocera* em zonas tropicais e temperadas”, realizado em Macapá – AP.

Participou também um fiscal no “Treinamento sobre aplicação do processamento por irradiação em alimentos e controle quarentenário com finalidade fitossanitária”, promovido pela SFA-SP em parceria com o IPEN-SP, sobre a importância, métodos e tecnologia do uso da irradiação como ferramenta no controle de pragas quarentenárias de frutos.

1.1.2.2.5 - ERRADICAÇÃO DO CANCRO CITRICO

No desenvolvimento desse programa incluiu-se inspeções em pomares para as demais pragas dos citros ausentes no Estado. As ações envolveram a participação nas reuniões do Comitê Estadual sobre Produção de Citros no Estado de Goiás, realizadas na Secretaria da Agricultura do Estado de Goiás – SEAGRO e nas reuniões do Programa Integrado de Citros – PIC, para tratar de assuntos relacionados ao projeto de produção de mudas de citros e ao andamento do programa no Estado de Goiás e ainda coordenou um curso sobre Comercialização de Citros direcionado aos permissionários do CEASA-GO, técnicos da Agrodefesa e da Agência Rural. Participou na 29ª Semana da Citricultura em Cordeirópolis – SP.

Realizou-se inspeção em pomares comerciais de citros (laranja e limão) e em áreas urbanas e nas margens de rodovia, nos municípios de Porangatu, Montividiu do Norte, Povoado de Linda Vista, São Domingos, Campos Belos, Goiânia, Goianápolis, Anápolis, Abadiânia, Alexânia, Santo Antonio do Descoberto, Taguatinga, Brasília, Planaltina de Goiás, Formosa, Santa Rosa, Vila Boa, Alvorada do Norte, Simolândia, Buritinópolis, Posse, São João D´Aliança, Água Fria de Goiás com o objetivo de verificação da ocorrência de pragas quarentenárias A2 para o Estado de Goiás, com foco na ocorrência da Mosca-negra-dos-citros (*Aleurocanthus woglumi*), ainda sem resultado oficial.

Houve a participação de um fiscal no Curso de Pragas Quarentenárias A2 em citros, promovido pela AGRODEFESA em parceria com a Coordenadoria de Defesa Agropecuária de São Paulo, realizado no interior do Estado de São Paulo. O curso foi programado com o intuito de nivelar

os conhecimentos dos Fiscais Agropecuários Estaduais da Agrodefesa sobre a biologia, importância econômica, métodos de detecção, sintomatologia, controle e erradicação das pragas quarentenárias A2 presentes em São Paulo, mas ainda não presentes em Goiás.

1.1.2.2.6 - PREVENÇÃO E CONTROLE DA SIGATOKA NEGRA

O Estado de Goiás, segundo dados do IBGE, apresenta área cultivada e em colheita de aproximadamente 13.3247 ha e segundo dados da Agrodefesa (outubro/2007), 1739 propriedades produtoras estão cadastradas na Área Livre de *Sigatoka negra*, considerada, atualmente, a mais nociva praga da cultura.

Em 2005, com a publicação da IN 17 de 31/05/05, tornou-se obrigatória a comprovação de procedimentos continuados de prevenção da praga para que cada Unidade da Federação, mesmo onde nunca tenha sido constatada a doença, seja declarada oficialmente como “Área Livre da Praga – ALP” pelo MAPA. Em 2006, após o cumprimento das exigências impostas pela IN nº17/05, através de um trabalho executado diretamente pela Agência Goiana de Defesa Agropecuária, sob a supervisão do SEDESA/SFA-GO, o Estado de Goiás é reconhecido pelo MAPA como ‘Área Livre da Sigatoka Negra - A.L.S.N.’, por tempo indeterminado, conforme publicado na Instrução Normativa nº 29 de 07/06/2006. Com isso fica assegurado, de forma irrestrita, o acesso dos produtos do setor bananeiro goiano às demais Unidades da Federação. Durante todo o ano de 2007 o SEDESA/SFA-GO supervisionou as atividades previstas na IN nº 17/2005, realizadas pela Agrodefesa, visando a manutenção da condição oficial de A.L.S.N., sistema mantido pela atenção contínua da fiscalização fitossanitária do Órgão Estadual de Defesa, com ações de cadastramento de propriedades, fiscalização do trânsito de mudas e frutos de banana, inspeção e fiscalização fitossanitárias em propriedades rurais, fiscalização do sistema de certificação fitossanitária e emissão de documentos.

Além das inspeções fitossanitárias nas plantas são sistematicamente coletadas amostras de folhas de banana que são enviadas para análise no laboratório oficial do MAPA, tendo sido realizadas no período de janeiro a outubro de 2007, mais de 1020 (mil e vinte) amostras, coletadas nas diversas regiões do Estado, com todos os resultados negativos para o fungo *Micosphaerella fijiensis*. Todas as ações do órgão estadual são consolidadas e enviadas ao Departamento de Sanidade Vegetal DSV/MAPA, através do SEDESA/DT-GO que analisa o relatório e emite o parecer técnico com vista à manutenção ou não da ALP. Para certificar os trabalhos do Órgão Estadual a fiscalização federal agropecuária do

SEDESA-GO realiza de forma aleatória supervisões em escritórios locais, barreiras interestaduais, inspeção e fiscalização em propriedades rurais, sendo inspecionados nesta atividade, em 2007, mais de 1.100 ha, onde foram coletadas amostras foliares para análise laboratorial, cujos resultados foram todos negativos para Sigatoka Negra, consolidando, assim, a condição do Estado de Goiás como área oficialmente livre.

1.1.2.2.7 - FISCALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES COM ORGANISMOS GENETICAMENTE MODIFICADOS

As ações referentes à fiscalização de Organismos Geneticamente Modificados - OGM foram realizadas em duas frentes de trabalho. Uma, na pesquisa científica e outra, na produção comercial.

Referente à pesquisa com vegetais geneticamente modificados, fiscalizou-se experimentos nas Estações da Monsanto, em Santa Helena de Goiás, da DuPont/Pioneer, em Itumbiara, da DowAgrociences, em Rio Verde, da Embrapa e Basf no Centro Nacional de Pesquisa de Arroz e Feijão, em Santo Antônio de Goiás. Foram fiscalizados 54 ensaios com vegetais geneticamente modificados.

Com referência à produção comercial ilegal de OGM da safra 2006-2007 focou-se as ações de fiscalização na cultura do algodão-OGM/RR. Foi realizada fiscalização em conjunto SEDESA e SEFAG em lavouras de algodão, com testes imunocromatográficos para detectar a presença da proteína transgênica C-EPSPS, nos municípios de Cristalina, Campo Alegre, Ipameri, Acreúna, Rio Verde, Montividiu, Palmeiras de Goiás, Turvelândia, Itumbiara, Morrinhos, Goiatuba, Cachoeira Dourada e Inaciolândia. Dos 70.000 ha cultivados com algodão em Goiás, testou-se 27.809 ha. Desse total 3.744 ha foi confirmado como algodão transgênico-RR. Foram emitidos 64 Termos de Fiscalizações, 18 Autos de Infração e 17 Termos de Suspensão da Comercialização. Houve coleta e envio de amostras de algodão, folhas e caroço para o laboratório SGS do Brasil. Foram abertos processos administrativos internos referentes aos produtores de algodão, autuados. Posteriormente liberou-se para a colheita o algodão embargado para eliminação dos restos culturais do algodão, conforme preconiza o Programa Nacional do Controle do Bicudo do Algodoeiro. Fiscalizou-se as algodoieiras que beneficiaram algodão apreendido pelo MAPA. Foram atendidas decisões judiciais e fez-se fiscalização de retorno nas áreas de algodão-RR apreendido em 2006. Foram enviadas informações ao Ministério Público Federal sobre as irregularidades de plantios ilegais de algodão GM no Estado de Goiás.

Houve a participação de fiscais na II Reunião sobre Fiscalização de Organismos Geneticamente Modificados em Londrina-PR. Também atendeu-se convocação da Coordenação de Biossegurança em Brasília, para auxiliar na conferência, análise e despachos de processos sobre OGM, represados naquela Coordenação.

1.1.2.2.8 - PREVENÇÃO E CONTROLE DE PRAGAS DA CANA-DE-AÇÚCAR

O Plano de prevenção e controle das pragas da cana-de-açúcar começou a ser trabalhado pelo SEDESA no ano de 2007, em razão da intensa abertura de áreas para plantio de cana no estado, o que se traduz em um risco eminente de disseminação de pragas e doenças através do material de propagação da cultura. A previsão de aumento da área plantada é de 37% apenas entre as safras 07/08.

Inicialmente foram feitos contatos com os responsáveis técnicos de todas as Usinas de Cana-de-açúcar do estado de Goiás, anexando um questionário para coleta de informações sobre a ocorrência de pragas nas áreas de produção de cana-de-açúcar do estado, com o intuito de identificar quais as pragas relevantes que estariam ocorrendo no estado.

Paralelamente, estabeleceu-se contato com professores da Universidade Federal de Goiás (UEG) solicitando assessoramento técnico na elaboração de uma lista de pragas da cana-de-açúcar que afetassem o material de propagação e que ainda não teriam sido relatadas em Goiás, com a finalidade de garantir um embasamento técnico ao processo de solicitação para regulamentação do trânsito do material de propagação entre os estados. Foi-nos dado o indicativo de três pragas de grande importância econômica - *Migdolus fryanus*, *Sphenophorus levis* e *Telchin licus* – já presentes do estado de São Paulo, mas ainda não relatadas nas áreas de produção de Goiás e que teriam alto risco de disseminação através de mudas. O recebimento e tabulação dos questionários enviados aos Responsáveis Técnicos das Usinas confirmaram o não relato destas pragas em Goiás.

Visto que não existe nenhuma legislação brasileira que regulamente o trânsito de material de propagação de cana-de-açúcar e tampouco as três pragas citadas são reconhecidas como Pragas Quarentenárias Presentes, iniciou-se um trabalho com o intuito de criar meios legais para a contenção da dispersão dessas três pragas.

Os técnicos do setor sucro-alcooleiro em Goiás reúnem-se bimensalmente na UFG para participar de seminários sobre diversos temas relevantes ao setor. A partir do contato com os pesquisadores da UFG, inseriu-se o SEDESA-SFA/GO como participante desses eventos. O SEDESA participou de 2 seminários em 2007. No primeiro, denominado “Seminário sobre Herbicidas para Cultura da Cana-de-Açúcar no Cerrado”, objetivou estabelecer pessoalmente contatos com os responsáveis técnicos pelas Usinas e também com os professores da Universidade, a fim de lançar em discussão o trabalho sobre prevenção e controle das pragas da cana-de-açúcar em Goiás.

Em razão da alta relevância do tema e a preocupação dos técnicos do setor, o segundo seminário já abordou o tema “Seminário sobre Novas Pragas da Cultura da Cana-de-Açúcar”. Nessa oportunidade o SEDESA deu apoio financeiro para a vinda de pesquisadora do Instituto Biológico de Campinas – Irene Maria Gatti de Almeida – para ministrar palestra sobre “Fitossanidade de mudas para formação de viveiros e plantio”. Houve a participação na mesa de debates lançando em discussão o trabalho sobre prevenção e controle das pragas da cana-de-açúcar em Goiás e evidenciando a intenção de criar uma legislação para regulamentar a produção e trânsito das mudas de cana entre os estados. Foi também ressaltada a importância da conscientização dos técnicos responsáveis pelas Usinas para a qualidade e aspectos fitossanitários do material de propagação que têm utilizado na reforma/abertura de novas áreas, independentemente da criação de qualquer legislação.

Orientados pela Coordenação de Trânsito Vegetal em Brasília, iniciou-se a elaboração de uma Análise de Risco de Pragas para *Migdolus fryanus*, *Sphenophorus levis* e *Telchin licus*, na intenção de incluí-las como pragas presentes no país, mas ausentes para Goiás. Foi elaborado um protocolo de monitoramento das pragas com o auxílio de professor da UFG para comprovar a real ausência dessas três pragas no estado e, dessa forma, subsidiar a inclusão das mesmas na IN nº52 de 20/11/2007.

Com o intuito de sensibilizar mais técnicos do setor com relação à relevância deste tema, foi feito um relato sobre a importância do trabalho sobre as pragas da cana não presentes em Goiás aos membros da Comissão de Defesa Sanitária Vegetal, quando foram apresentadas

consideráveis sugestões sobre como conduzir as atividades, focando principalmente em educação sanitária dos técnicos e produtores ligados ao setor. Ainda, foi solicitada a participação da Agrodefesa nas atividades de monitoramento de campo das pragas, que deverá ser realizada em 2008.

1.1.2.3 - EDUCAÇÃO SANITÁRIA

Os trabalhos de educação sanitária em 2007 centraram-se na preparação de vários cursos, solicitados pela Coordenação Geral de Proteção de Plantas/DSV/MAPA (erradicação da mosca da carambola, controle do greening dos citros), pela Embrapa-SNT (Produção Integrada de Citros, Comercialização de citros), por técnicos do SEDESA-GO (raiva dos herbívoros, emergência sanitária em suídeos), pela Agrodefesa (uso de cartilha sobre febre aftosa aplicada a revendas de vacinas), pela Coordenação Geral de Sistemas Agropecuários de Produção Integrada - SAPI (cursos de sensibilização para coordenadores nacionais de Projetos de Produção Integrada, usando o método SOMA), pela coordenação do Programa Nacional de Educação Sanitária – PROESA, para a montagem de um sistema de controle e avaliação dos resultados das ações de educação sanitária.

A participação em dois eventos (um nacional - ENFIT, e outro internacional - Workshop Internacional sobre a mosca da carambola) foi marcada com a apresentação de palestras, por técnico do SEDESA/GO, sobre os resultados de educação sanitária obtidos com o método SOMA. Durante o Workshop Internacional foi entregue um diploma de Honra ao Mérito, pelos serviços relevantes prestados ao Projeto de Erradicação da mosca da carambola. Este Projeto participou do XI Concurso de Inovação na Gestão Pública Federal, promovido pela Escola Nacional de Administração Pública - ENAP, do Ministério do Planejamento, tendo sido classificado entre os 20 primeiros lugares, de um total de 132 projetos apresentados, concorrendo ainda entre os 10 melhores a serem escolhidos em 2008.

Cada curso planejado envolveu as seguintes passagens: definição do problema, públicos que serão envolvidos (produtores, multiplicadores, parceiros, órgãos técnicos), justificativa do projeto, estratégia de ação, definição de objetivos (geral, específicos, educacionais), definição do conteúdo (técnico, metodológico, motivacional, comunicação, didática), metodologia a ser usada, recursos instrucionais, definição do sistema de avaliação, instrumentos de avaliação, gabarito de correção dos questionários para conhecimentos e comportamentos, elaboração de programa de

computador para processar dados dos cursos, elaboração de apostilas, folders e datashow sobre os temas de Educação Sanitária a serem abordados. Esse planejamento é discutido com várias equipes (do SEDESA, Comissão Estadual, órgão estadual de defesa agropecuária e outros parceiros) antes de ser implantado no campo.

Os projetos que são implantados no campo, além de todo o planejamento descrito, incluem a fase de organização, execução do curso, aplicação dos questionários de avaliação de conhecimentos e comportamentos, correção dos questionários, digitação dos dados, interpretação dos resultados, elaboração do relatório final, envio dos relatórios para o MAPA, parceiros, meios de comunicação (rádio, TV, jornais); os resultados são apresentados em simpósios, seminários, concursos.

Em 2007 foram ministrados dois cursos de Educação Sanitária para Erradicação da mosca da carambola, no Amapá (Laranjal do Jarí), em que participaram 39 multiplicadores, que capacitaram 320 pessoas nos trabalhos práticos de campo. Foram feitas várias transmissões de programas de rádio para alcançar um maior número de pessoas da população.

Os multiplicadores entraram no curso com um conhecimento anterior sobre o assunto de 32% (pré-teste) e saíram com média de 75% (pós-teste), apresentando uma eficiência de aprendizagem de 64% e um aumento de conhecimentos de 141%. O curso atendeu os critérios mínimos de avaliação, ou seja, o pré-teste foi inferior a 50% e a eficiência foi maior que 50%.

1.1.22.3.1. – ALGUMAS INDICAÇÕES DE EXECUÇÃO DE ATIVIDADES

Tabela 01 - Quantitativo das principais atividades, referente aos últimos anos:

META FISICA	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Quarentena vegetal – Termos Emitidos	57	72	39	61	83	113
Fiscalização e Inspeção de Propriedades Rurais	32	255	144	95	92	121
Parecer Técnico – Importação e Exportação	191	195	242	171	163	210
S.T.F.O *. em áreas com RT para CFO	07	25	33	27	13	57
S.T.F.O. na AGRODEFESA**	65	57	45	26	29	33
Fiscalização de OGM	36	56	252	76	65	118

* STFO – Supervisão técnico fiscal e operacional

**Unidade Local de Atenção à Saúde Animal e Vegetal - ULSAV's, URSAV e Postos de Vigilância

Gráfico 01 – Acompanhamento de Quarentena Vegetal

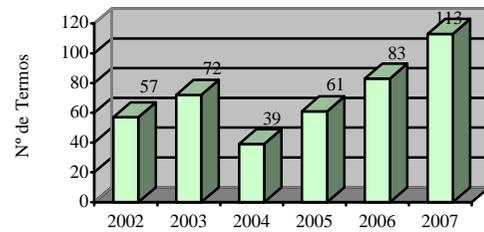


Gráfico 02 – Fiscalização e Inspeção em Propriedades Rurais

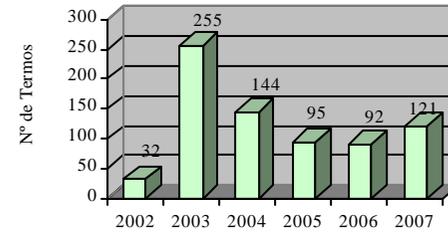


Gráfico 03 – Parecer Técnico de Importação e Exportação

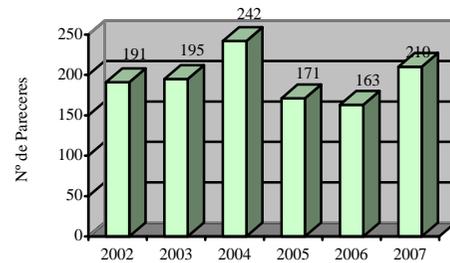


Gráfico 04 – S.T.F.O em Áreas com RT para CFO

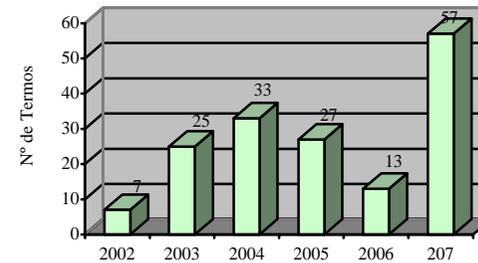


Gráfico 05 – S.T.F.O. na AGRODEFESA

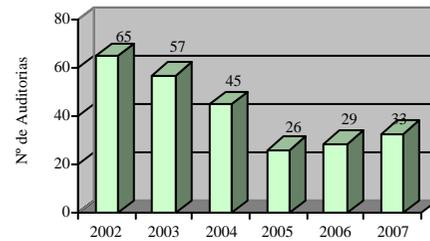
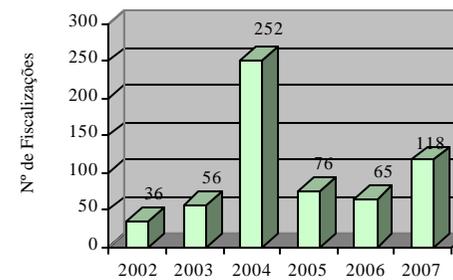


Gráfico 06 – Fiscalização de OGMs



Analisando os gráficos da evolução de determinadas metas físicas executadas nos últimos anos, verifica-se que não ocorreram muitas discrepâncias de um ano para outro, das atividades programadas com as executadas. Isso se deve a uma constância nas ações/atividades exercidas pelo SEDESA-GO e pela experiência adquirida para realizar as programações anuais. Algumas variações foram em decorrência da flutuação da demanda, da redução do nosso quadro técnico e da grande demanda de fiscais do SEDESA principalmente para atender a certificação de frutos frescos de cucurbitáceas para o mercado externo.

1.1.2.4 - CÁLCULO DOS INDICADORES DE DESEMPENHO DOS SEGUINTE PLANOS INTERNOS:

1 – PI-VIGIFITO: Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais e seus Produtos;

2 – PI-PCPOPLAN: Prevenção e Controle de Pragas em Oleaginosas e Plantas Fibrosas;

3 – PI-PCHORT: Prevenção e Controle de Pragas da Horticultura;

4 – PI-CPFRUTI: Prevenção e Controle de Pragas na Fruticultura;

5 – PI-ERRADICC: Erradicação do Cancro Cítrico;

6 – PI-SIGATOKA: Prevenção e Controle da Sigatoka Negra;

7 – PI-FISCORGEN: Fiscalização das Atividades com Organismos Geneticamente Modificados;

PROGRAMA 0357 - SEGURANÇA FITOZOSSANITÁRIA NO TRÂNSITO DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS

Objetivo: Impedir a introdução e disseminação de pragas e doenças na agropecuária

Ação 21340000– Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais e seus Produtos - VIGIFITO

Produto: Supervisão realizada em área com emissão de CFO (nº) **Finalidade:** Garantir a sanidade nas partidas de vegetais.

Atributo	Indicador			
	Economicidade	Eficiência	Eficácia	Efetividade
Descrição:	Custo da supervisão em área com responsável técnico para emissão de Certificado Fitossanitário de Origem - CFO em relação à estimativa inicial	Custo de uma supervisão em área com emissão de Certificado Fitossanitário de Origem - CFO em relação à estimativa inicial	Nº de supervisões em relação à meta física programada	Percentual de supervisões em relação ao total de unidades do universo da ação.
Unidade de medida:	R\$	R\$/ supervisão	Porcentagem	Porcentagem
Índice de referência:	R\$ 12.485,27 e 149,95 %	45,17 %	126,67 %	100,00 %
Fonte:	SFA	SFA	SFA	SFA
Fórmula de cálculo:	Variação absoluta do custo realizado de 2006 para 2007: CR2007 - CR2006 20.811,44 - 8.326,17 = 12.485,27 Variação % do custo realizado de 2006 para 2007: [(CR2007 : CR2006) -1] .100 [(20.811,44: 8.326,17) -1] .100 = 149,95	Custo unitário realizado (CUR) e programado (CUP) em 2007: CUR = (CR2007 : SR2007) = (20.811,44 : 57) = 365,11 CUP = (CP2007 : SP2007) = (29.965,18 : 45) = 665,89 Variação % entre custo unitário realizado e programado em 2007: [(CUR2007 : CUP2007) -1] .100 [(365,11: 665,89) -1] .100 = -45,17	Relação percentual entre o nº de supervisões realizadas e o nº de supervisões programados em 2007: $\frac{(SR2007 : SP2007) .100}{(57 : 45).100} = 126,67$	Relação percentual entre a nº de supervisões realizadas e o nº de supervisão total $\frac{(SR2007 : ST2007) .100}{(57 : 57).100} = 100,00$
CR=custo realizado; CP=custo programado; SR=supervisão realizada; SP=supervisão programada; ST=supervisão total				

PROGRAMA 0363 - DESENVOLVIMENTO DAS CULTURAS OLEAGINOSAS E PLANTAS FIBROSAS – PCPOLPLAN

Objetivo: Elevar a produtividade e diversificar a produção de oleaginosas e de plantas fibrosas mediante a ampliação de áreas com culturas alternativas de mamona, dendê, babaçu, canola, girassol e algodão.

Ação 48410000 – Prevenção e Controle de Pragas em Oleaginosas e Plantas Fibrosas

Produto: Área controlada “prevenida” ha x 1.000 **Finalidade:** Garantir a sanidade nas culturas de oleaginosas e plantas fibrosas.

Atributo	Indicador			
	Economicidade	Eficiência	Eficácia	Efetividade
Descrição:	Custo de controle de área de produção de cultura de oleaginosas e plantas fibrosas em relação ao ano anterior	Custo de um ha controlado de cultura de oleaginosas e plantas fibrosas em relação à estimativa inicial	Nº de ha controlados de cultura de oleaginosas e plantas fibrosas como um percentual da área programada	Percentual de controle de área de cultura de oleaginosas e plantas fibrosas
Unidade de medida:	R\$	R\$/há x 1.000	Porcentagem	Porcentagem
Índice de referência:	R\$ 1.490,45 e 20,54 %	47,27	100,00	100,00
Fonte:	SFA	SFA	SFA	SFA e IBGE
Fórmula de cálculo:	Variação absoluta do custo realizado de 2006 para 2007: CR2007 - CR2006 8.747,30 - 7.256,85 = 1.490,45 Variação % do custo realizado de 2006 para 2007: $[(CR2007 : CR2006) - 1] \cdot 100$ $[(8.747,30 - 7.256,85) - 1] \cdot 100$ = 20,54	Custo unitário realizado (CUR) e programado (CUP) em 2007: CUR = (CR2007 : AC2007) = $(8.747,30 : 2.830) = \mathbf{3,09}$ CUP = (CP2007 : AP2007) = $(16.590,12 : 2.830) = \mathbf{5,86}$ Variação % entre custo unitário realizado e programado em 2007: $[(CUR2007 : CUP2007) - 1] \cdot 100$ $[(3,09 : 5,86) - 1] \cdot 100 = \mathbf{-47,27}$	Relação percentual entre o nº de ha certificados e o nº de ha programados em 2007: $(AC2007 : AP2007) \cdot 100 =$ $(2.830 : 2.830) \cdot 100 = \mathbf{100,00}$	Relação percentual entre a área certificada e a área total com produção de oleaginosas e plantas fibrosas em 2007: $(AC2007 : AT2007) \cdot 100 =$ $(2.830 : 2.830) \cdot 100 = \mathbf{100,00}$
	CR=custo realizado; CP=custo programado; AC=área controlada; AP=área programada; AT=área total			

PROGRAMA 0369- DESENVOLVIMENTO DA HORTICULTURA

Objetivo: Aumentar a produtividade da olericultura, das plantas medicinais, da floricultura e das especiarias de forma a atender os padrões requeridos pelo mercado nacional e internacional.

Ação : 48060000 - Prevenção e Controle de Pragas da Horticultura - **PCHORTI**

Produto: Fiscalização no Sistema de Mitigação de Risco para *Anastrepha grandis* em cucurbitáceas (nº) **Finalidade:** Garantir a condição fitossanitária para a exportação de frutos frescos de cucurbitáceas.

Atributo	Indicador			
	Economicidade	Eficiência	Eficácia	Efetividade
Descrição:	Custo de fiscalizações no Sistema de Mitigação de Risco para <i>Anastrepha grandis</i> em relação ao ano anterior	Custo de uma fiscalização em relação à estimativa inicial	Nº de fiscalizações realizadas em relação à meta física programada	Percentual de fiscalizações em relação ao total de unidades do universo da ação.
Unidade de medida:	R\$	R\$ / fiscalização	Porcentagem	Porcentagem
Índice de referência:	R\$ -1.847,79 e -29,41 %	57,42	153,33	100,00
Fonte:	SFA	SFA	SFA	SFA
Fórmula de cálculo:	Variação absoluta do custo realizado de 2006 para 2007: CR2007 - CR2006 4.435,97 - 6.283,76 = -1.847,79 Variação % do custo realizado de 2006 para 2007: [(CR2007 : CR2006) -1] .100 [(4.435,97 : 6.283,76) -1] .100 = -29,41	Custo unitário realizado (CUR) e programado (CUP) em 2007: CUR = (CR2007 : LR2007) = (4.435,97 : 69) = 64,29 CUP = (CP2007 : LP2007) = (6.749,68 : 45) = 150,99 Variação % entre custo unitário realizado e programado em 2007: [(CUR2007 : CUP2007) -1] .100 [(64,29 : 150,99) -1] .100 = -57,42	Relação percentual entre o nº de fiscalizações realizadas e o nº de fiscalizações programados em 2007: (LR2007 : LP2007) .100 = (69 : 45).100 = 153,33	Relação percentual entre as fiscalizações realizadas e o nº total de fiscalizações em 2007: (LR2007 : LT2007) .100 = (69 : 69).100 = 100,00
CR=custo realizado; CP=custo programado; LR=Levantamento Realizado; LP=Lev. Programado; LT= Lev. Total				

PROGRAMA 0354 - DESENVOLVIMENTO DA FRUTICULTURA – PROFRUTA

Objetivo: Elevar padrões de qualidade e competitividade da fruticultura brasileira ao patamar de excelência requerido pelo mercado internacional.

Ação 48040000 – Prevenção e Controle de Pragas na Fruticultura - CPFRUTI

Produto: Área prevenida ha x 1.000 **Finalidade:** Garantir a sanidade na fruticultura.

Atributo	Indicador			
	Economicidade	Eficiência	Eficácia	Efetividade
Descrição:	Custo de prevenção de Pragas Quarentenárias A2 - PQA2 da fruticultura em relação ao ano anterior	Custo de um ha prevenido de PQA2 da fruticultura em relação à estimativa inicial	Nº de ha prevenido de PQA2 da fruticultura como um percentual da área programada	Percentual da área prevenida de PQA2 da fruticultura
Unidade de medida:	R\$	R\$/há x 1.000	Porcentagem	Porcentagem
Índice de referência:	R\$ 24.241,89 E 0,00 %	46,12%	100,00%	100,00%
Fonte:	SFA	SFA	SFA	SFA e IBGE
Fórmula de cálculo:	Variação absoluta do custo realizado de 2006 para 2007: $CR_{2007} - CR_{2006}$ $24.241,89 - 0,00 = 24.241,89$ Variação % do custo realizado de 2006 para 2007: $[(CR_{2007} : CR_{2006}) - 1] .100$ $[(24.241,89 : 0,00) - 1] .100 =$ 0,00%	Custo unitário realizado (CUR) e programado (CUP) em 2007: $CUR = (CR_{2007} : AC_{2007}) =$ $(24.241,89 : 28,00) =$ 865,78 $CUP = (CP_{2007} : AP_{2007}) =$ $(44.989,29 : 28,00) =$ 1.606,76 Variação % entre custo unitário realizado e programado em 2007: $[(CUR_{2007} : CUP_{2007}) - 1] .100$ $[(865,78 : 1.606,76) - 1] .100 =$ -46,12%	Relação percentual entre o nº de ha prevenido e o nº de ha programados em 2007: $(AC_{2007} : AP_{2007}) .100 =$ $(28,00 : 28,00) .100 =$ 100,00%	Relação percentual entre o nº ha prevenido e a área total com produção de fruticultura em 2007: $(AC_{2007} : AT_{2007}) .100 =$ $(28,00 : 28,00) .100 =$ 100,00%
CR=custo realizado; CP=custo programado; AC=área prevenida; AP=área programada; AT=área total				

PROGRAMA 0354 - DESENVOLVIMENTO DA FRUTICULTURA – PROFRUTA

Objetivo: Elevar padrões de qualidade e competitividade da fruticultura brasileira ao patamar de excelência requerido pelo mercado internacional.

Ação 47400000 – Erradicação do Cancro Cítrico - ERRADICC

Produto: Área prevenida ha x 1.000. **Finalidade:** Elevar a produtividade, as exportações e a geração de emprego e renda da cadeia citrícola.

Atributo	Indicador			
	Economicidade	Eficiência	Eficácia	Efetividade
Descrição:	Custo de prevenção do Cancro Cítrico em relação ao ano anterior	Custo de um ha prevenido do Cancro Cítrico em relação à estimativa inicial	Nº de ha prevenido do Cancro Cítrico como um percentual da área programada	Percentual da área prevenida do Cancro Cítrico
Unidade de medida:	R\$	R\$/ha x 1.000 (área prevenida)	Porcentagem	Porcentagem
Índice de referência:	R\$ 2.080,81 e 169,97%	86,14%	100,00%	100,00%
Fonte:	SFA	SFA	SFA	SFA e IBGE
Fórmula de cálculo:	Variação absoluta do custo realizado de 2006 para 2007: CR2007 - CR2006 (3.305,05 - 1.224,24) = 2.080,81 Variação % do custo realizado de 2006 para 2007: [(CR2007 : CR2006) -1] .100 [(3.305,05 : 1.224,24) -1] .100 = 169,97	Custo unitário realizado (CUR) e programado (CUP) em 2007: CUR = (CR2007 : AC2007) = (3.305,05 : 9,90) = 333,84 CUP = (CP2007 : AP2007) = (10.518,79 : 9,90) = 1.062,50 Variação % entre custo unitário realizado e programado em 2007: [(CUR2007 : CUP2007) -1] .100 [(333,84 : 1.062,50) -1] .100 = -68,58%	Relação percentual entre o nº de ha prevenido e o nº de ha programados em 2007: (AC2007 : AP2007) .100 = (9,90 : 9,90).100 = 100,00%	Relação percentual entre o nº ha prevenido e a área total com produção de citricultura em 2007: (AC2007 : AT2007) .100 = (9,90 : 9,90).100 = 100,00%
CR=custo realizado; CP=custo programado; AC=área prevenida; AP=área programada; AT=área total				

PROGRAMA 0354 - DESENVOLVIMENTO DA FRUTICULTURA – PROFRUTA

Objetivo: Elevar padrões de qualidade e competitividade da fruticultura brasileira ao patamar de excelência requerido pelo mercado internacional.

Ação 47420000 - Prevenção e Controle da Sigatoka Negra - SIGATOKA

Produto: Área controlada. **Finalidade:** Elevar a produtividade e diminuir os custos de produção de banana por meio da prevenção e do controle da disseminação da sigatoka negra.

Atributo	Indicador			
	Economicidade	Eficiência	Eficácia	Efetividade
Descrição:	Custo de prevenção da Sigatoka Negra em relação ao ano anterior	Custo de um ha prevenido da Sigatoka Negra em relação à estimativa inicial	Nº de ha prevenido da Sigatoka Negra como um percentual da área programada	Percentual da área prevenida da Sigatoka Negra
Unidade de medida:	R\$	R\$/ha x 1.000 (área prevenida)	Porcentagem	Porcentagem
Índice de referência:	R\$ -261,98 e -6,80	59,42%	100,00%	100,00%
Fonte:	SFA	SFA	SFA	SFA e IBGE
Fórmula de cálculo:	Variação absoluta do custo realizado de 2006 para 2007: CR2007 - CR2006 (3.592,05 - 3.854,03) = -261,98 Variação % do custo realizado de 2006 para 2007: [(CR2007 : CR2006) -1] .100 [(3.592,05 : 3.854,03) -1] .100 = -6,80	Custo unitário realizado (CUR) e programado (CUP) em 2007: CUR = (CR2007 : AC2007) = (3.592,05 : 14,60) = 246,03 CUP = (CP2007 : AP2007) = (8.852,38 : 14,60) = 606,33 Variação % entre custo unitário realizado e programado em 2007: [(CUR2007 : CUP2007) -1] .100 [(246,03 : 606,33) -1] .100 = -59,42%	Relação percentual entre o nº de ha prevenido e o nº de ha programados em 2007: (AC2007 : AP2007) .100 = (14,60 : 14,60).100 = 100,00%	Relação percentual entre o nº ha prevenido e a área total com produção de banicultura em 2007: (AC2007 : AT2007) .100 = (14,60 : 14,60) . 100 = 100,00%
CR=custo realizado; CP=custo programado; AC=área prevenida; AP=área programada; AT=área total				

PROGRAMA 0356 - SEGURANÇA E QUALIDADE DE ALIMENTOS E BEBIDAS

Objetivo: Assegurar a qualidade e inocuidade de alimentos, bebidas e correlatos ofertados aos usuários. Número de Estabelecimentos de Produção de Alimentos e Bebidas com Controle Sanitário. Taxa de Conformidade na Produção de Alimentos e Bebidas. Número de Estabelecimentos com Sistema de Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle (APPCC).

Ação 47450000 – Fiscalização das Atividades com Organismos Geneticamente Modificados – FISCORGEN

Produto: Fiscalização de OGM **Finalidade:** Acompanhar e monitorar as atividades de pesquisa, produção, armazenamento, comercialização, importação e outras envolvendo organismos geneticamente modificados no País.

Atributo	Indicador			
	Economicidade	Eficiência	Eficácia	Efetividade
Descrição:	Custo de fiscalização de OGM em relação ao ano anterior	Custo de uma fiscalização de OGM em relação à estimativa inicial	Nº de fiscalizações de OGM realizadas em relação à meta física programada	Percentual de fiscalizações realizadas de OGM em relação ao total de unidades do universo da ação.
Unidade de medida:	R\$	R\$ / Fiscalização	Porcentagem	Porcentagem
Índice de referência:	R\$ 9.814,85 e 198,74 %	29,91%	131,11%	100,00
Fonte:	SFA	SFA	SFA	SFA
Fórmula de cálculo:	Variação absoluta do custo realizado de 2006 para 2007: CR2007 - CR2006 14.753,46 - 4.938,61 = 9.814,85 Variação % do custo realizado de 2006 para 2007: [(CR2007 : CR2006) -1] .100 [(14.753,46 : 4.938,61) -1] .100 = 198,74%	Custo unitário realizado (CUR) e programado (CUP) em 2007: CUR = (CR2007 : FR2007) = (14.753,46 : 118) = 125,03 CUP = (CP2007 : FP2007) = (16.053,92 : 90) = 178,38 Variação % entre custo unitário realizado e programado em 2007: [(CUR2007 : CUP2007) -1] .100 [(125,03 : 178,38) -1] .100 = -29,91	Relação percentual entre o nº de fiscalizações realizadas e o nº de fiscalizações programadas em 2007: (FR2007 : FP2007) .100 = (118 : 90).100 = 131,11	Relação percentual entre as Fiscalizações realizadas e as fiscalizações total de OGM em 2007: (FR2006 : FT2006) .100 = (118 : 118).100 = 100,00 Obs.: considerando FT = FR
	CR=custo realizado; CP=custo programado; FR=fiscalização realizada; FP=fisc. programada; FT=Fiscalização total			

1.1.2.5 - COMPARATIVO DOS RECURSOS DISPONIBILIZADOS E GASTOS NOS DIVERSOS PLANOS INTERNOS – 2006 E 2007

2006 PLANO INTERNO	RECURSOS DISPONIBILIZADOS						RECURSOS GASTOS					
	3390.14.	3390.30	3390.33	3390.36	3390.39	4490.52	3390.14.	3390.30	3390.33	3390.36	3390.39	4490.52
FEBREAFTOSA	8.246,40	5.356,00	-	-	14.110,00	-	6.906,09	4.150,44	-	-	13.623,99	-
FEAFTOSEXT	927,70	-	4.800,00	-	-	-	686,04	-	3.462,20	-	-	-
PCESUIDEO	9.273,92	3.500,00	5.400,00	-	1.500,00	-	5.450,43	1.780,00	4.044,32	-	200,00	-
PCEAVE	5.548,64	10.550,00	2.800,00	-	1.050,00	-	2.722,40	250,00	-	-	-	-
PCEDPEM	2.242,26	364,00	1.000,00	-	200,00	-	2.158,86	-	-	-	-	-
VIGIZOO	3.449,16	1.492,07	3.570,00	-	15.200,00	-	2.386,78	-	3.466,47	-	-	-
VACALOUCA	7.590,36	2.872,00	1.800,00	-	1.950,00	-	5.290,04	2.178,75	879,57	-	600,00	-
TUBERBRUCE	670,02	540,00	-	-	100,00	-	377,94	-	-	-	-	-
PCEBOV SEDESA	10.361,99	1.450,00	13.300,00	-	300,00	175.000,00	7.732,33	2.830,50*	12.884,78	-	-	173.900,00
PCEBOV SEFAG	10.396,56	6.470,00	-	-	1.890,00	-	4.248,92	*	-	-	-	-
PCEBOV SIPAG	14.513,38	2.645,00	-	-	2.200,00	-	12.367,11	*	-	-	-	-
VIGIFITO	6.163,58*	1.350,00	3.082,12*	412,30	600,00	-	4.497,56*	1.321,00	2.407,61	-	100,00	-
DSVEG	4.348,58	400,00	6.000,00	-	-	-	3.074,04	-	4.482,76	-	-	-
ERRADICC	4.380,90	2.150,00	-	1.803,90	500,00	-	45,81	1.321,00	2.407,61	-	100,00	-
SIGATOKA	1.728,84	562,00	1.900,00	-	500,00	-	1.414,46	300,00	1.639,57	-	500,00	-
PCPHORT	4.866,71	1.715,00	2.000,00	618,50	100,00	-	2.588,34	1.044,10	2.000,00	601,32	-	-
PCPCERES	824,64	405,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PCPOPLAN	2.924,63	900,00	3.300,00	-	1.700,00	-	2.506,28	900,00	2.670,57	-	1.180,00	-
FISCORGEN	4.097,32	770,00	-	-	350,00	-	3.663,80	1.274,81	-	-	-	-
CPFRTI	1.574,77	6.217,67	-	824,64	680,00	-	-	-	-	-	-	-

* PCEBOV – recursos descentralizados no elemento de despesa 3390.30 mas gastos no SEDESA/SIPAG/SEFAG.

* VIGIFITO – R\$ 1.470,00 do elemento de despesa 3390.14 e R\$ 3.082,12 de 3390.33 foram gastos pelo SEFAG.

2007**RECURSOS DISPONIBILIZADOS****RECURSOS GASTOS**

PLANO INTERNO	3390.14.	3390.30	3390.33	3390.36	3390.39	4490.52	3390.14.	3390.30	3390.33	3390.36	3390.39	4490.52
FEBREAFTOSA	12.024,15	7499,86	1.888,08	-	2.200,00	10.514,00	11.771,22	6.401,70	885,77	-	300,00	9.486,00
PCESUIDEO	3.762,42	2.172,39	-	-	2000,00	-	3.052,17	1.768,71	-	-	300,00	-
PCEAVE	8.366,32	2.020,00	6.221,50	1.658,08	1.550,00	-	6.637,68	709,00	4.363,51	776,51	0	-
PCEDPEM	927,71	672,02	1.676,91	-	400	-	838,34	477,98	915,04	-	0	-
VIGIZOO	1.801,41	2.560,00	500,00	-	19.310,00	-	1.216,74	2.428,12	0	-	1.090,00	-
VACALOUCA	4.340,50	1.710,00	-	700,00	4.544,00	-	2.306,58	720,38	-	0	200,00	-
TUBERBRUCE	1.704,26	550,00	1.950,00	-	300,00,	-	842,39	50,00	1.306,20	-	0	-
PCEBOV	3.772,76	479,52	3.740,00	1.628,62	300,11	-	2.476,13	320,48	150,36	0	0	-
VIGIFITO	10.125,49	3.820,00	5.900,00	618,48	8.380,00	-	5.149,15	2.375,05	4.800,00	395,16	7.132,50	-
ERRADICC	3.949,72	2.329,69	2.900,00	361,00	978,38	-	1.282,74	963,91	1.500,00	0	72,00	-
SIGATOKA	3.658,90	1.850,00	1.748,08	515,40	1.080,00	-	1.776,34	1.556,01	103,08	154,62	0,02	-
PCPHORT	2.937,73	1.504,59	-	1.752,36	600,00	-	2.261,97	590,01	-	1.583,99	0	-
PCPOPLAN	5.240,12	2.750,00	5.300,00	1.500,00	1.800,00	-	3.634,00	2.006,87	2.503,83	0	0	-
FISCORGEN	14.355,68	4.890,00	5.000,00	-	1.700,00	119.683,00	5.600,43	4.570,08	4.263,03	-	0	119.683,00
CPFRUTI	10.718,68	1.400,00	29.450,24	2.240,37	1.180,00	-	8.116,6	650,56	17.351,05	1.288,50	0	-
PCPCANA	412,86	-	-	-	-	-	0	-	-	-	-	-

1.1.2.6 - COMENTÁRIOS

A constância nas ações/atividades exercidas pelo SEDESA-GO, aliada à experiência adquirida para realizar as programações anuais, fez com que a eficiência no planejamento fosse próximo do ideal. Algumas variações foram em decorrência da flutuação da demanda que, por tratar-se de sanidade animal e vegetal não se pode calcular, com precisão, o quantitativo de metas e serem cumpridas.

Fato bastante positivo para o Serviço foi a inclusão de duas novos fiscais federais agropecuários, admitidas no último concurso, uma engenheira agrônoma e outra médica veterinária, que vieram preencher, em parte, lacunas existentes para o desenvolvimento das atividades. A fiscal médica veterinária recebeu treinamento intensivo em Brasília em todos os Programas Sanitários do DSA, quando teve oportunidade em obter ampla visão sobre a execução das diversas atividades, em conhecer novos colegas e os dirigentes do Departamento; foram também abordados aspectos relacionados à ouvidoria do MAPA, orçamento, questões jurídicas e correição. A fiscal federal engenheira agrônoma recebeu treinamento durante a realização do ENFIT – Encontro Nacional de Fitossanitaristas, ocorrido em novembro, onde foram abordados os Programas Sanitários do Departamento de Sanidade Vegetal. Ainda assim há limitação de ações, pois a quantidade diminuta de fiscais engenheiros agrônomos não supre a necessidade para atender a grande demanda dos diversos P.I.s da área vegetal do SEDESA-GO.

Como fator preponderante para o incremento das ações do Departamento de Saúde Animal, houve assinatura de convênio entre o Departamento e o Panaftosa, principalmente para a realização de treinamentos dos fiscais ligados ao DSA. Com isto foram treinados auditores nas áreas de febre aftosa e avicultura, estando presentes 05 fiscais do SEDESA desta Superintendência, que puderam posteriormente integrar equipes de auditorias em diversos Estados, verificando a situação dos sistemas de defesa sanitários, com ênfases nesses dois Programas (febre aftosa e avicultura). Neste contexto Goiás foi auditado para verificação do sistema sanitário avícola, recebendo recentemente o relatório da auditoria.

Além da auditoria recebida em 2007, no ano de 2006 o Estado foi também auditado sobre os Programas de Brucelose e Tuberculose e de Febre Aftosa. O SEDESA recebeu os relatórios neste corrente ano e todos os auditores tiveram a mesma observação quanto ao funcionamento dos Sistemas Sanitários. Verificou-se a necessidade de adequações para a realização plena das atividades inerentes a cada Programa e, para tanto, estão previstas reuniões técnicas com a Agrodefesa, em 2008, para implementação

Ainda há que se enaltecer a iniciativa do Departamento de Saúde Animal – DSA/MAPA, quanto à realização de diversas reuniões técnicas, que propiciaram atualização de legislações e informações, padronização de procedimentos e maior interface entre o DSA, SEDESAs e órgãos estaduais de defesa sanitária animal.

Outro fator bastante positivo para o desenvolvimento das atividades do SEDESA foi a integração com o SEFAG no tocante à realização das fiscalizações de lavouras para detecção de organismos geneticamente modificados e vistorias em estabelecimentos avícolas. Ainda integração com o SEPDAG nas auditorias sobre o sistema de rastreabilidade – SISBOV, por existir no SEDESA dois fiscais treinados para este sistema.

Um problema que o SEDESA vem encontrando é o contingenciamento de recursos para a participação em eventos da área vegetal que, infelizmente, fiscais do SEDESA deixaram de estar presente em alguns que trataram de temas de grande relevância para o aprimoramento do sistema de defesa sanitária vegetal, principalmente num momento de destacada expansão do setor agropecuário e de incremento do intercâmbio de vegetais e produtos vegetais, no âmbito interno e externo. Ainda há o fato de que, em caso de eventos técnicos, quando há convocação por Brasília para a participação e, às vezes, até para representação do Departamento, por fiscais deste SEDESA, nem sempre é possível essa participação devido à burocracia imposta para formalização de processos para liberação dos servidores, mesmo que os recursos para pagamento estejam descentralizados para a Superintendência. É necessário que haja descentralização para as SFAs para liberação do servidor, sem que o processo seja tramitado no MAPA/Brasília.

Apesar das dificuldades apontadas os fiscais federais agropecuários do SEDESA desenvolveram com presteza, dedicação e comprometimento as suas atribuições, trabalhando em equipe para executar as ações programadas pelo Serviço.

*Serviço de Inspeção
de Produtos
Agropecuários*

SIPAG

1.2. SERVIÇO DE INSPEÇÃO DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS - SIPAG

INSPEÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL

Quadro 07 - Ações Programadas – PT

META FÍSICA	UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO		EXECUTADO		PRODUTIVIDADE %	
		ANUAL (A)	ATÉ O MÊS (B)	NO MÊS (C)	ATÉ O MÊS (D)	(D/A)	(D/B)
A - Execução Direta							
Instalação de inspeção federal (SIF)	IF	07	07	01	10	142,86	142,86
Supervisão Estab.Carne e Deriv.(Merc. int/ext)		137	116	07	65	47,45	56,04
Supervisão Estab.Leite e Deriv.(Merc. int/ext)		273	222	10	144	52,75	64,87
Superv. estab.(pesc,ovos,mel e outros prod)	Superv.	16	14	03	41	256,25	292,86
Reinspeção de consumo e estab relacionados	Fiscal.	120	102	04	90	75,00	88,24
Colheita de produtos (carne e derivados)	amostra	1.240	1.034	34	481	38,79	46,52
Colheita de produtos (leite e derivados)	amostra	1.040	905	106	1.016	97,70	112,27
Colheita de produtos (pescado e derivados)	amostra	120	112	12	99	82,50	88,40
Colheita de produtos (ovos e derivados)	amostra	30	28	09	35	116,67	125,00
Colheita de produtos (mel e derivados)	amostra	10	08	01	01	10,00	12,50
Colheita de água de abastecimento industrial	amostra	400	360	49	425	106,25	118,06

QUADRO 08 – AÇÕES NÃO PROGRAMADAS – PT

A – Execução Direta		ATÉ OUTUBRO DE 2.007
METAS FÍSICAS	Unidade de medida	
Inspeção do abate de animais de açougue, pescado, mel, ovos, leite cru e dos produtos derivados:		
Aves	Cabeça	184.008.479
Bovinos/bubalinos (macho/fêmea)	Cabeça	2.353.417
Ovinos (machos/fêmeas)	Cabeça	6.704
Suínos	Cabeça	990.665
Carne de bovino/bubalino sem osso (resf/cong)	quilograma	397.290.391
Carne de suíno com osso (resf/cong)	quilograma	124.776.854
Carne de bovino/bubalino com osso (resf/cong)	quilograma	562.716.143
Carne de ovino/caprino com osso (resf/cong)	quilograma	121.331
Carne de suíno sem osso (resf/cong)	quilograma	12.417.644
Cortes de frango resf/cong/temp.	quilograma	156.651.659
Frango resfriado/temperado/congelados (carcaça)	quilograma	157.890.025
Miúdos de aves (resf/cong)	quilograma	6.184.249
Miúdos de bovinos (resf/cong)	quilograma	41.726.420
Miúdos de suínos (resf/cong)	quilograma	3.790.031
Ovos – galinha/codorna	dúzia	69.170.290
Bebidas lácteas	litro	36.503.252
Creme	quilograma	25.041.131
Creme UAT/UHT/pasteurizado	quilograma	27.992.789
Doce de leite	quilograma	248.501
Iogurte	quilograma	3.741.013
Leite condensado	quilograma	61.653.069
Leite cru tipo c	litro	1.584.211.900
Leite em pó	quilograma	65.497.090

Leite pasteurizado tipo "A"	litro	851.981
Leite pasteurizado tipo "C"	litro	40.873.099
Leite UAT/UHT	litro	484.910.058
Manteiga	quilograma	6.475.512
Margarina vegetal	quilograma	5.174.459
Mel e produtos apícolas	quilograma	34.574
Queijos	quilograma	30.226.227
Requeijão	quilograma	2.252.365
Soro de leite concentrado resfriado	quilograma	16.395.372
Soro de leite em pó	quilograma	4.306.225
Soro de leite resfriado	litro	49.121.031
Instalações de SIF	IF	10
Cancelamento de SIF	IF	10
Auto de infração	auto	37
Termo de advertência lavrado	termo	-
Auto de multa lavrado	auto	10
Multas aplicadas	R\$	50.000,00
Multas recolhidas	R\$	44.600,00
Multas encaminhadas à dívida ativa da união	processo	06
Valor em Real na dívida ativa	R\$	25.600,00

Aproveitamento condicional e condenações de produtos de origem animal		
Carcaça de bovino/bubalino (est. Pelo calor/conserva)	carcaça	792
Carcaça de bovino/bubalino (graxaria)	carcaça	137
Carcaça de bovino/bubalino (trat. Pelo frio/salga)	carcaça	6.016
Carcaça de suíno (est. Pelo calor/conserva)	carcaça	3.594
Carcaça de suíno (graxaria)	carcaça	2.166
Carcaça de suíno (salsicharia)	carcaça	-
Frango carcaça (graxaria/cond. Total)	carcaça	1.674.872
Frango cortes (aproveitamento condicional)	carcaça	8.638.125
Leite UAT/UHT (condenação)	litro	378.718
Leite em pó (condenação)	quilograma	110.042
Queijo (condenação)	quilograma	25.475

Reinspeção de consumo de produtos de origem animal		
Reinspeção de consumo	estabelecimento	90
Colheita de carne e derivados	amostra	04
Colheita de leite A e C e UAT/UHT	amostra	50
Colheita de pescado e derivados	amostra	58

Comercialização de produtos de origem animal		
Comércio local – Estado		
Carne de bovino resf/cong (sem osso)	quilograma	21.552.294
Carne de bovino resf/cong (com osso)	quilograma	63.172.157
Carne de ovino resf/cong (com osso)	quilograma	6.396
Carne de suíno resf/cong (sem osso)	quilograma	281.762
Carne de suíno (resf/cong) (com osso)	quilograma	728.701
Frango resf/cong/temp (carcaça e cortes)	quilograma	64.811.826
Miúdos de aves (resf/cong)	quilograma	1.200.667
Miúdos de bovino resf/cong	quilograma	6.843.658
Miúdos de suíno resf/cong	quilograma	298.284
Ovos	dúzia	23.673.334
Bebida Láctea	litro	8.470.890

Creme UAT/UHT/pasteurizado	quilograma	8.267.567
Doce de leite	quilograma	345.763
Iogurte	quilograma	6.249.994
Leite condensado	quilograma	16.301.108
Leite em pó	quilograma	20.493.795
Leite pasteurizado tipo A	litro	711.951
Leite pasteurizado tipo C	litro	23.854.976
Leite UAT/UHT	litro	177.998.453
Manteiga	quilograma	911.567
Margarina vegetal	quilograma	3.503.383
Mel e produtos apícolas	quilograma	11.287
Queijo	quilograma	5.027.574
Soro de leite resfriado	litro	28.671.644

Comércio Interestadual		
Carne de bovino resf/cong (com osso)	quilograma	106.980.539
Carne de bovino resf/cong (sem osso)	quilograma	230.097.648
Carne de ovino resf/cong (com osso)	quilograma	105.910
Carne de suíno resf/cong (com osso)	quilograma	1.412.419
Carne de suíno resf/cong (sem osso)	quilograma	8.839.716
Carne resf/cong/temp (carcaça e cortes)	quilograma	89.412.739
Miúdos de ave (resf/cong)	quilograma	1.622.590
Miúdos de bovino resf/cong	quilograma	29.673.766
Miúdos de suíno (resf/cong)	quilograma	1.368.115
Ovos	dúzia	33.119.160
Bebida Láctea	litro	34.932.166
Creme	quilograma	11.856.409
Creme UAT/UHT/pasteurizado	quilograma	28.541.706
Doce de leite	quilograma	296.894
Iogurte	quilograma	3.499.111
Leite condensado	quilograma	56.172.300
Leite cru concentrado resfriado e integral/padronizado/desnat.	litro	58.017.667
Leite em pó	quilograma	63.725.509
Leite pasteurizado tipo C	litro	13.907.346
Leite UAT/UHT	litro	411.280.744
Manteiga	quilograma	9.275.750
Margarina vegetal	quilograma	2.835.213
Mel e produtos apícolas	quilograma	44.796
Queijo	quilograma	33.955.624
Soro de leite resfriado	litro	1.641.952
Leite cru resfriado (integral/padronizado/desnatado)	litro	46.398.243

Comércio internacional		
Exportação		
Carne de bovino resf/cong (sem osso)	quilograma	173.193.939
Carne de bovino resf/cong (com osso)	quilograma	11.052
Carne de bovino resf/cong (Cota Hilton)	quilograma	--
Carne de suíno resf/cong (com osso)	quilograma	8.178.145
Carne de suíno resf/cong (sem osso)	quilograma	6.834.196
Carne e outros produtos (salgados)	quilograma	1.919.582
Cortes resf/cong/temp de frango	quilograma	79.080.899
Frango resf/cong/temp (carcaça)	quilograma	73.077.607

Miúdo de aves (resf/cong)	quilograma	3.904.720
Miúdos de bovino resf/cong	quilograma	16.972.875
Miúdos de suínos resf/cong	quilograma	2.702.913
Outros derivados de carne bovina	quilograma	673.606
Outros subprodutos de bovino	quilograma	244.190
Leite em pó	quilograma	8.582.660
Queijos	quilograma	-

Importação		
Pescados e Derivados	quilograma	420.236

Obs. Os dados estatísticos são de janeiro a outubro de 2007.

Quadro 09 - Outras Informações

Número de Estabelecimentos sob Inspeção Federal Localizados no Estado de Goiás	
CATEGORIA	QUANTIDADE
Carne e derivados	
Matadouro frigorífico	25
Matadouro de aves e coelhos	06
Fábrica de conservas	05
Entrepasto de carne e derivados	04
Leite e derivados	
Usina de beneficiamento	27
Fábrica de laticínios	117
Posto de refrigeração	33
Granja leiteira	02
Outros estabelecimentos	
Entrepasto de ovos e derivados	08
Entrepasto de pescado e derivados	01
Entrepasto de mel e derivados	01
Fábrica de produtos gordurosos	01
Fábrica de coalhos e coagulantes	01
Estabelecimentos relacionados	08
Total	239

Quadro 10 - Quadro de Pessoal do SIPAG/DFA/GO

Categoria Funcional - Inspeção de Produtos de Origem Animal	Número de funcionários
Fiscal Federal Agropecuário (méd. vet.).	57
Agente de inspeção sanitária industrial produto de origem animal	47
Auxiliar Operacional Agropecuário	01
Agente Administrativo	03
Médico Veterinário cedido através de "convênio"	25
Técnico de Inspeção de Produtos de Origem Animal "Contrato Temporário"	21
Auxiliar de Inspeção cedido através de "convênio"	137

Estagiários “Informática-IEL”	03
Auxiliar de Inspeção cedido através do Artigo 102/RIISPOA	394
Sub-total	688
Categoria funcional - Inspeção de Produtos de Origem Vegetal	
Fiscal Federal Agropecuário	07
Agente de Atividade Agropecuário	01
Agente de Atividade Agropecuário “Cedido”	01
Auxiliar Operacional Agropecuário	01
Engenheiro Agrônomo “Cedido”	01
Sub-total	11
TOTAL	711

Fonte: SIPAG/DFA/GO.

Comparando as atividades da inspeção de produtos de origem animal do SIPAG/GO no ano de 2007 em relação ao ano de 2006, podemos constatar:

Abate de Bovinos/Bubalinos	Acréscimo de 8,73%
Abate de Suínos	Acréscimo de 13,88%
Abate de aves	Acréscimo de 20,95%
Produção ovos (Dúzia)	Acréscimo de 45,05%
Produção de leite cru tipo “C”	Acréscimo de 10,71%
Produção de leite pasteurizado tipo (C)	Acréscimo de 2,36%
Produção de leite esterilizado (UHT)	Decréscimo de 5,35%
Produção de leite em pó	Acréscimo de 24,15%
Produção de queijos(todos os tipos)	Decréscimo de 3,56%
Produção de bebida Láctea	Decréscimo de 5,76%

Obs.: Para obtenção dos dados foi usada a comparação do total de janeiro a outubro de 2006 com o total de janeiro a outubro de 2007.

1.2.2.1. CÁLCULO DOS INDICADORES DE DESEMPENHO:

Os indicadores de desempenho correspondem às ações do ano todo.

Programa PPA: 0356 – Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas.

Em 2007 o SIPAG/DFA/GO, desempenhou suas atividades com recursos orçamentários e financeiros, oriundos dos seguintes planos internos: INSPANIMAL, FISCFRAUDE, LABANIMAL, PCEBOVDIPOA, CONTROPOA E RESIDUOS.

INSPANIMAL – Inspeção industrial e sanitária dos produtos, subprodutos e derivados de origem animal.

Objetivo: Garantir a sanidade para o consumo de produtos e subprodutos de origem animal.

Ação: 3861 – Supervisões realizadas e capacitação de servidores.

Atendimento ao cronograma de supervisões e capacitação de servidores do SIPAG/DT/SFA-GO.

PI INSPANIMAL

Resumo do Título	Meta Física		Recursos	
	Unidade	Qtde	R\$	%
3861 – Supervisões realizadas e capacitação de servidores	Supervisão / Capacitação	291	67.889,00	100,00%

FISCFRAUDE – Fiscalização contra a fraude e a clandestinidade de produtos de origem agropecuária.

Objetivo: Supervisão e ação para combater a falsificação de produtos de origem animal e a fraude de ordem econômica.

Ações: 9016 – Fiscalização/supervisão/colheita/treinamento realizadas

Realizar fiscalização/supervisão/treinamento e colheitas de amostras em estabelecimentos produtores, comércio varejistas/atacadistas visando o combate à fraude.

PI – FISCFRAUDE

Resumo do Título	Meta Física		Recursos	
	Unidade	Qtde	R\$	%
9016 – Fiscalização/supervisão /colheita/treinamento realizadas	Fiscalização/capacitação/curso	100	82.626,00	100,00%

CONTROPOA – Realizar capacitação dos servidores lotados no serviço de inspeção.

Objetivo: Supervisão e ação para combater a falsificação de produtos de origem animal e a fraude de ordem econômica.

Ações: 9259 – Realizar capacitação de servidores do SIPAG/GO.

PI – CONTROPOA

Resumo do Título	Meta Física		Recursos	
	Unidade	Qtde	R\$	%
9259–Treinamentos de servidores/qualificação	Pessoas	20	7.401,00	100,00%

Atributos INSPANIMAL2	Indicadores			
	Economicidade	Eficiência	Eficácia	Efetividade
Descrição:	Custo para garantir a sanidade e qualidade do produto ofertado ao consumidor em relação ao ano anterior	Custo de supervisões em estabelecimentos de origem animal em relação a estimativa inicial.	Número de supervisões em relação ao percentual de supervisões programadas.	Percentual de supervisões realizadas nos estabelecimentos em relação ao programado
Unidade de medida:	R\$	R\$/Supervisões	Porcentagem	Porcentagem
Índice de referência:	96%	-2%	-32%	68%
Fonte:	SFA/SIPAG	SFA/SIPAG	SFA/SIPAG	SFA/SIPAG
Fórmula de cálculo:	<p>Varição absoluta (VA) do custo realizado de 2006 para 2007</p> $\text{CR2007} - \text{CR2006}$ $68.889,00 - 34.600,00 = 33.289,00$ <p>Varição % do custo realizado de 2007 para 2006</p> $\frac{[(\text{CR2007} \div \text{CR2006}) \times 100] - 100}{[(67.889,00 \div 34.600,00) \times 100] - 100} = 96\%$	<p>Custo unitário realizado (CUR) e programado (CUP) em 2007:</p> $\text{CUR} = (\text{CR2007} \div \text{QR2007})$ $67.889,00 \div 291 = 233,00$ $\text{CUP} = (\text{CP2007} \div \text{QP2007})$ $100.633,00 \div 426 = 236,00$ <p>Varição % entre custo unitário realizado e programado em 2007:</p> $\frac{[(\text{CUR2007} \div \text{CUP2007}) \times 100] - 100}{[(233 \div 236) \times 100] - 100} = -2\%$	<p>VARIAÇÃO ABSOLUTA (VA) ENTRE FISCALIZAÇÕES REALIZADAS E PROGRAMADAS</p> $\text{VA2007} = (\text{QR2007} - \text{QP2007})$ $291 - 426 = -135$ <p>VARIAÇÃO RELATIVA (VR) ENTRE FISCALIZAÇÕES REALIZADAS E PROGRAMADAS EM PORCENTAGEM</p> $\frac{[(\text{QR2007} \div \text{QP2007}) \times 100] - 100}{[(291 \div 426) \times 100] - 100} = -32\%$	<p>VARIAÇÃO ABSOLUTA (VA) ENTRE FISCALIZAÇÕES REALIZADAS E PROGRAMADAS</p> $\text{VA2007} = (\text{QR2007} - \text{QP2007})$ $291 - 426 = -135$ <p>Relação percentual entre a fiscalização realizada e a fiscalização programada em 2007:</p> $(\text{QR2007} \div \text{QP2007}) \times 100$ $(291 \div 426) \times 100 = 68\%$

Atributos FISCFRAUDE	Indicadores			
	Economicidade	Eficiência	Eficácia	Efetividade
Descrição:	Custo para supervisão, fiscalização e colheita de amostras para análise laboratorial em estabelecimentos com SIF, comércio atacadista e varejista.	Custo da supervisão, fiscalização e colheita de amostra nos estabelecimentos com SIF, comércio atacadista e varejista.	Números de supervisão, fiscalizações e colheitas de amostras realizadas em relação ao programado.	Percentual de supervisão, fiscalizações e colheitas de amostras realizadas em relação ao programado.
Unidade de medida:	R\$	R\$/fiscalização e colheita	Porcentagem	Porcentagem
Índice de referência:	1035%	-12%	400%	500%
Fonte:	SFA/SIPAG	SFA/SIPAG	SFA/SIPAG	SFA/SIPAG
Fórmula de cálculo:	<p>Varição absoluta (VA) do custo realizado de 2007 para 2006</p> $\mathbf{CR2007 - CR2006}$ $82.626,00 - 7.980,00 = 74.646,00$ <p>Varição % do custo realizado de 2007 para 2006</p> $\mathbf{[(CR2007 \div CR2006 \times 100) - 100}$ $[(82.626,00 \div 7.980,00) \times 100] - 100 = 1035\%$	<p>Custo unitário realizado (CUR) e programado (CUP) em 2007:</p> $\mathbf{CUR = (CR2007 \div QR2007)}$ $82.626,00 \div 100 = 826,00$ $\mathbf{CUP = (CP2007 \div QP2007)}$ $23.296,00 \div 20 = 1165$ <p>Varição % entre custo unitário realizado e programado em 2007:</p> $\mathbf{[(CUR2007 \div CUP2007) \times 100] - 100}$ $\mathbf{[(1035,00 \div 1165,00) \times 100] - 100 = -12\%}$	<p>VARIAÇÃO ABSOLUTA (VA) ENTRE FISCALIZAÇÕES REALIZADAS E PROGRAMADAS</p> $\mathbf{VA2007 = QR2007 - QP2007}$ $100 - 20 = 80$ <p>VARIAÇÃO RELATIVA (VR) ENTRE FISCALIZAÇÕES REALIZADAS E PROGRAMADAS EM PERCENTAGEM</p> $\mathbf{[(QR2007 \div QP2007) \times 100] - 100 = 400\%}$	<p>VARIAÇÃO ABSOLUTA (VA) ENTRE FISCALIZAÇÕES REALIZADAS E PROGRAMADAS</p> $\mathbf{VA2007 = QR2007 - QP2007}$ $100 - 20 = 80$ <p>Relação percentual entre a fisc. realizada e a fisc. programada em 2007:</p> $\mathbf{(QR2007 \div QP2007) \times 100}$ $\mathbf{(100 \div 20) \times 100 = 500\%}$

Atributos CONTROPOA	Indicadores			
	Economicidade	Eficiência	Eficácia	Efetividade
Descrição:	Custo para supervisão, fiscalização e colheita de amostras para análise laboratorial em estabelecimentos com SIF, comércio atacadista e varejista.	Custo da supervisão, fiscalização e colheita de amostra nos estabelecimentos com SIF, comércio atacadista e varejista.	Números de supervisão, fiscalizações e colheitas de amostras realizadas em relação ao programado.	Percentual de supervisão, fiscalizações e colheitas de amostras realizadas em relação ao programado.
Unidade de medida:	R\$	R\$/fiscalização e colheita	Porcentagem	Porcentagem
Índice de referência:	-100%	-58%	0%	100%
Fonte:	SFA/SIPAG	SFA/SIPAG	SFA/SIPAG	SFA/SIPAG
Fórmula de cálculo:	<p>Varição absoluta (VA) do custo realizado de 2007 para 2006</p> $\text{CR2007} - \text{CR2006}$ $7.401,00 - 0 = 7.401,00$ <p>Varição % do custo realizado de 2007 para 2006</p> $\left[\frac{\text{CR2007} - \text{CR2006}}{\text{CR2006}} \times 100 \right] - 100$ $\left[\frac{7.401,00 - 0}{0} \times 100 \right] - 100 = -100\%$	<p>Custo unitário realizado (CUR) e programado (CUP) em 2007:</p> $\text{CUR} = \frac{\text{CR2007}}{\text{QR2007}}$ $7.401,00 \div 20 = 370,00$ $\text{CUP} = \frac{\text{CP2007}}{\text{QP2007}}$ $17.514,00 \div 20 = 875,00$ <p>Varição % entre custo unitário realizado e programado em 2007:</p> $\left[\frac{\text{CUR2007} - \text{CUP2007}}{\text{CUP2007}} \times 100 \right] - 100$ $\left[\frac{370,00 - 875,00}{875,00} \times 100 \right] - 100 = -58\%$	<p>VARIAÇÃO ABSOLUTA (VA) ENTRE FISCALIZAÇÕES REALIZADAS E PROGRAMADAS</p> $\text{VA2007} = \text{QR2007} - \text{QP2007}$ $20 - 20 = 0$ <p>VARIAÇÃO RELATIVA (VR) ENTRE FISCALIZAÇÕES REALIZADAS E PROGRAMADAS EM PERCENTAGEM</p> $\left[\frac{\text{QR2007} - \text{QP2007}}{\text{QP2007}} \times 100 \right] - 100 =$ $\left[\frac{20 - 20}{20} \times 100 \right] - 100 = 0\%$	<p>VARIAÇÃO ABSOLUTA (VA) ENTRE FISCALIZAÇÕES REALIZADAS E PROGRAMADAS</p> $\text{VA2007} = \text{QR2007} - \text{QP2007}$ $20 - 20 = 0$ <p>Relação percentual entre a fisc. realizada e a fisc. programada em 2007:</p> $\frac{\text{QR2007}}{\text{QP2007}} \times 100$ $\frac{20}{20} \times 100 = 100\%$

1.2.1.2 - COMENTÁRIO DOS INDICADORES EM RELAÇÃO AO PLANO PLURI-ANUAL E PLANOS INTERNOS.

Em relação às metas programadas dentro do Plano Pluri-anual do SIPAG/GO e seus Planos Internos (INSPANIMAL, FISCFRAUDE e CONTROPOA), observamos que:

Foram programados R\$ 470.443,00 (quatrocentos e setenta mil quatrocentos e quarenta e três reais) para o atendimento das ações de supervisão, colheita de produtos, treinamentos, aquisição de bens permanentes e materiais de consumo.

Metas programadas

Ações: 526 supervisões/fiscalização/colheita/treinamento

INSPANIMAL2: Programação = R\$100.633,00 + R\$305.000,00 + R\$24.000,00

Supervisões programadas: 426

FISCFRAUDE: Programação = R\$2.496,00 + R\$ 14.800,00 + R\$6.000,00

Fiscalizações/colheita/treinamento programadas: 100

CONTROPOA: Programação = R\$17.513,00

Fiscalização/colheita = 20

TOTAL DE RECURSOS SOLICITADOS: R\$ 470.443,00

(Obs.: Os recursos programados para aquisição de bens permanentes e material de consumo não foram disponibilizados).

Supervisões /Fiscalização/Acompanhamento/Treinamento realizadas:

INSPANIMAL2: Supervisões realizadas: 291

FISCFRAUDE: Treinamento/colheita/curso realizadas: 100

CONTROPOA: Treinamento (zero)

Demonstrativo das Execuções das Despesas dos Planos:

INSPANIMAL2: R\$ 67.889,00

FISCFRAUDE: R\$ 82.626,00

CONTROPOA: R\$ 7.401,00

RESIDUOS: R\$ 4.307,00

LAB ANIMAL: R\$ 2.232,00

PCEBOV/DIPOA: R\$ 54.288,00

Obs.: O total gasto pelo SIPAG no corrente ano foi de R\$218.744,00, parte desses recursos não foram programadas pelo SIPAG; e foram utilizados sem programação os PIs (RESÍDUOS, PCBOV DIPOA e LAB ANIMAL) ambos programados pelo DIPOA.

PLANO INTERNO INSPANIMAL2

Indicador de Economicidade

No ano de 2007, houve um acréscimo de despesas em relação ao ano anterior, na ordem de 96%, no entanto, os aumentos de custos devem-se aos cursos, treinamentos e combate a fraude do leite, ambos não programados.

Indicador de Eficiência

O custo unitário realizado foi menor que o programado, evidenciando a realização das ações com menos recursos.

Indicador de Eficácia

Não houve eficácia, visto que não foram realizada as metas programadas.

Indicador de Efetividade

A quantidade de ações realizadas em funções do nº de estabelecimentos fiscalizados obteve uma efetividade de 68%, comprovando um desempenho não satisfatório.

***Plano Interno FISCFRAUDE**

Indicador de Economicidade

No ano de 2007, ouve acréscimo de despesas em relação ao ano anterior, no entanto, o aumento de 1035% se deve as ações não programadas pelo SIPAG/GO e sim pelo DIPOA, onde foram descentralizados recursos para as realizações de capacitação, curso de pós-graduação, combate à fraude, e outras atividades.

Indicador de Eficiência

O custo unitário realizado foi menor que o programado, evidenciando a realização das ações com menos recursos, no entanto, o custo unitário programado foi de vinte ações somente para treinamento do pessoal e não computado outras ações que foram incluídas.

Indicador de Eficácia

Houve eficácia devido a quantidade de ações realizadas e a meta programada.

Indicador de Efetividade

Obtivemos a efetividade, pois a quantidade de ações realizadas foram maiores em 500% das metas programadas, contudo o aumento significativo deve-se a descentralização de recursos não programados para outros fins, como: cursos, treinamentos, combate a fraude, etc.

***Plano Interno CONTROPOA**

Indicador de Economicidade

Não há como comparar a economicidade, pois não foi programado esse PI para o ano de 2006.

Indicador de Eficiência

O custo unitário realizado foi menor em 42% em relação ao custo programado.

Indicador de Eficácia

Houve eficácia, pois foram compridas as ações programadas.

Indicador de Efetividade

Obtivemos a efetividade, pois o impacto previsto e o impacto efetivo das ações foram realizados em 100%.

Considerando os indicadores de desempenho da área animal, não foram obtidos desempenhos satisfatórios, devido as programações realizadas pelo DIPOA com relação a treinamentos, curso de pós-graduação, ações de combate a fraude do leite, requisição de FFAs para atuarem na CGPE, no DIPOA, DILEI, auditorias em outros estados, impossibilitando assim o atendimento às metas programadas.

Considerando os indicadores de desempenho na área animal do SIPAG/DT/SFA-GO, a performance poderia ser melhor, mas mesmo assim ainda tivemos uma atuação satisfatória em determinados P.I'S programados, pois a liberação de recursos, neste ano, foi a tempo e a hora.

Dentro das ações programadas na área animal tivemos fatores que contribuíram para o não atendimento total das metas programadas, tais como:

1. Persiste a estrutura organizacional da Superintendência Federal de Agricultura (SFA) e que continua sem atender aos anseios dos FFAs e dos Serviços;
2. Falta de servidores para o atendimento às necessidades do serviço.
3. Requisição de FFAs para atuarem na CGPE, no DIPOA, DILEI e auditorias em outros estados.

No ano de 2007, até outubro, foram lavrados: 37 autos de Infração, 10 Autos de Multa:

A. Valores das multas aplicadas: R\$ 50.000,00

B. Valores das multas recolhidas R\$ 44.600,00

C. Multas encaminhadas para a Dívida Ativa da União: 06 (seis) processos, no valor de R\$ 25.600,00.

De acordo com os dados estatísticos da área animal do SIPAG/DT/SFA-GO, observamos que, mesmo enfrentando algumas dificuldades pelos nossos produtores e industriais, como meios de transporte, aumento de tarifas etc, a produtividade do agronegócio continua crescendo nas áreas de abate de bovinos, aves e suínos e na produção de leite e derivados, exceto a produção queijos, leite UHT, bebidas lácteas, bem como continuam aumentando as exportações de produtos cárneos. Neste ano o Estado de Goiás recebeu missões sanitárias de várias partes do mundo – EUA, UE, Chile, China, Rússia, etc.

1.2.2- INSPEÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DE PRODUTOS VEGETAIS

1.2.2.1 - INSPEÇÃO DE BEBIDAS

O Serviço de Inspeção de Produtos Agropecuários – Inspeção Vegetal/Atividade de Bebidas/Vinagres em Goiás tem responsabilidade compartilhada com as empresas que produzem, fabricam, manipulam, envasam e engarrafam bebidas/vinagres no Estado de Goiás, quer sejam elas bebidas alcoólicas ou não alcoólicas, e vinagres, tem ainda a função de garantir a qualidade destes produtos que são ingeridos pela população ao fiscalizar e inspecionar os sistemas de produção e controle destas indústrias que ofertam bebidas/vinagres ao consumidores locais, nacionais e estrangeiros. Tem ainda responsabilidade compartilhada com as empresas que comercializam estes produtos, pois estas bebidas/vinagres são consideradas alimentos junto ao *Codex Alimentarius*, sendo elas atacadistas ou varejistas, pois são estes estabelecimentos que fazem a distribuição e comercialização dessas bebidas/vinagres aos consumidores, sejam eles crianças ou adultos. A Inspeção Vegetal/Atividade de Bebidas e Vinagres através dos FFAs vão diretamente aos estabelecimentos industriais fazer inspeções *in loco*, bem como as re-inspeções nos produtos que são ofertados nos estabelecimentos atacadistas e varejistas, ainda os orienta de como proceder para comercialização destas bebidas/vinagres, ou seja, comercializar somente produtos que estejam registrados junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA.

Ainda é função da Inspeção Vegetal/Atividades de Bebidas e Vinagres verificar o atendimento dos padrões de identidade e qualidade estabelecidos pelo MAPA, em aferições através de análises destas bebidas/vinagres.

Também é a Inspeção Vegetal/Atividades de Bebidas e Vinagres que determina as condições que devem ser atendidas para registro dos estabelecimentos e produtos, além de identificar as matérias-primas e os aditivos permitidos e proibidos, as características intrínsecas e extrínsecas e a rotulagem dos produtos a serem registrados obedecendo a legislações do MAPA, MS e INMETRO, que posteriormente serão ofertados aos consumidores locais e de outras regiões.

A execução da Inspeção Vegetal/Atividades de Bebidas e Vinagres é direta com os fiscalizados e não depende de terceiros para a execução das metas programadas no PT anual. Por isso é importante o controle de qualidade nos produtos que são ofertados tanto em nível de comércio nas re-inspeções, quanto em nível de indústria quando acontecem as inspeções *in loco*.

Este controle de qualidade é um importante instrumento na abertura de novos mercados e manutenção dos já adquiridos, haja vista que o consumidor na atualidade é mais exigente e vem ocorrendo, naturalmente, uma seleção desses estabelecimentos industriais quando estes ofertam produtos de qualidade.

Todas as atividades do agronegócio em Goiás vêm crescendo e em relação à Inspeção Vegetal – Atividade de Bebidas e Vinagres não é diferente, pois ano a ano o número de estabelecimentos industriais nessa atividade vem aumentando, e neste ano de 2007 umas das atividades industriais que mais cresceram no ramo de alimentos foi a área de bebidas, de acordo com informações dadas pela imprensa. Verificou-se que o ano de 2007 terminou com 126 estabelecimentos industriais e 1816 produtos registrados, e se compararmos com 2006 que terminou com 124 estabelecimentos e 1596 produtos registrados no Estado houve um acréscimo de 1,61% e 13,78%, respectivamente – TABELA 03 O pequeno acréscimo em relação ao ano anterior foi em função de que houve cancelamento de 03 indústrias que encerraram suas atividades, porém houve acréscimo do número de indústrias, já que este ano registramos 05 novos estabelecimentos, o que é significativo para um Estado que vem se industrializando também em vários outros setores. Ainda podemos fazer uma evolução de 2006 para 2007 em número de estabelecimentos e produtos registrados: em 2006 houve 21 novos estabelecimentos registrados e 304 novos produtos, já em 2007 houve 05 novos estabelecimentos e 176 novos produtos registrados na atividade de Bebidas/Vinagres, portanto uma variação percentual de 23,81% e 57,89%, respectivamente, para mais, em um ano – TABELA 04

Mesmo tendo registrado menos estabelecimento e produtos durante o ano em comparação ao ano anterior, notamos que houve crescimento, e este crescimento real demonstra o quanto a atividade vem crescendo e se profissionalizando, pois durante o ano de 2007 houve 03 cancelamentos de indústrias que paralisaram suas atividades por vários motivos, e um deles é em relação à qualidade dos produtos e a exigência por parte dos consumidores, portanto, é importante quando verificamos que a Inspeção Vegetal – Atividades de Bebidas e Vinagres em Goiás vem ano a ano crescendo em número de estabelecimentos em comparação com os desativados, este fato com certeza também deve estar ocorrendo em outros setores a nível de Goiás e nos demais Estados da Federação.

Mesmo verificando que a cada ano está havendo um acréscimo industrial em nosso Estado, o ano de 2007 apresentou vários problemas que dificultaram as nossas atividades em atingir as metas programadas no PT anual, o que iremos descrever resumidamente abaixo:

01 – não liberação de recursos no tempo certo e na quantidade solicitada para a realização de atividades no interior do estado, sendo então priorizada a inspeção de estabelecimentos na capital e seu entorno;

02 – as atividades foram prejudicadas com a greve dos FFA's;

03 – viagem de fiscais para fora do estado para cursos e blitz, acarretando diminuição das metas;

04 - tivemos um fiscal ocupando o cargo de substituto da DT, portanto não contribuindo em tempo integral na atividade de bebidas/vinagres, sendo prejudicada atividade, um fiscal foi transferido em definitivo para o LANAGRO;

05 – redução do quadro técnico a partir de 2005, pois um fiscal com grande experiência na área foi deslocado para outro serviço, um fiscal transferido e outro ocupando substituição na DT. Em 2007 tivemos 02 novos FFA's atuando na atividade da Inspeção Vegetal, efetivados através de concurso público a partir de junho deste ano, porém ainda estão sendo treinados;

06- reforma do prédio, é um benefício para todos nós servidores, porém as atividades foram prejudicadas com esta reforma a partir do momento em que ocupamos salas com vários servidores e pouco ponto de rede para executarmos nossas atividades internas e atendimento ao público externo.

No término das atividades verificamos que as metas programadas para inspeção industrial não foram atingidas, pois o ano de 2007 foi prejudicado, o que já discorreremos acima. No entanto, ao fazermos o somatório das metas em sua totalidade (inspeção em indústrias e re-

inspeções no comércio em geral) verificamos que atingimos mais da metade da programação, ou seja, 59,57% das mesmas foram atingidas, o que demonstra a atipicidade do ano de 2007 em relação a nossa atividade – Inspeção Vegetal/Atividades de Bebidas e Vinagres.

Um fato interessante que nós temos verificado é que ultimamente o comércio tem adquirido para comercialização somente produtos (bebidas em geral) registrados no MAPA, sendo poucos os estabelecimentos encontrados comercializando produtos sem registro, o que reforça o fato de uma maior conscientização de nossos empresários, consumidores mais exigentes e uma efetiva fiscalização da Inspeção Vegetal/Atividade de Bebidas e Vinagres ao longo desses anos, orientando estes empresários da importância de comercializar produtos registrados junto ao MAPA, ofertando com isto produtos de melhor qualidade a nossa população.

Além desses fatos citados acima a Inspeção Vegetal/Atividades Bebidas e Vinagres em fiscalizações pelo interior continuou no ano de 2007 através de visitas as vigilâncias municipais de alguns municípios explicando o nosso trabalho e solicitando contribuição mútua, o que com certeza também vêm ajudando nossa missão, que é ofertar bebidas/vinagres de qualidade.

Para avaliar a atuação da Inspeção Vegetal/Atividades Bebidas e Vinagres, consideramos os dados apresentados nos Quadros 11 A 13 E TABELAS , e utilizamos para o cálculo dos indicadores de desempenho os valores das diárias do Plano Interno (PI) IPVEGETAL, pois este PI se relaciona com a ação principal da área de Bebidas dentro do Programa Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas. Também utilizamos o PI CONTROVEG.

Os trabalhos realizados pela equipe da Inspeção Vegetal/Atividades de Bebidas e Vinagres do Serviço de Inspeção de Produtos Agropecuários - SIPAG não atingiu as metas propostas para o ano de 2007 na inspeção e fiscalização de indústrias e comércio de bebidas e vinagres, tendo em vista os problemas já mencionados, mesmo que a metas tenha ficado abaixo do programado consideramos que 59,57% de suas totalidades atingidas foram satisfatórias, haja vista os vários fatores que prejudicaram a Inspeção Vegetal/Atividade de Bebidas e Vinagres durante o ano (QUADRO 11).

Em Goiás no ano de 2007 foram registrados 05 estabelecimentos e 176 produtos (QUADRO 12), totalizando no final do ano 126 estabelecimentos e 1816 produtos registrados no Estado. Verificamos que está havendo crescimento do número de estabelecimentos registrados ano após ano (TABELA 03).

O número de estabelecimentos fiscalizados/inspecionados (NEFI) no ano de 2007 em relação a indústria e comércio em geral foi diminuída em relação aos anos anteriores (TABELA 02), esta ocorrência foi em função do que já mencionamos, tendo em vista que programamos

nossas atividades dentro da realidade do nosso contingente, porém outros fatores contribuíram para que nossos objetivos não fossem alcançados em sua totalidade, como já citamos neste relatório.

Gastamos 64,99% a menos do que o programado, tendo em vista que os recursos não foram descentralizados como o programado no PI IPVEGETAL1, bem como os recursos descentralizados foi menor do que o programado no PI e não ocorreu a tempo e a hora mês a mês, bem como houve outros fatores que contribuíram para este fato, como já descrevemos anteriormente daí o motivo desse índice ter dado tão alto (TABELA 02).

Na TABELA 03 podemos verificar o número de diárias concedidas para realização do trabalho proposto no ano de 2007, o que foi bem abaixo do programado no PT 2008.

A nossa eficácia foi de 57,57%, mostrando o que já discorremos anteriormente, sendo que o índice de efetividade foi 83,33%. No índice de efetividade foi considerado o número de inspeções/fiscalizações em indústrias em relação ao número de indústrias registradas.

A Área de Bebidas e Vinagres, desde 2004 está dando continuidade ao trabalho de “gestão participativa”, reunindo com profissionais dos órgãos de vigilância sanitária do interior e capital (VISA) e estadual (ANVISA - Estadual), divulgando o trabalho para que através de uma ação conjunta, aumentar a formalidade das empresas/produtores que manipulam produtos que são ofertados diretamente a população.

Concluindo, acreditamos que o Serviço de Inspeção de Produtos Agropecuários/Inspeção Vegetal - Atividade de Bebidas e Vinagres, atingiu os seus objetivos em 2007 graças a toda a sua equipe que trabalha unida e em harmonia, bem como tivemos também quando precisamos o apoio da administração para alcançarmos nossos objetivos com um único propósito que é o de ofertar produtos de melhor qualidade, contribuindo assim para que o nosso País continue crescendo cada vez mais.

Fonte: SFA/GO

. Quadro 11 – Ações Programadas para o ano de 2007, na Área de Bebidas

Meta física	Unidade de Medida	Programado	Executado	Produtividade
<i>A – EXECUÇÃO DIRETA</i>				
01. Inspeção de Indústria	estabelecimento	177	105	59,32
02. Inspeção e Fiscalização do Comércio	estabelecimento	58	35	60,34
03. Coleta de Amostra de Bebida	Amostra	250	125	50,00

Quadro 12 – Ações Não Programadas Realizadas no Ano de 2007, na área de Bebidas.

DISCRIMINAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	REALIZADO
<i>A – Execução Direta</i>		
Registro de Estabelecimento	registro	05
Registro de Produto – Bebida	registro	176
Cadastramento de Viticultor e Vitivicultor	produtor	0
Expedição de Auto de Infração	auto	04
Expedição de Auto de Intimação	auto	02
Conclusão de Atos Administrativos	processo	02
Recolhimento Efetivo de Multas ao Tesouro Nacional	R\$	0
Produto Apreendido	Litro e kg	22.162,50 Lts e 6.472 kg
Produto Inutilizado	litro	105 kg e 552,6 Lt

Fonte: SFA/GO

Tabela 02 - Comparativo das Principais Metas da Área de Bebidas nos últimos três anos.

METAS	UNIDADE DE MEDIDA	2005		2006		2007	
		P*	R**	P	R	P	R
Inspeção de Indústria	Estabelecimento	155	161	177	155	177	105
Inspeção/fiscalização do comércio	Estabelecimento	80	80	68	91	58	35
Coleta de amostras de Bebidas/vinagres	Amostra	240	149	240	289	250	125
Registro de Estabelecimentos	Registro	-	14	-	21	-	05
Registro de Produtos	Registro	-	162	-	304	-	176

* P=Programado e **R=Realizado

Fonte: SFA/GO

Quadro 13 – Utilização de Recursos na Área de Bebidas em 2007.

DISCRIMINAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	REALIZADO
Diárias Concedidas NS	diária	103
Diárias Concedidas NM	diária	34
Passagens Aéreas Concedidas	passagem	11

FONTE: SFA/GO

Tabela 03 - Comparativo de Estabelecimentos e Produtos Registrados (total).le

DISCRIMINAÇÃO	2006	2007	VARIAÇÃO (% +)
ESTABELECIMENTO	124	126	1,61
PRODUTOS	1.596	1.816	13,78

Fonte: SFA/GO

Tabela 04 – Evolução dos registros (Estabelecimento e Produtos) no ano

DISCRIMINAÇÃO	2006	2007	VARIAÇÃO (% +)
ESTABELECIMENTO	21	05	23,81
PRODUTOS	304	176	57,89

Fonte: SFA/GO

1.2.2.2 CÁLCULO DOS INDICADORES DE DESEMPENHO:

PROGRAMA 0356 - SEGURANÇA E QUALIDADE DE ALIMENTOS E BEBIDAS

Inspeção de Bebidas e Vinagres – Nacional

Produto: Estabelecimento Inspeccionado

Atributo	Indicador			
	Economicidade	Eficiência	Eficácia	Efetividade
Descrição:	Custo da fiscalização em relação ao ano anterior.	Custo unitário da fiscalização em relação ao programa.	Número de estabelecimentos fiscalizados/inspeccionados (NEFI) em relação à meta física programada em termos relativos.	Percentual de Fiscalizações/ Inspeções realizadas em relação ao total de estabelecimentos registrados.
Unidade de medida:	R\$	R\$/Fiscalizações	Porcentagem	Porcentagem
Índice de referência:				
Fonte:	SFA/GO	SFA/GO	SFA/GO	SFA/GO
	IPVEGETAL 1 Variação Absoluta (VA) VA= CR 2007-CR2006 VA= 18.996,13-11.000,66 VA=7.995,47 Variação Percentual (VR) VR=[(CR2007 : CR2006).100] - 100 = 72,68% (VR) CONTROVEG VA=CR 2007-CR2006 VA=3.803,89-3.646,58 VA=157,31 VR=[(CR2007:CR2006).100] -100 = 4,31% (VR)	IPVETAL 1 Custo Unitário Realizado (CUR) CUR=(CR2007 : N° estabelecimentos fiscalizados/inspeccionados) CUR= 13.357,75 : 246= 54,30 Custo Unitário Programado (CUP) CUP= (CUP2007 : N° de fiscalizações/ inspeções programadas) CUP= 16.152,00:235=68,73 Variação % entre CUR e CUP VR= [(CUR : CUP) .100]-100 VR= - 17,29 CONTROVEG: Não avaliamos, tendo em vista que os recursos foram programados no PT 2007 para cursos de capacitação e não descentralizados para este fim	IPVEGETAL 1 Eficácia= (NEFI realizados : NEFI programados) . 100 Eficácia=(246:235).100 Eficácia= 104,68% CONTROVEG: Não avaliamos, tendo em vista que os recursos foram programados no PT 2006 para cursos de capacitação e não descentralizados para este fim	IPVEGETAL 1 Efetividade = (NEFI : Total de estabelecimentos registrados) . 100 Efetividade= (155 : 124).100 Efetividade=125,11% CONTROVEG: Não avaliamos, tendo em vista que os recursos foram programados no PT 2006 para cursos de capacitação e não descentralizados para este fim
CR=custo realizado; CP=custo programado				
Número de estabelecimentos registrados em Goiás: 124			Número de produtos registrados em Goiás: 1.596	
Fonte:SFA/GO				

1.2.2.2.1 - COMENTÁRIOS

ECONOMICIDADE

IPVEGETAL1 - Variação Absoluta (VA) – foi considerado o custo realizado em 2007 em comparação com 2006 (consideramos os eventos e blitz como fiscalização, já que nos eventos foi discutido fiscalização e procedimentos).

CONTROVEG – VA – Foi considerado o custo realizado em 2007 em comparação com 2006 (recursos utilizados também em fiscalização). Os custos computados foram aqueles exclusivamente utilizados dentro da atividade de bebidas.

EFICIÊNCIA

IPVEGETAL1: Custo Unitário Realizado (CUR) – Foi considerada uma blitz fora do Estado, porém não consideramos o número de fiscalizações nessa blitz.

IPVEGETAL1: VR – Gastamos 64,99% a menos do que o programado, tendo em vista que os recursos não foram descentralizados como o programado no PI IPVEGETAL1, já que os recursos descentralizados foram menores que o programado e não ocorreu a tempo e a hora mês a mês.

EFICÁCIA

IPVEGETAL1: Em relação a este item alcançamos pouco mais da metade, tendo em vista fatores já descritos anteriormente.

EFETIVIDADE

IPVEGETAL1: Foi colocado somente o número de estabelecimento industrial inspecionado/fiscalizado em relação ao número de estabelecimentos registrados até dezembro de 2007, portanto não consideramos as inspeções/fiscalizações totais realizadas em 2007.

1.2.3. QUALIDADE VEGETAL – INSPEÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DE PRODUTOS VEGETAIS, SUBPRODUTOS E RESÍDUOS DE VALOR ECONÔMICO

A QUALIDADE VEGETAL atuou em 2007 na Inspeção e Classificação de Produtos Vegetais, Subprodutos e Resíduos de Valor Econômico, com base na Lei nº. 9.972/00, no Decreto nº. 3.664/00 que a regulamentou e nos demais atos complementares.

Dentro do que estabelece a legislação, atuamos no controle de qualidade dos produtos vegetais que possuam padrão de identidade e qualidade, destinados diretamente à

alimentação humana, desde que estejam prontos para serem oferecidos ao consumidor final, nas indústrias, nos centros de distribuição, nos pontos de comercialização, nos locais de armazenagem, em caminhões, em vagões, etc.

A metodologia de ação foi a verificação visual dos produtos comercializados/armazenados de acordo com a acuidade pericial de nossos técnicos com a coleta de amostras de produtos suspeitos, para fins de classificação de fiscalização; a inspeção de estabelecimentos processadores, embaladores, transformadores, armazenadores, etc, especialmente nos processos produtivos e em seus controles de qualidade.

Também segundo o que dispõe a legislação, foram desenvolvidas ações de supervisão das Entidades Credenciadas junto ao MAPA, para executar a classificação de produtos vegetais, subprodutos e resíduos de valor econômico; ações estas, operacionalizadas na forma de inspeção “in loco” das Unidades de Serviço de cada credenciada, objetivando verificar as amostras e o sistema de amostragem utilizados; a documentação expedida; os equipamentos utilizados, sob o ponto de vista da regulagem, aferição e manutenção; a qualidade do serviço prestado; a habilitação e atuação dos classificadores e demais itens utilizados na execução do serviço. Ressalte-se que a AGRODEFESA, entidade credenciada que tem o maior número de Postos de Serviços no Estado, ficou com o credenciamento suspenso por aproximadamente 5 (cinco) meses, em função de deficiências verificadas durante as fiscalizações, o que prejudicou a execução da meta de “Fiscalização dos Serviços das Credenciadas”, conforme demonstrado no gráfico I.

Atuamos sistematicamente na reformulação da base legal da classificação vegetal e também na construção da legislação da “INSPEÇÃO VEGETAL”, objetivando operacionalizar o “SISTEMA BRASILEIRO DE INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL” e a grande vitória em 2007, depois de quatro anos de “luta”, foi a publicação no dia 23 de novembro de 2007, do Decreto nº 6268, que revogou o Decreto nº 3.664/00.

Tal Decreto representa um avanço significativo na concepção da classificação vegetal no Brasil, possibilitando condições de uma atuação mais sistemática da fiscalização, na linha da “Inspeção Vegetal” tanto nos produtos quanto nos estabelecimentos.

Os pontos importantes do novo Decreto são:

1- a distribuição da responsabilidade pela manutenção da qualidade dos produtos vegetais, seus subprodutos e resíduos de valor econômico oferecidos à população, ao longo da cadeia e de todos que de alguma forma manipulam tais produtos.

2- a possibilidade da elaboração de padrões de identidade e qualidade mais simples, que venham atender aos produtos hortícolas e outros perecíveis, além de avançar nos aspectos higiênico-sanitários e tecnológicos de empresas e produtos.

3- a criação do Sistema de Certificação Voluntária de Produtos, condicionado à disposição das empresas de investirem nos procedimentos de Boas Práticas e Análises de Riscos e Pontos Críticos de Controle.

4- o estabelecimento da possibilidade do credenciamento das empresas que se disponham a classificar seus produtos, pelo próprio fluxo operacional durante a manipulação de cada produto.

Porém, para que tudo isso se concretize, é necessário que sejam implementados em caráter de urgência a reformulação das Instruções Normativas vigentes, especialmente as que tratam da utilização do Certificado de Classificação; do Credenciamento de Pessoas Jurídicas autorizadas a executarem a classificação e do Registro no Cadastro Geral de Classificação do Ministério da Agricultura, além da construção das Instruções Normativas que estabeleçam regras para a Fiscalização, Boas Práticas, Treinamentos, Amostragem, Certificação Voluntária, etc.

Os técnicos que hoje atuam na atividade de Qualidade Vegetal do Serviço de Inspeção de Produtos Agropecuários da SFA/GO mantêm a disposição de em 2008, participarem ativamente no processo de modernização da classificação vegetal, rumo à INSPEÇÃO VEGETAL.

Quadro 14 – Ações Programadas – PT

META FÍSICA	UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTIVIDADE
		(A)	(B)	(B/A)
Fiscalização dos Serviços das Credenciadas	nº estab. Fiscaliz.	32	17	53,1
Fiscalização da Classificação	nº estab. Fiscaliz.	80	81	101,2
Coleta de Amostra de Produto Vegetal	Amostra.	100	93	93,0

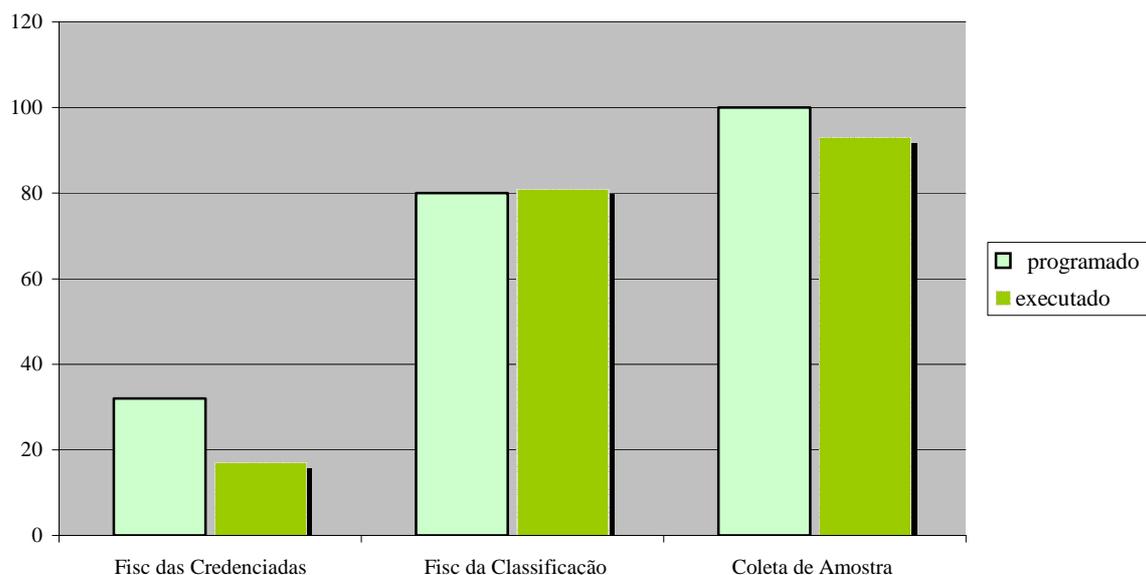


Gráfico 07

Quadro 15 – Ações Não Programadas

METAS FÍSICAS	UNIDADE DE MEDIDA	REALIZADO
<i>A – Execução Direta</i>		
Contraprova de Classificação Fiscalizada	contraprova	07
Coleta de Amostras Fiscais	Coleta	93
Classificação de Amostras Fiscais e de Contraprova	clasificação	100
Auto de Coleta de Amostra	auto de coleta	93
Termo de Fiscalização Lavrado	termo de fiscal.	83
Intimação Expedida	intimação	107
Auto de Infração Expedido	auto de infração	45
Notificação Expedida	notificação	42
Suspensão de Matéria-Prima e Produto	tonelada	19,505
Apreensão de Matéria-Prima e Produto	tonelada	1,585
Condenação de Matéria-Prima e Produto	tonelada	0,00
Liberação de Matéria-Prima e Produto	tonelada	33,023
Suspensão Temporária do Credenciamento	termo de susp.	00
Liberação de Posto de Serviço/Credenciamento	termo de lib.	13
Multas Aplicadas	multas (R\$)	81.285,65
Multa Arrecadadas	multas (R\$)	43.582,47
Perícias Fiscais	classif. pericial	03
Termo de Revelia Lavrado	termo de revelia	20
Multa em Cobrança Executiva	multas (R\$)	37.586,25

Processo em Cobrança Executiva	processo	13
Advertência Aplicada	advertência	13
Apreciação de Defesa	relatório	29
Relatório de Processo – 1ª Instância	relatório	50
Parecer para Inclusão de Produto/Renovação/Cancelamento de Credenciamento Emitido	parecer	18
Curso Ministrado	curso	06
Curso de Capacitação Técnica	curso	00
Avaliação de Anteprojeto de Padrão	anteprojeto	06
Pesquisa para Padrão Demandada da CGQV	pesquisa	01
B - Execução Indireta		
Produtos Classificados	produto	10
Volume de Produto Classificado	tonelada	247.806,08
Certificados Emitidos	certificados	1364
Clientes Atendidos	cliente	282

1.2.3.1 - OUTRAS INFORMAÇÕES

Quadro 16 – UTILIZAÇÃO DE RECURSOS

DISCRIMINAÇÃO	QUANTIDADE	REALIZADO R \$	
Diárias Concedidas NS	78	8.566,52	27.138,24
Diárias Concedidas NM	168,5	18.571,72	
Passagens Aéreas Concedidas	17	26.932,06	

Quadro 17 - RECURSOS DESCENTRALIZADOS X UTILIZADOS - PADCLASSIF.

ELEMENTO DE DESPESAS	(A) DESCENTRALIZADO R\$	(B) UTILIZADO R\$	B / A (%)
3390-14-Diária	28.853,97	25.798,25	95,85
3390-30-Mat. Consumo	2.280,56	1.172,80	28,26
3390-33-Passagem	26.932,06	22.179,06	99,90
3390-39-S.T.Pessoa Jurídica	4.840,00	753,00	20,91
4490-52-Material Permanente	62.215,00	62.142,60	99,00
Total	125.121,59	121.060,34	96,75

Gráfico 08 – Comparativo de Recursos descentralizados e utilizados

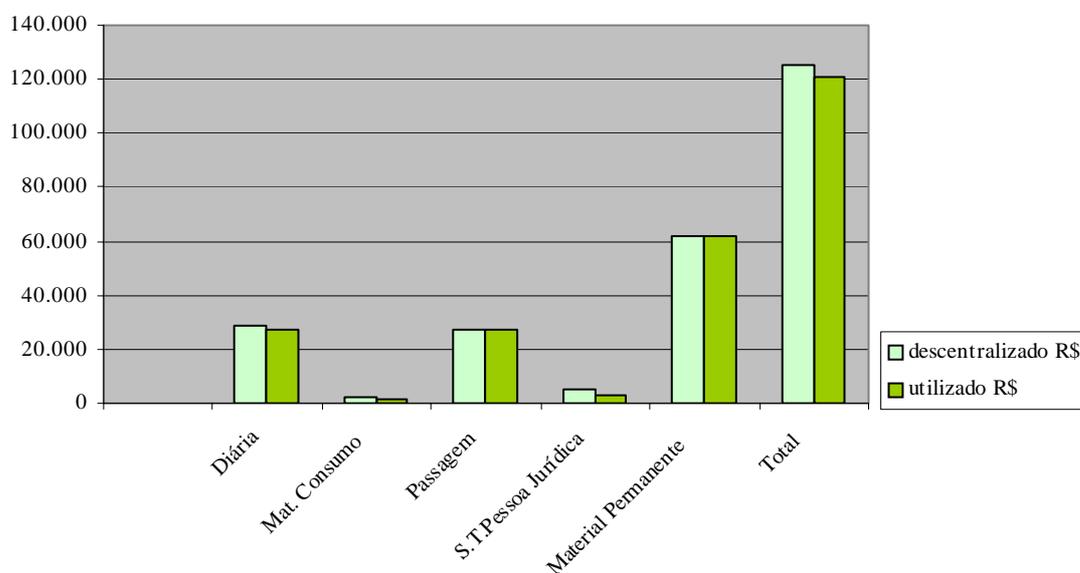
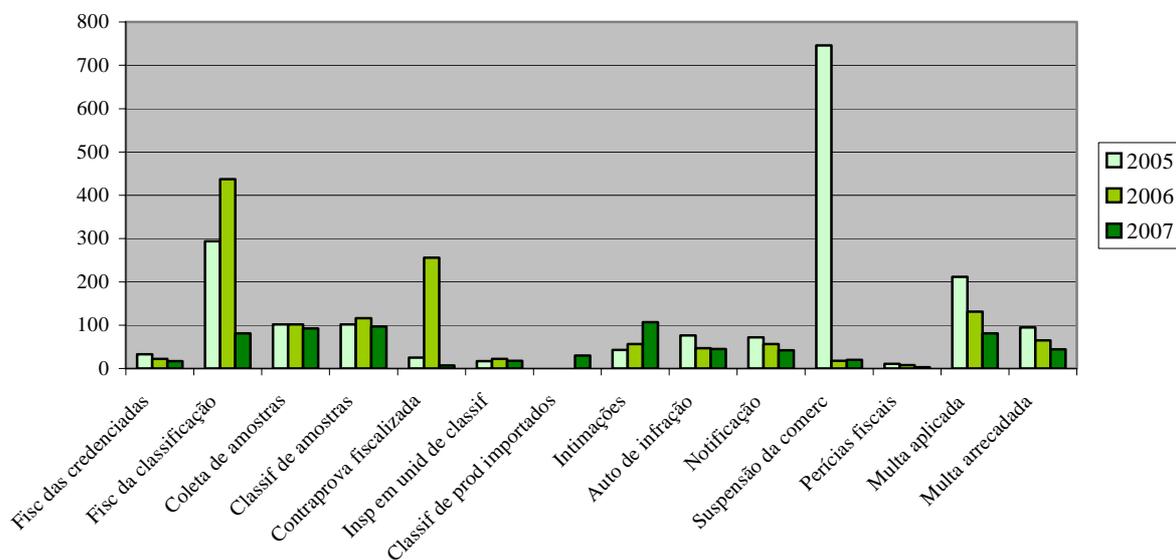


Tabela 05 – Estatísticas realizadas ações e metas entre 2005 a 2007

METAS FÍSICAS/AÇÕES	UNIDADE DE MEDIDA	2005	2006	2007
Fiscalização dos serviços das credenciadas	nº est.fiscaliz	33	22	17
Fiscalização da classificação	nº est.fiscaliz	294	437	81
Coleta de amostras fiscais	amostra	102	102	93
Classificação de amostras fiscais	amostra	102	116	97
Contraprova de classificação fiscalizada	contraprova	25	256	07
Inspeção em unidade de classificação	posto de serviço	17	22	18
Classif. de produtos vegetais importados	tonelada	-	-	30
Intimações expedidas	intimação	43	56	107
Auto de infração lavrado	auto	76	47	45
Notificação expedida	notificação	72	56	42
Suspensão da comercialização de produto	tonelada	746,83	18,635	19,505
Perícias fiscais realizadas	perícias	11	8	3
Multa aplicada	multas (R\$)	212.072,18	131.241,99	81.285,65
Multa arrecadada	multas (R\$)	94.778,50	64.783,50	43.582,47

Gráfico 09 – Comparativo da Execução da Atividade nos últimos Três



1.2.3.2 - Calculo dos Indicadores de Desempenho:

D – INDICADORES DE DESEMPENHO

PROGRAMA: 0356 Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas.

Objetivo: Certificar a identidade e a qualidade de produtos de origem vegetal.

AÇÃO: Padronização e Classificação de produtos de origem vegetal.

Produto: 0315 Estabelecimento fiscalizado.

Atributo	Indicador			
	Economicidade	Eficiência	Eficácia	Efetividade
Descrição:	Custo de fiscalização de estabelecimento em relação ao ano anterior.	Custo de uma fiscalização de estabelecimento em relação e estimativa inicial.	Nº de fiscalização de estabelecimento realizada em relação ao nº de fiscalização programada em termos absolutos e relativos.	Percentual estabelecimentos de fiscalizados em relação aos programados.
Unidade de medida:	%	R\$/Fiscalização	Porcentagem	Porcentagem
Índice de referência	142,59	1.494,57	101,25	101,25
Fonte:	SFA/GO	SFA/GO	SFA/GO	SFA/GO
Fórmula de cálculo:	Variação absoluta (VA) do custo realizado de 2006 para 2007: $CR2007 - CR2006$ $121.060,34 - 49.903,11 = 71.157,23$ Variação % do custo realizado de 2006 para 2007: $[(CR2007 : CR2006) \times 100] - 100$ $[(121.060,34 : 49.903,11) \times 100] - 100$ 142,59	Custo unitário realizado (CUR) e programado (CUP) em 2007: $CUR = (CR2007 : FR2007)$ $121.060,34 : 81 = 1.494,57$ $CUP = (CP2007 : FP2007)$ $125.121,59 : 80 = 1.564,02$ Variação % entre custo unitário realizado e programado em 2007: $[(CUR2007 : CUP2007) \times 100] - 100$ $[(1.494,57 : 1.564,02) \times 100] - 100$ _ 4,44	VARIAÇÃO ABSOLUTA (VA) ENTRE FISCALIZAÇÕES REALIZADAS E PROGRAMADAS $VA2007 = FR2007 - FP 2007$ $81 - 80 = 1$ VARIAÇÃO RELATIVA (VR) ENTRE FISCALIZAÇÕES REALIZADAS E PROGRAMADA EM PERCENTAGEM $(FR2007 : FP2007) \times 100$ $(81 : 80) \times 100$ 101,25	Relação percentual entre a fisc. realizada e a fisc. programada em 2007: $(FR2007 : FT2007) .100$ $(81 : 80) \times 100$ 101,25
CR=custo realizado da ação; CP=custo programado; FR=Fisc.realizada; FP=Fisc programada; FT=Fisc total				

1.2.3.2.1- COMENTÁRIOS

01. Como tem acontecido nos últimos anos, o atraso na descentralização de recursos para custear a ação fiscal no interior do estado, comprometeu o desempenho da fiscalização que limitou sua ação à grande Goiânia. Só recebemos recursos para inicial a fiscalização no interior, no final de fevereiro.

02. Durante o exercício de 2007, os Fiscais Federais Agropecuários e Classificadores da Inspeção Vegetal/Qualidade, participaram/atuaram:

2.1 - em reuniões e discussões internas na SFA/GO, tratando dos seguintes assuntos:

a) projeto de Regulamentos Técnicos definindo os Padrões de Identidade e Qualidade de Açúcar; Castanha do Brasil; Feijão; Soja; Arroz; Amêndoa de Cacau; e, Amêndoa da Castanha de Caju;

b) acordo de Cooperação Técnica, a ser celebrado entre o LANAGRO, AGRODEFESA e SFA/GO;

c) proposta de Reformulação da Portaria nº. 300 – Regimento Interno das Superintendências Federais de Agricultura;

d) reunião com o LANAGRO/GO, CGQV/DIPOV, objetivando discutir o incremento do Laboratório de Classificação de Produtos Vegetais seus Subprodutos e Resíduos de Valor Econômico e ações de monitoramento e controle de qualidade de óleos, farinha de trigo e farinha de mandioca.

2.2 – em Reuniões, Simpósios, Seminários, Encontros e Conferências Externos, tratando dos seguintes assuntos:

a) projeto de Regulamentos Técnicos definindo os Padrões de Identidade e Qualidade de Açúcar; Castanha do Brasil; Feijão; Soja; Arroz; Amêndoa de Cacau e Amêndoa da Castanha de Caju;

b) reunião promovida pelo Movimento das Donas de Casa e Consumidores do Estado de Goiás para discussão de ações visando assegurar a qualidade dos produtos vegetais destinados à alimentação humana, com participação de representantes do PROCON, ANVISA, EMBRAPA, AGRODEFESA, Secretaria da Agricultura e Delegacia de Defesa do Consumidor;

c) seis reuniões na CGQV/DIPOV para discussão da reformulação do Decreto nº. 3.664/00 – Regulamento da Lei nº. 9.972/00, que trata da classificação de produtos vegetais, subprodutos e resíduos de valor econômico;

d) cinco reuniões na Casa Civil da Presidência da República, para discussão da reformulação do Decreto nº. 3.664/00;

e) três reuniões para discussão do Projeto da Lei da Inspeção Vegetal - na CONAB/Brasília; no MAPA/Brasília e na Casa Civil da Presidência da República;

f) participação no Congresso Brasileiro de Algodão em Uberlândia/MG;

g) reunião para discussão da Instrução Normativa nº 66, que trata de controle de resíduos e contaminantes em produtos vegetais;

h) reunião de planejamento anual das atividades da Qualidade Vegetal, promovido pela CGQV/DIPOV/SDA, no Hotel Mestre D'Armas em Padre Bernardo/GO;

i) Encontro Nacional da Inspeção Vegetal realizado em LAGUNA/SC.

2.3 – em reuniões técnicas, cursos, treinamentos, palestras, força-tarefa, auditoria, sendo:

a) utilização do CATIR – Brasília/DF;

b) força-tarefa realizada no Estado do Amazonas, para auxiliar a SFA-AM na classificação de alho e cebola importados, atendendo convocação da CGQV/DIPOV; d

c) discussão uniformização de procedimentos para classificação de arroz e feijão com a participação de professores de classificação vegetal registrados no Cadastro Geral de Classificação do MAPA;

d) força-tarefa coordenada pelo SIPAG/AM para fiscalização da classificação de produtos vegetais, com a participação da SFA/GO, SFA/MS, CGQV;

e) curso de fiscalização da classificação vegetal para os fiscais federais agropecuários do Estado do Rio Grande do Sul;

f) curso de formação de classificadores de feijão e soja, realizado pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, em Aquidauana/MS;

g) apoio à CGQV/DIPOV na elaboração de pareceres para fins de julgamento de processos administrativos, com recurso em segunda instância;

h) palestra sobre a classificação vegetal ministrada para os filiados ao Sindicato das Indústrias de Arroz e Feijão no Estado de Goiás-SIAGO;

i) treinamento em classificação de milho e soja para funcionários do Grupo Scheffer em Sapezal/MT;

j) curso de fiscalização da classificação de produtos vegetais, para os fiscais federais agropecuários recém-admitidos na atividade de inspeção vegetal, realizado no Rio de Janeiro/RJ;

k) palestra motivacional “Eu Trabalho com a Felicidade” durante o curso de fiscalização da classificação de produtos vegetais, para os fiscais federais agropecuários recém-admitidos na atividade de inspeção vegetal;

l) palestra motivacional “Eu Trabalho com a Felicidade” durante o II Ciclo de Palestras “Defesa Agropecuária – Nossas Realidades – Nossas Necessidades – Nossas Respostas”, promovido pela SFA/AC;

m) apoio à auditoria na classificação vegetal realizada pela CGQV/DIPOV/MAPA no Estado do Tocantins;

n) reunião técnica convocada pelo DIPOV/SDA/MA para discussão dos roteiros de classificação de arroz e feijão, em Brasília/DF;

o) curso de formação de classificadores de arroz para servidores da CONAB e fiscais federais agropecuários recém-admitidos na área de qualidade vegetal .

2.4 – pesquisa para avaliação da presença de defeitos no arroz x presença da micotoxina que causa o béri-béri realizando a classificação e emitindo laudo de classificação de vinte amostras de arroz coletadas pela CGQV e SFA/MA.

3.0 - Os Fiscais Federais Agropecuários e Classificadores do SIPAG/SFA-GO prestaram durante o ano de 2007, apoio e assessoramento sistemático ao Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal da SDA/MAPA sem, contudo, essa ação resultar em prejuízo para as metas da Superintendência. O apoio e assessoramento prestados foram notadamente nas pesquisas de reformulações de Padrões; nas ações fiscais e de auditorias em outras Unidades da Federação, na reformulação da legislação da classificação vegetal , na construção da lei da Inspeção Vegetal e nos treinamentos realizados.

4.0 - A estrutura regimental das Superintendências Federais de Agricultura, no que diz respeito à Inspeção, é outro grave complicador para a execução das atividades, quando determina a junção no mesmo grupo técnico, da área animal e vegetal (SIPAG). É imprescindível, implementar ações no sentido de separar a área animal da área vegetal, sob pena de prejudicar sistematicamente a área vegetal da inspeção. Hoje a Inspeção animal é a maior área da nossa Superintendência, tomando todo o tempo da Chefia do SIPAG e conseqüentemente a Inspeção Vegetal, fica prejudicada no contexto.

5.0 - Em 2008, as prioridades da Qualidade Vegetal são:

- a) trabalhar pela separação do SIPAG em 2 (dois) grupos técnicos: INSPEÇÃO ANIMAL e INSPEÇÃO VEGETAL;
- b) reformular toda a legislação da classificação vegetal;
- c) reformular os padrões que se encontram defasados;
- d) trabalhar pela aprovação da Lei da Inspeção Vegetal.

6.0 - Os indicadores de desempenho constantes no Quadro D, foram calculados apenas para o PI PADCLASSIF, pois não houve programação no PI INSPAAL, e permitem concluir que:

- a) o gasto com o programa (economicidade) aumentou do ano de 2006 para 2007 em 142,59%, em função do apoio e assessoramento que a SFA/GO prestou ao Órgão Central e dos recursos descentralizados para aquisição de um veículo;
- b) a eficiência de - 4,44% significa que se conseguiu realizar a fiscalização com custos menores que os programados, observando-se porém que parte das ações foram realizadas na Capital, não houve gastos com diárias, apenas com combustível;
- c) a eficácia de 101,25% aconteceu em função do cumprimento sistemático da meta programada;
- d) o indicador de efetividade foi igual ao da eficácia pois na atividade de padronização e classificação vegetal não há uma quantificação do universo da ação, porque a legislação não prevê a existência de registro ou cadastro de estabelecimentos a serem fiscalizados.

*Serviço de
Fiscalização
Agropecuária*

SEFAG

1.3. SERVIÇO DE FISCALIZAÇÃO AGROPECUÁRIA – SEFAG

1.3.1 COORDENAÇÃO, SUPERVISÃO E FISCALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO E DO COMÉRCIO DE INSUMOS

QUADRO 18 - AÇÕES PROGRAMADAS – PT

META FÍSICA	UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO ANUAL (A)	EXECUTADO (D)	PRODUTIVIDADE % (D/A)
A - Execução Direta				
Coleta de amostra de corretivos	amostra	67	51	76,11
Coleta de amostra de fertilizantes	amostra	159	149	93,71
Fiscalização de estabelecimento produtor	fiscal	229	165	72,05
Fiscalização de estabelecimento comercial	fiscal	19	13	68,42

QUADRO 19 - AÇÕES NÃO PROGRAMADAS

METAS FÍSICAS	UNIDADE DE MEDIDA	EXECUTADO
A - Execução Direta		
Registro de Estabelecimento Produtor	Estabelecimento	05
Registro de Estabelecimento Comercial	Estabelecimento	05
Registro de Produto	produto	775
Coleta de Inoculante	Amostra	1
Apreensão de Fertilizante Sólido	Tonelada	1.586,7
Apreensão de Fertilizante Líquido	Litro	00
Apreensão de Corretivo	Tonelada	300
Apreensão de Inoculante	Dose	00
Cancelamento de Registro de Estabelecimento Produtor	Registro	6
Cancelamento de Registro de Estabelecimento Comercial	Registro	350
Cancelamento de Registro de Produto	Registro	5.625
Termo de Advertência Emitido	Termo	15
Auto de Infração Emitido	Auto	83
Notificação de Multa	Notificação	37
Multas Aplicadas	R\$	136.215,14
Multas Recolhidas	R\$	Sem Informação
Multa em Cobrança Executiva	R\$	56.799,14
Processo em Cobrança Executiva	Processo	5
Certificação de Resultados de Análise	Certificação	151
Processos Relatados	Processo	54
Anuências para importação	Anuências	640
Volume de fertilizante autorizado para importação	Tonelada	1.618.889,0

QUADRO 20 - Quadro Comparativo – Principais Metas Físicas - Fiscalização da Produção e do Comércio de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes, anos de 2005/2006/2007

METAS FÍSICAS	UNIDADE DE MEDIDA	2005		2006		2007	
		PROG.	REAL.	PROG.	REAL.	PROG.	REAL.
Coleta De Amostra De Corretivos	amostra	70	33	63	57	67	51
Coleta De Amostra De Fertilizantes	amostra	230	139	164	151	159	149
Estabelecimento Produtor Fiscalizado	estabelec.	244	128	225	170	229	165
Estabelecimento. Comercial Fiscalizado	estabelec.	40	21	25	15	19	13
Registro De Produto	registro	-	3.698	-	828	-	775
Registro De Estabelecimento Produtor	registro	-	69*	-	22*	-	5
Registro De Estabelecimento Comercial	registro	-	14	-	17*	-	5
Cancelamento De Estabelecimento Produtor	nº estabelec.	-	03	-	03	-	6
Cancelamento De Estabelecimento Comercial	nº estabelec.	-	00	-	00	-	350
Termo De Advertência	nº de termos	-	06	-	06	-	15
Auto De Infração	nº de autos	-	52	-	73	-	83
Notificação De Multa	nº de notif.	-	39	-	61	-	37
Multa Recolhida	R\$	-	Não disponível	-	Não disponível		Não disponível
Multa Em Cobrança Executiva	R\$	-	31.361,73	-	53.923,68	-	56.799,14
Processos Em Cobrança Executiva	processo	-	04	-	10	-	5
Processos Relatados	processo	-	46	-	67	-	54
Anuência Pra Importação	autorização	-	358	-	369	-	640

*PROG – Programado; REAL – Realizado.

**Incluindo os recadastramentos que formalizaram novos processos de registro.

Comentários

A Inspeção e a Fiscalização da Produção e do Comércio de Fertilizantes, Corretivos, Inoculantes e Biofertilizantes, é executada de acordo com a Lei nº 6.894 de 16/12/1980, alterada pela Lei nº 6.934 de 13/07/1981, regulamentada pelo Decreto nº 4.954, de 14/01/2004 e Atos Normativos complementares, que disciplinam o processo produtivo dos insumos objetivando assegurar qualidade e conformidade.

Otimizando recursos, pessoal disponível, e seguindo diretriz do Órgão Central, a atividade de fiscalização externa é desenvolvida regularmente com prioridade nos estabelecimentos produtores, e oportunamente em estabelecimentos comerciais que movimentam maior volume de produtos.

Apesar de transtornos ocorridos durante o ano, com movimentos paredistas dos Fiscais Federais Agropecuários, aliado à redução do quadro de pessoal técnico operante no serviço, as metas propostas tiveram um desempenho satisfatório, atingindo índices de execução de 60 a 92% do programado. Foi também significativa a realização de atividades não programadas, mas da rotina do trabalho, como registro de produtos e estabelecimentos, relatoria de processos, anuências para importação de produtos, lavratura de Autos de Infração, atendimento a clientes externos, etc. Destaca-se a quantidade de solicitação de anuências ou autorizações de embarques no SISCOMEX, que saltou de 369 em 2006, para 640 em 2007.

Tabela 06 - Evolução da Qualidade de Fertilizantes e Corretivos Produzidos e Comercializados em Goiás (%).

Ano	2003		2004		2005		2006		2007	
Produto	Fert.	Corret.								
Dentro das garantias	85,54	92,65	86,51	98,00	77,70	70,0	84,10	75,44	78,57	71,11
Fora das garantias	14,46	7,35	13,49	2,00	22,30	30,0	15,90	24,56	21,43	28,89

Gráfico 10 - Evolução da Qualidade dos Fertilizantes Produzidos e Comercializados em Goiás – 2003 a 2007

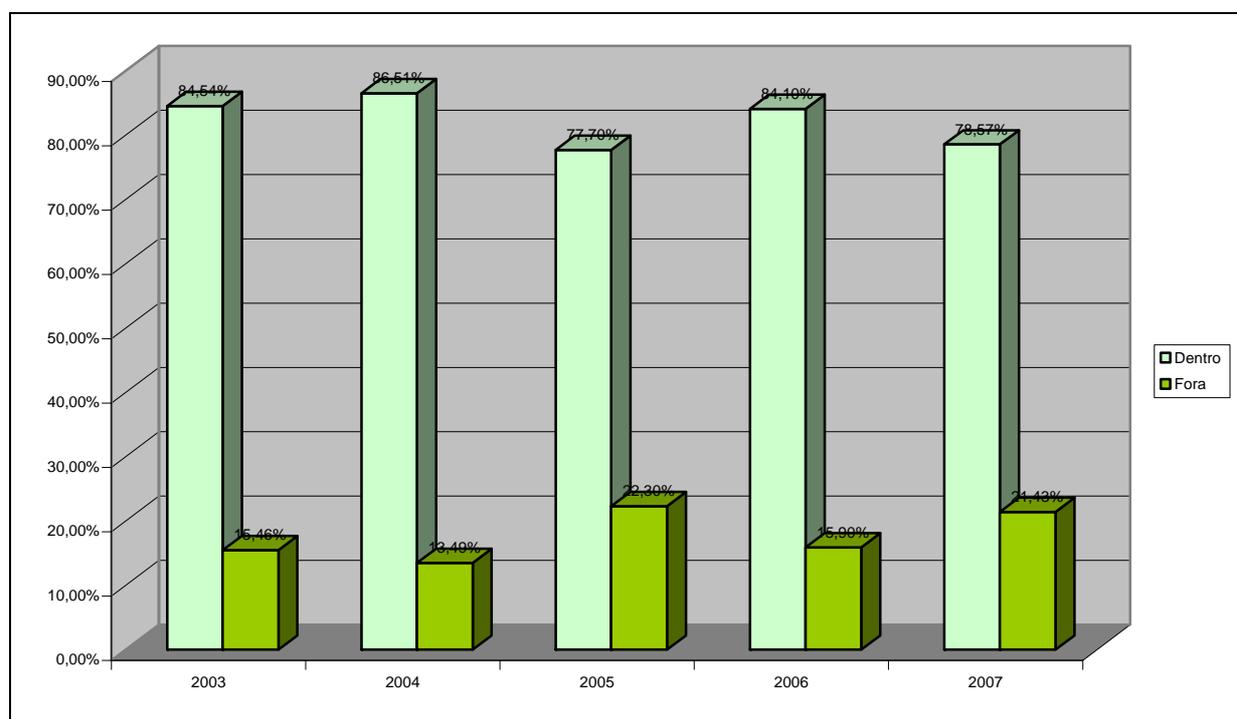


Gráfico 11 - Evolução da Qualidade dos Corretivos Produzidos e Comercializados em Goiás – 2003 a 2007

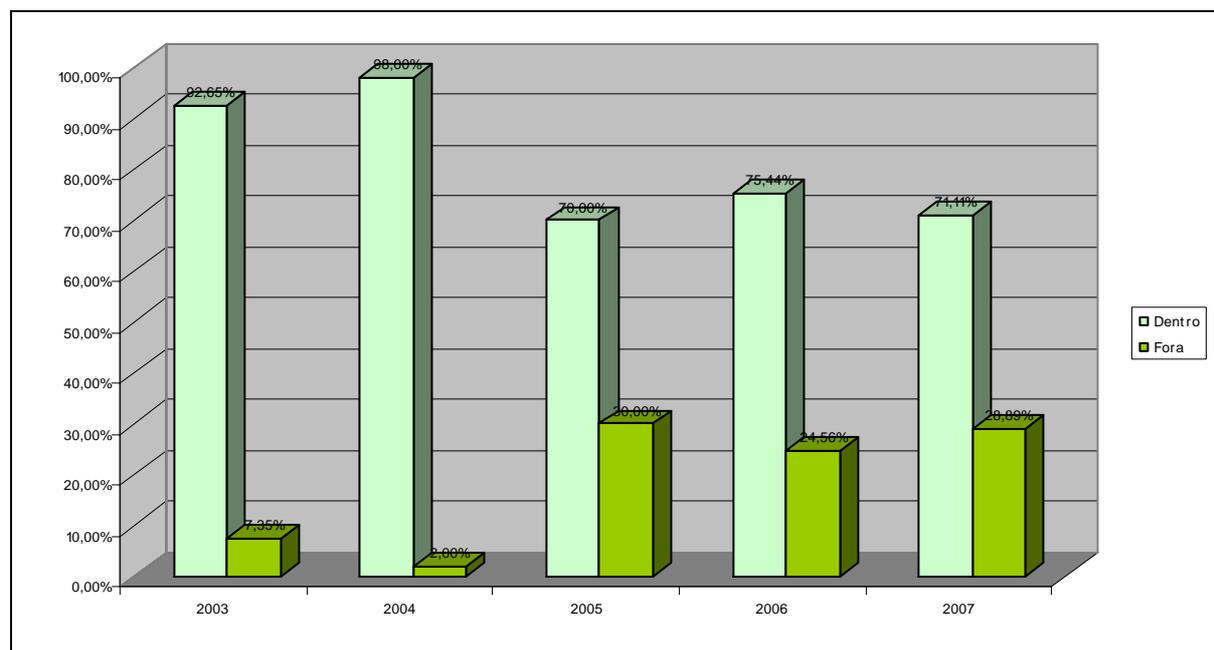


Tabela 07 - ÍNDICES DE CONFORMIDADE EM RELAÇÃO AO VOLUME DE PRODUTOS AMOSTRADOS EM GOIÁS, NO ANO DE 2006 e 2007.

*Os dados utilizados, foram coletados até novembro de 2007.

PRODUTOS	EM CONFORMIDADE (%)		Ob s: Os dad os do
	2006	2007	
Fertilizantes Simples/complexos	100	100	
Mineral Misto (sólidos)	80	84	
Mineral líquido	91	91	
Organo mineral	100	-	
Corretivos	88	74	

quadro 18 e dos gráficos 10 e 11 têm como base à quantidade de amostras; já os índices de conformidade do quadro acima, são referentes ao volume de produtos amostrados.

Comentários

Na TABELA 06 e gráficos 10 e 11 com dados percentuais das amostras analisadas, com resultados dentro e fora das garantias, referente aos últimos 5 anos, período de 2003 a 2007, espelham que a qualidade dos produtos produzidos e comercializados em Goiás sofreu ligeira alteração nos últimos três anos. Os números de 2005, 2006 e 2007 apontam para maior percentual de amostras de corretivos fora das garantias, porque a nova legislação passou a considerar os excessos de nutrientes, ou teores acima do registrado a partir de determinado patamar, como fora das garantias. A nova norma não foi adaptada de imediato pelas indústrias que insistiram em

manter seus registros com as garantias anteriores, o que causou maior número de deficiências nos produtos. Houve também ajustes na Instrução Normativa de Corretivos em meados de 2006, e edição de nova Instrução Normativa para os fertilizantes minerais em fevereiro de 2007. Talvez esteja aí a razão de maior quantidade de amostras fora das garantias, especialmente nos corretivos e nos fertilizantes minerais mistos.

**QUANTIDADE DE EMPRESAS EM ATIVIDADE E PRODUÇÃO ANUAL:
PERÍODO DE 2001 a 2007**

Quadro 21

FERTILIZANTE MINERAL							
ANO	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
N° DE EMPRESAS EM ATIVIDADE	40	44	41	47	50	48	49
Produção (t)	1.396.280,00	1.884.753,00	2.877.925,00	2.714.648,00	2.287.976,00	1.900.000,00	2.500.000,00

CORRETIVOS							
ANO	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
N° DE EMPRESAS EM ATIVIDADE	30	34	34	38	37	37	37
Produção (t)	1.959.979,00	2.504.000,00	3.252.687,00	3.179.029,00	1.647.433,00	1.700.000,00	2.600.000,00

- 2007 – estimativa (não temos os dados do 4º trimestre concluídos)

Observa-se no quadro acima que nos anos de 2002 até 2004 houve considerável aumento na produção dos insumos em relação a 2001. Porém nos anos seguintes a produção teve uma ligeira queda, devido à crise na agricultura nos anos de 2005 e 2006. Já em 2007 voltou a crescer junto com a expectativa otimista do agronegócio.

**RECURSOS PROGRAMADOS E LIQUIDADOS PARA EXECUÇÃO DAS METAS EM 2007,
PI-FISFECOI, POR ELEMENTO DE DESPESAS**

Quadro 22

ELEMENTO DE DESPESAS	PROGRAMADO R\$	LIQUIDADO R\$
3390-14 – Diária	26.321,76	17.176,05
3390-30 – Mat.Consumo	9.310,00	7.367,95
3390-33 – Passagem Aérea	-	4.200,00
3390-39 – Serv.Terceiros-PJurídica	1.000,00	120,00
3390-52 – Aquisição de veículo	50.000,00	53.680,00
TOTAL	86.631,76	82.544,00

1.3.2 INSPEÇÃO DA PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE SEMENTES E MUDAS

INSPEÇÃO DA PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE SEMENTES E MUDAS

QUADRO 23 – AÇÕES PROGRAMADAS – PT

META FÍSICA	UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO ANUAL (A)	EXECUTADO (D)	PRODUTIVIDADE (D/A)
<i>A - Execução Direta</i>				
Fiscalização de produtor de sementes	Fiscalização	160	239	149,38
Fiscalização de produtor de mudas	Fiscalização	70	23	32,86
Coleta de amostra de sementes – Fisc.	Amostra	1500	1057	70,47
Fisc. de beneficiador/armazenador de sementes	Fiscalização	16	110	687,50
Fisc. de reembalador de sementes	Fiscalização	12	25	208,33

QUADRO 24 – AÇÕES NÃO PROGRAMADAS

METAS FÍSICAS	UNIDADE DE MEDIDA	EXECUTADO
<i>A - Execução Direta</i>		
Inscrição campo de produção de semente básica	ha	1.870,10
Inscrição campo de produção de semente certificada C-1	ha	18.249,40
Inscrição campo de produção de semente certificada C-2	ha	25.993,80
Inscrição campo de produção de semente S-1	ha	51.674,60
Inscrição campo de produção de semente S-2	ha	102.795,30
Vistoria campo de produção de semente básica	ha	1.242,90
Vistoria campo de produção de semente certificada C-1	ha	1.801,60
Vistoria campo de produção de semente certificada C-2	ha	826,00
Vistoria campo de produção de semente S-1	ha	2.349,40
Vistoria campo de produção de semente S-2	ha	1.238,00
Viveiros supervisionados	nº	12
Mudas supervisionadas (em viveiros)	mil/mudas	56.130,90
Estabelecimento inscrito RENASEM–produtor de sementes	nº	43
Estabelecimento inscrito RENASEM–produtor de mudas	nº	12
Estabelecimento inscrito RENASEM–produtor de sementes/mudas	nº	00
Estabelecimento inscrito RENASEM–beneficiador de sementes	nº	01
Estabelecimento inscrito RENASEM–armazenador de sementes	nº	01
Estabelecimento inscrito RENASEM–reembalador de sementes	nº	03
Estabelecimento/pessoa credenciado RENASEM–certificador	nº	02
Estabelecimento/pessoa credenciado RENASEM–respons.técnico	nº	39
Estabelecimento/pessoa credenciado RENASEM–amostrador	nº	00
Estabelecimento/pessoa credenciado RENASEM–laboratório	nº	05
Certificação de sementes	ton.	1.100,00
Amostra fiscal dentro do padrão	amostra	620
Amostra fiscal fora do padrão	amostra	41
Importação de sementes	kg	1.053.664,40
Importação de sementes	R\$	5.169.625,54
Exportação de sementes	kg	6.041.564,20
Exportação de sementes	R\$	23.739.178,53
Semente reprovada retirada do comércio	ton.	507,21
Volume físico de sementes fiscalizadas	ton.	14.089,40
Auto de infração	nº	26
Multa aplicada	R\$	954.851,41
Multa recolhida	R\$	15.381,20
Multa em cobrança executiva	R\$	235.971,25
Defesa apreciada	defesa	23
Processo relatado	processo	25
Processo enviado para cobrança executiva	Processo	05
Termo de fiscalização emitido	Termo	368
Taxa recolhida – RENASEM	R\$	8.450,00
Taxa recolhida – inscrição campos de sementes	R\$	200.074,50
Taxa recolhida – inscrição viveiros de mudas	R\$	600,00
Taxa recolhida – certificação	R\$	5.550,00
Laudo de vistoria emitido	nº	295
Produção sementes suspensa	ton.	270,2
Termo de suspensão emitido	nº	22

Comentários

As atividades foram desenvolvidas nos segmentos de sementes e mudas são executadas de acordo com o que estabelece a Lei 10.711/03, regulamentada pelo anexo 5153/04 e pelos Atos Normativos Complementares para operacionalização de diversas metas, objetivando manter a identidade e a qualidade do material de multiplicação e de reprodução vegetal, produzido, comercializado e utilizado em todo território nacional.

No decorrer de 2007 as atividades foram relevantes, levando-se em conta os transtornos ocorridos durante o ano com o movimento paredista (greve) dos Fiscais Federais Agropecuários, dificultando o cumprimento das metas propostas, mesmo assim tiveram desempenho satisfatório com exceção da fiscalização em produtor de mudas (32,86%), na meta de fiscalização de produtor de sementes atingiu 149,38%, coleta de amostra (70,47%), fiscalização em armazenador/beneficiador de sementes atingiu um percentual de 687,50%, de reembalador de sementes (208,33). E com relação às metas não programadas, as atividades foram bastante significativas, como inscrição e credenciamento de produtores, comerciantes, beneficiadores/armazenadores e responsável técnico no RENASEM, inscrição de campos de produção de sementes (188), relatórios de processos para autorização de importação e exportação de sementes, atendimentos a clientes externos.

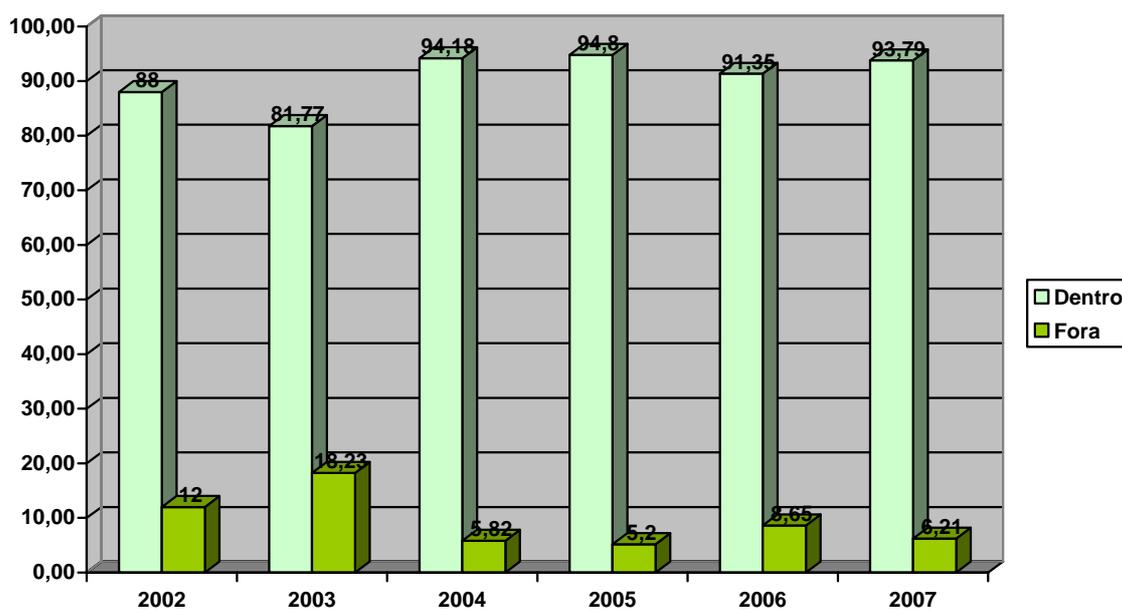
É importante lembrar que as fiscalizações em produtores de mudas ficaram aquém do programado em virtude da falta de normatização específica para plantas ornamentais, olerícolas e frutíferas.

Foi fiscalizado, em conjunto com SEDESA, o plantio de algodão OGM-RR (Organismo Geneticamente Modificado), totalizando um universo de 27.889 hectares, sendo detectado 3.744 ha com algodão OGM-RR resultando em 18 autuações, sendo fiscalizadas 64 propriedades rurais.

Tabela 08 - Evolução da Qualidade das Sementes Produzidas e Comercializadas em Goiás (%)

A n o	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Dentro das Garantias	88,0	81,77	94,18	94,80	91,35	93,7 9
Fora das Garantias	12,0	18,23	5,82	5,20	8,65	6,21

Gráfico 12 - Evolução da Qualidade de Sementes Produzidas e Comercializadas no Estado de Goiás



Comentários

Observando os resultados analíticos referentes ao período de 2002 a 2007 (Tabela 08 e gráficos 12), podemos ver que a qualidade das sementes produzidas e comercializadas em Goiás/2007 teve uma melhora em relação ao ano de 2006 (8,65%), pois do universo amostrado em 2007 (6,21%) encontraram-se fora dos padrões, enquanto no ano de 2005 ficou em (5,20%) e de 2004 (5,82%).

É importante salientar que as sementes de Gramíneas forrageiras continuam com um percentual altíssimo fora dos padrões oficiais.

Ressaltamos que com o novo aparato legislativo sobre sementes, todas as pessoas físicas e jurídicas que exerçam as atividades inerentes a sementes e mudas têm que inscrever ou credenciar no RENASEM.

Tabela 09 – Tabela Comparativa das Principais Metas Físicas dos Últimos 3 Anos. Inspeção, Produção e Comercialização de Sementes e Mudas.

METAS FÍSICAS	UNID. MEDIDA	2005		2006		2007	
		PROG.	REAL.	PROG.	REAL.	PROG.	REAL.
Fisc. Estabel. Produtor De Semente	n°	160	20	160	179	160	239
Fisc. Estabel. Produtor De Mudas	n°	70	-	70	11	70	23
Fisc. Estabel. Com. Sementes/Mudas	n°	-	-	-	-	00	00
Coleta De Amostra Semente/Muda	n°	2.000	2.840	2.000	1.678,00	1.500	1057
Insp. Campos De Sementes Certif./Não Certif.	ha	-	49.318,55	-	185.072,20	-	200.583,20
Insp. Campos De Sementes Básicas	ha	-	5.034,90	-	2.245,50	-	1.242,90
Coleta De Amostras Para Certificação	amostra	-	2.312	-	1.153	-	74
Registro De Reembaladores De Sementes	n°	-	06	-	13	-	03
Reg. De Comerciante De Semente E Muda	n°	-	21	-	30	-	06
Reg. De Produtor De Semente E Muda	n°	-	67	-	115	-	00
Auto De Infração Lavrado	n°	-	11	-	22	-	26
Multa Aplicada	R\$	-	66.175,08	-	830.696,79	-	907.249,00

Comentários

Analisando o quadro acima constatamos que nas atividades programadas, o executado no decorrer do ano de 2007 ficou num patamar aceitável.

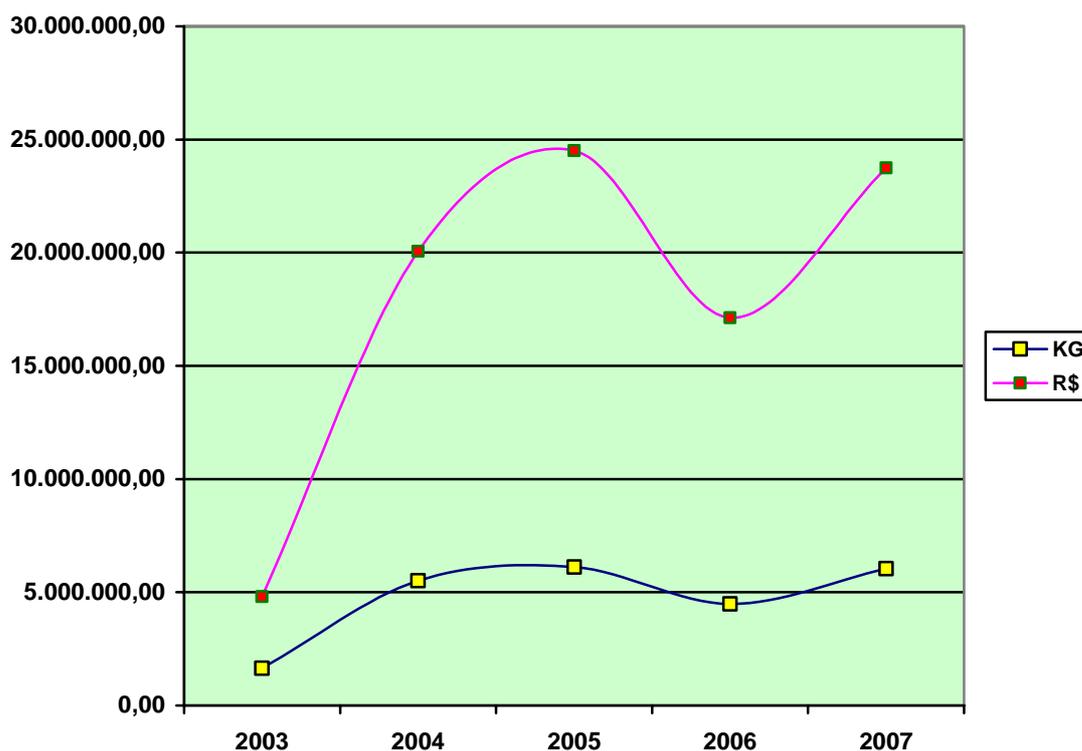
O Parque Sementeiro do Estado tem progredido muito, tanto em pesquisas como em fornecimento de sementes selecionadas, nada perdendo em relação à tecnologia dos países desenvolvidos.

Goiás detém auto-suficiência na produção de sementes, gerando excedentes que são comercializados para outros Estados da Federação e exportados para vários países e conseqüentemente gerando receitas, conforme gráfico 13 e tabela 10.

Tabela 10 – Exportação de Sementes – Período, 2003, 2004, 2005, 2006 e 2007

ANO	QUANTIDADE (KG)	VALOR (R\$)
2003	1.646.104,37	4.806.624,76
2004	5.504.081,81	20.063.169,97
2005	6.110.910,50	24.503.024,90
2006	4.486.905,46	17.127.124,30
2007	6.041.564,20	23.739.178,53
TOTAL	23.789.566,34	90.239.122,46

Gráfico 13 – Exportação de Sementes e Receita



É importante salientar que o crescimento das exportações está ligado diretamente à entrada do Brasil no sistema de certificação da OECD - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. Em 2007, uma das atividades relevantes da Superintendência Federal através do SEFAG/SFA/GO foram as vistorias de campo de sementes sob esquema

OECD, certificação não definitiva destinadas à exportação, totalizando 250 vistorias ou seja, 250 campos instalados também foi analisados e autorizados cerca de 133 processos de Exportação totalizando um montante de 6.041.564,20 Kg, gerando uma receita R\$ 23.739.178,53.

Quanto as importações foram analisados e autorizados 96 processos totalizando 10.053.664,40 kg, com uma despesa de R\$ 5.169.625,54.

Nas atividades de sementes e mudas são cobradas taxas de inscrição e credenciamento no RENASEM das pessoas físicas e jurídicas envolvidas no processo, bem como taxa de inscrição de área de campo de produção de sementes e certificação. Foram arrecadados no período de 2007 os seguintes valores:

1- Taxa recolhida – RENASEM	R\$ 8.450,00
2- Taxa recolhida Insc. de Campos	R\$ 200.074,50
3- Taxa recolhida Certificação	R\$ 5.550,00
4- Taxa inscrição viveiros	R\$ 600,00

TOTAL. R\$ 213.674,50

Outras atividades que contaram com a participação de fiscais da atividade:

1 - O FFA José Antônio da Silva representante suplente da região centro-oeste na Comissão Interna Técnica Permanente de Sementes e Mudas CITCPSM, instituída pela portaria nº.292, de 01/12/2006 participou de cinco reuniões objetivando alteração do decreto nº. 5153/2004, bem como elaborar demais atos normativos sobre o Sistema Nacional de Sementes e Mudas Brasileiro.

2 – Dia de campo sobre a cultura do milho em Campo Grande-MS, no período de 23 a 24/05/2007.

3 – XII Congresso Brasileiro de Sementes e Mudas, realizado em Foz do Iguaçu-PR, no período de 07 a 12/05/2007, sendo realizado paralelamente uma Reunião Técnica de Sementes para discussão das Instruções Normativas nº 09 e 24.

4 – Curso de Fiscalização de Sementes e Mudas, realizado em Londrina-PR, no período de 13 a 24/08/2007.

5 – Treinamento de amostragem de sementes promovido pela ISTA/CGAL em Presidente Prudente-SP, no período de 22 a 26/10/2007.

6 – Curso de micropropagação de plantas, em Cruz das Almas, nos períodos de 22 a 27/10/2007 e de 05 a 10/11/2007.

7 – XXVI ciclo de reuniões conjuntas da CSM-PR, realizado em Foz do Iguaçu-PR, no período de 19 a 22/11/2007.

8 – 2ª Reunião de Fiscalização de Insumos Agropecuários, realizados pelo DFIA, em João Pessoa-PB, no período de 25 a 30/11/2007.

1.3.3.MECANIZAÇÃO E AVIAÇÃO AGRÍCOLA

QUADRO 25 - AÇÕES PROGRAMADAS – PT

META FÍSICA	UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO (A)	EXECUTADO (B)	PRODUTIVIDADE (B/A)
<i>A-Execução Direta</i>				
Fisc. em aviação agrícola - sede	fiscalização	50	51	102,0
Fisc. em aviação agrícola - campo	fiscalização	50	50	100,0

QUADRO 26 - AÇÕES NÃO PROGRAMADAS

METAS FÍSICAS	UNIDADE DE MEDIDA	EXECUTADO NO ANO
<i>A-Execução Direta</i>		
Registro de operadores de aviação agrícola	registro	02
Registro de aeronave agrícola	aeronave	05
Registro de engenheiro agrônomo - responsável técnico	eng. agr.	02
Registro de piloto agrícola	piloto	05
Alteração de registro	número	00
Cancelamento de registro/operador	número	00
Cancelamento de registro/aeronave	número	00
Cancelamento de registro/piloto	número	00

QUADRO 27 - OUTRAS INFORMAÇÕES

METAS FÍSICAS	UNIDADE DE MEDIDA	EXECUTADO NO ANO
Auto de infração emitido	auto	04
Multa recolhida	R\$	00
Multa aplicada	R\$	00
Multa em cobrança executiva	R\$	1.520,70
Processo enviado para cobrança executiva	processo	01
Área trabalhada em ha - aviação agrícola	ha	713.641,50

Tabela 11 - Comparação da Execução das Principais Metas Físicas nos Últimos Três Anos Aviação Agrícola

METAS FÍSICAS	UNID. MEDIDA	2005		2006		2007	
		PROG.	REAL.	PROG.	REAL.	PROG.	REAL.
Fiscalização Dos Operadores Em Aviação Agrícola	nº	90	84	100	79	100	101
Área Trabalhada Em Aviação Agrícola	Ha	-	972.476,50	-	717.128,10	-	713.641,50
Registro De Operação Em Aviação Agrícola	nº registro	-	05	-	02	-	02
Registro De Aeronaves Agrícolas	nº aeronave	-	07	-	02	-	05
Registro De Engenheiro Agrônomo/Resp. Técnico	nº eng. agr.	-	05	-	02	-	02
Registro De Piloto Agrícola	nº piloto	-	06	-	02	-	05
Alteração De Registro	nº alteração	-	02	-	01	-	00
Auto De Infração	nº auto	-	06	-	13	-	04
Multas Aplicadas	R\$	-	00	-	6.842,90	-	00

Comentários

Analisando o quadro acima, constatamos que as atividades executadas no decorrer do ano de 2007 superaram aos anos anteriores em fiscalização de operadores.

Os gráficos abaixo (14 e 15) mostram que em Goiás as principais culturas mais trabalhadas com a aviação agrícola foram soja (48,80%), milho (17,95%) e algodão (25,98%) perfazendo um percentual em torno de 92,73% do total trabalhado. Das áreas trabalhadas em aviação agrícola 88,21% são referentes à aplicação de inseticidas e fungicidas em combate de pragas e doenças.

O gráfico 16 mostra que houve um decréscimo na área trabalhada em relação aos anos anteriores.

Gráfico 14 – Participação Percentual por Cultura nas Áreas Trabalhadas em Aviação Agrícola - 2007

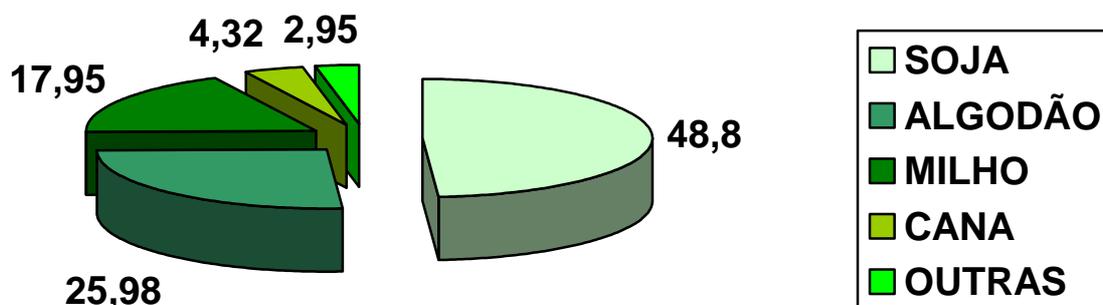


Gráfico 15 - Participação Percentual por Produto nas Áreas Trabalhadas em Aviação Agrícola 2007.

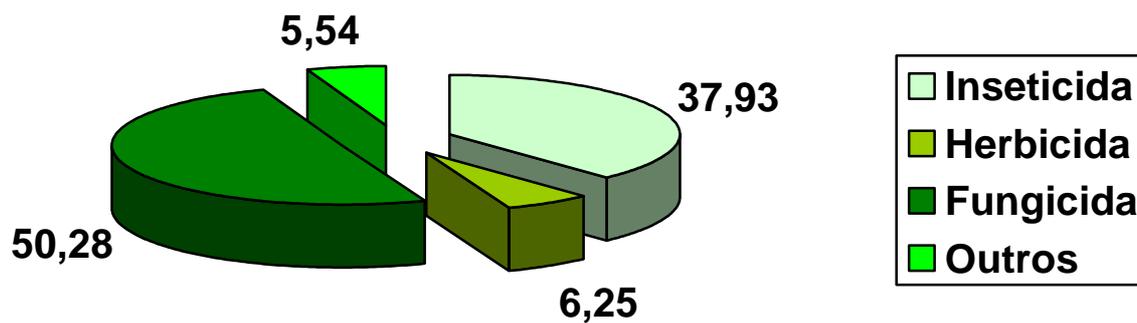


GRÁFICO 16 - EVOLUÇÃO DA ÁREA TRABALHADA EM AVIAÇÃO AGRÍCOLA EM GOIÁS

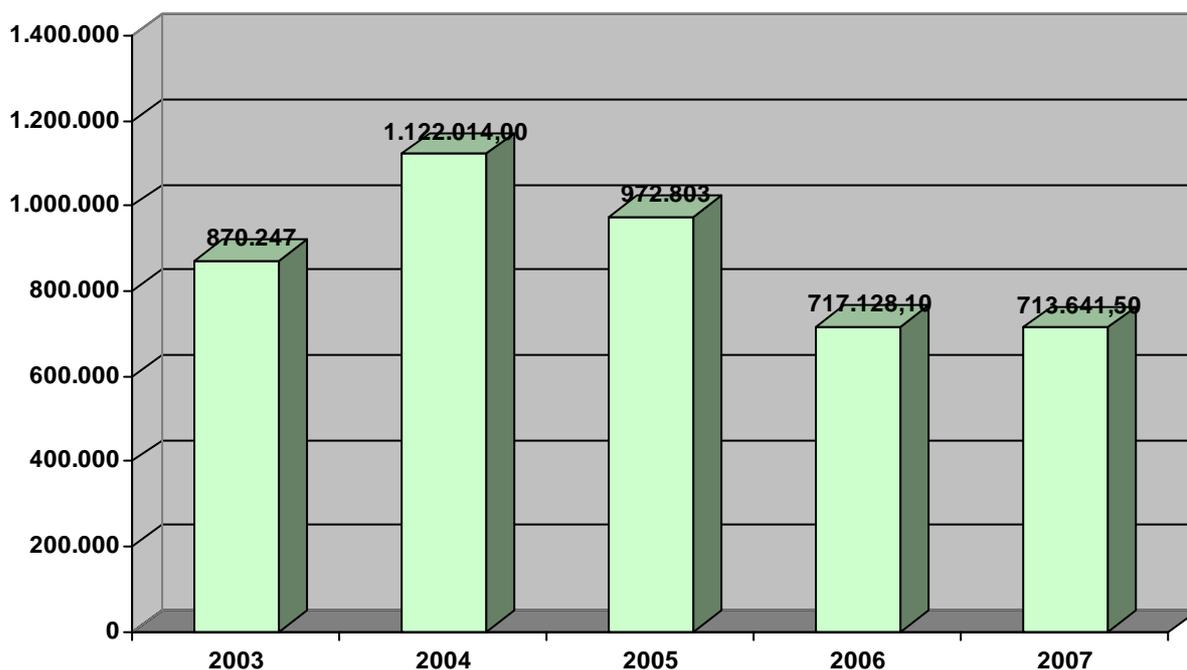


Tabela 12 - Área trabalhada em ha – Aviação Agrícola

PRODUTOS						
CULTURAS	FERTILIZANTE	FUNGICIDA	HERBICIDA	INSETICIDA	OUTRAS	TOTAL
Pastagem	00	1080,00	00	1.450,00	1.400,00	2.830,00
Arroz	35,00	775,00	00	00	00	795,00
Algodão	1.879,00	6.200,70	796,70	162.707,70	70.887,00	185.471,00
Cana de Açúcar	169,00	555,60	00	5.191,00	15.874,6	30.860,70
Feijão	00	970,30	9.070,00	2.129,00	00	11.922,00
Girassol	00	00	40,00	00	00	365,00
Milho	00	66.190,80	983,90	33.196,20	14.857,70	128.151,20
Soja	00	185.447,40	20.655,80	137.252,30	4.955,00	348.310,30
Sorgo	00	676,00	00	2.174,50	00	3.658,50
Outros	00	9,00	00	688,00	00	62,90
Total	2.048,00	269.597,50	44.046,70	358.853,10	19.639,30	713.641,50

Comentários

As atividades desenvolvidas no segmento de Aviação Agrícola são executadas de acordo com o Decreto-Lei 917, de 07 de outubro de 1969, regulamentado pelo Decreto 86765, de 22 de dezembro de 1981 e seus atos normativos complementares, objetivando o

cumprimento das normas de proteção a vida e saúde, do ponto de vista operacional e das populações interessadas, bem como das de proteção à fauna e a flora.

Existem registrados na Superintendência Federal de Agricultura em Goiás 46 operadores aeroagrícolas aptos a desenvolver as atividades aeroagrícolas no país com 96 aeronaves. Também foram autorizadas 6 empresas aeroagrícolas registradas em outros Estados a operarem em Goiás com 35 aeronaves.

Apesar dos transtornos ocorridos durante o ano, com movimento paredista (greve) dos Fiscais, aliado a escassez de recursos orçamentários/financeiros descentralizados para execução das atividades programadas, o desempenho do setor foi satisfatório, atingindo índices de execução de 102 e 100% do programado (fiscalizações), e com realização também de várias atividades burocráticas não programadas, da rotina de trabalho. Deve-se levar em conta que não existe um fiscal que trabalhe na área com exclusividade. Os dois fiscais que receberam treinamento em aviação agrícola trabalham também no setor de sementes, setor esse que tem um volume de trabalho muito grande, exigindo muita dedicação dos mesmos.

Outros três fiscais participaram do curso de Coordenadores de Aviação Agrícola, realizado em Primavera do Leste/MT, no período de 25 a 31 de março de 2007, podendo já auxiliar na atividade no próximo ano, e um fiscal participou do curso de Combate a Incêndio Florestal pela Aviação Agrícola, no período de 24 a 29 de junho de 2007, na cidade de Botucatu/SP, promovido pela UNESP/Faculdade de Ciências Agrônomicas.

1.3.4 RELATÓRIO DE GESTÃO 2007 - FISCALIZAÇÃO DE AGROTÓXICOS E AFINS

QUADRO 28 - AÇÕES PROGRAMADAS – PT

META FÍSICA	UNID. MEDIDA	PROG.		EXEC.		PROD. %	
		2006	2007	2006	2007	2006	2007
A – EXECUÇÃO DIRETA							
Inspeção em estabelecimentos prestadores de serviços de eficácia e praticabilidade agrônômica.	inspeção	02	04	02	02	100	50
Inspeção em estabelecimentos prestadores de serviços de tratamento quarentenário e fitossanitário.	inspeção	04	04	03	03	75	75
Renovação e credenciamento de estabelecimentos prestadores de serviços de tratamento quarentenário e fitossanitário.	credenciamento	04	04	03	03	75	75

Fiscalização de ensaios de eficácia e praticabilidade agrônômica em estabelecimentos credenciados.	fiscalização	04	04	0	01	0	25
Fiscalização de tratamentos quarentenários e fitossanitários realizados por estabelecimentos credenciados.	fiscalização	04	04	04	04	100	100
Fiscalização/supervisão em conjunto com a Agrodefesa, de postos e centrais de recebimento de embalagens vazias.	fiscalização / supervisão	0	04	0	0	0	0
II Reunião Nacional do DFIA.	evento	01	01	01	01	100	100
TOTAL GERAL	-	19	25	13	14	68	56

Item 01 – Duas empresas não deram continuidade ao processo de credenciamento (Fundação GO e UFG).

Itens 02 e 03 – A empresa Araguaia não atendeu as exigências legais para dar continuidade ao processo de renovação do credenciamento.

Item 04 – Foi realizada 01 fiscalização na empresa CTPA, o restante das fiscalizações programadas não foram possíveis devido ao acúmulo de serviço gerado em virtude da paralisação dos Fiscais Federais Agropecuários.

Item 06 – Devido a questões internas da Agrodefesa concomitantemente com o apontado no Item 03, não foi possível a realização de nenhuma ação fiscal localizada. Foi realizada uma reunião com os Fiscais Estaduais da Agrodefesa, para articular uma ação conjunta para 2008, que poderá ser por demanda deste órgão.

As ações de 2005 não foram apresentadas, pois em 2005 o PI FISAGROTOX não estava sob a responsabilidade do SEFAG/SFA/GO.

Quadro 29 - Ações Não Programadas

METAS FÍSICAS	UNIDADE DE MEDIDA	EXECUTADO	
		2006	2007
<i>A – EXECUÇÃO DIRETA</i>			
Fiscalização de tratamentos quarentenários e fitossanitários realizados por estabelecimentos credenciados.	fiscalização	03	02
Autorização de importação de feromonios para controle do Bicudo do Algodoeiro.	autorização	01	01
Treinamento sobre aplicação de brometo de metila e fosfina.	treinamento	0	02
Reunião sobre procedimentos e avaliação de eficiência e praticabilidade agrônômica e outras reuniões.	reunião	01	01
Apuração de denúncia – Agrotóxicos falsificados.	denúncia	0	01

OUTRAS INFORMAÇÕES

Quadro 30. Relação dos estabelecimentos prestadores de serviços fiscalizados e/ou inspecionados em 2007.

Nome do Estabelecimento	Município
Expurex Serviços de expurgo Ltda.	Goianápolis
Araguaia Saneamento Ltda	Inhumas
Bytech Prestadora de Serviços Centro Oeste Ltda.	Goiânia, Goianápolis, Anápolis e Aparecida de Goiânia
Agrotec Empreendimentos Agropecuários Ltda.	Catalão
Fesurv – Fundação de Ensino Superior de Rio Verde – GO	Rio Verde
Monsanto do Brasil Ltda.	Santa Helena
CTPA – Centro Tecnológico para Pesquisas Agropecuárias Ltda.	Goiânia

Quadro 31. Relação de empresas usuárias de serviços de tratamentos quarentenários e fitossanitários visando o trânsito internacional cujos serviços foram fiscalizados.

Nome da Empresa Contratante	Município	Prestadora de Serviço Credenciada no MAPA
Centrocouros Inhumas Ltda	Inhumas	Araguaia
GVP – Marcenaria Ltda	Goianápolis	Bytech
Eleusa H. Castro	Aparecida de Goiânia	Bytech
Frigorífico Margen	Rio Verde	-
Perdigão Agroindustrial Ltda.	Rio Verde	-

Quadro 32. Empresa autorizada pelo MAPA/SFA/GO/SEFAG a importar feromonios para controle do Bicudo do Algodoeiro.

Nome da Empresa	Município
Fundação GO – Fundação de Apoio a Pesq. e Desenv. Agropecuário de Goiás	Santa Helena

Comentários

Em 2007, foram realizadas 62,5% das inspeções programadas, totalizando cinco, das quais, três inspeções foram realizadas em empresas prestadoras de serviços de tratamento quarentenário e fitossanitário, visando a renovação ou credenciamento, e duas inspeções em empresas de pesquisa e ensaios experimentais de eficácia e praticabilidade agrônômica de agrotóxicos e afins, com a finalidade de adequação às novas orientações previstas na IN 18/2007.

Com relação às fiscalizações, foram realizadas 87,5% das fiscalizações programadas, totalizando-se sete, das quais, seis fiscalizações foram realizadas em empresas prestadoras de serviços de tratamento quarentenário e fitossanitário, e uma fiscalização em empresa de pesquisa e ensaios experimentais de eficácia e praticabilidade agrônômica de agrotóxicos e afins.

Houve, também, em 2007, a participação em duas reuniões, itens 07 e 11, nos quais representantes do MAPA, empresas privadas e de empresas públicas federais e estaduais estiveram presentes com o objetivo de discutir e elaborar propostas para harmonização de procedimentos na fiscalização e credenciamento de empresas na área de agrotóxicos e afins.

Salientamos que em 2007, foram realizadas sete fiscalizações e cinco inspeções, num total de doze (12) ações fiscais, 20% a mais do que estava previsto no SIPLAN, que era de dez (10) ações fiscais. No entanto, registramos setenta e cinco (75) comunicados de tratamentos fitossanitários com fins quarentenários com brometo de metila, que é cerca de onze vezes maior que o número de fiscalizações realizadas para este tratamento, que foram de seis fiscalizações. Registramos, ainda, mensalmente, o tratamento de madeira em estufa (KD) comunicado pela empresa Agrotec. Essa empresa produz e disponibiliza a madeira já tratada para o mercado. Sendo que para isso, a Agrotec realiza tratamentos diários e contínuos, em estufas fixas.

No Quadro de Ações Programadas, total geral de 2006 para 2007, houve um aumento nas metas físicas executadas, contudo houve um decréscimo na produtividade em virtude do aumento da meta física programada. Porém, ressaltamos que para o ano de 2008 deveremos buscar a realização de um maior número de fiscalizações, principalmente para o tratamento fitossanitário e quarentenário, pois as fiscalizações realizadas representaram apenas 8% do total de 75 comunicados apresentados.

Finalmente, levando-se em conta que o tempo que temos para a fiscalização da atividade de agrotóxicos e afins é compartilhado com as atividades de fiscalização de fertilizantes e de sementes e mudas, que impõem uma grande demanda de serviços ao SEFAG/SFA-GO, concluímos que as fiscalizações e inspeções realizadas foram bastante significativas, pois constatamos e corrigimos irregularidades como:

- lonas fora das especificações exigidas pela legislação;
- uso irregular e ausência de material indicativo de segurança;
- realização de tratamento sem uso do detector e medidor de gás.
- empresa prestadora de serviços de eficácia e praticabilidade agrônômica em inconformidade com o CREA, Agência Ambiental e Agrodefesa.
- Autuação e apreensão, ação conjunta com a Agrodefesa e Polícia Federal, de 192 bombonas de 5 litros cada de fungicida falsificado (Priori Xtra).

PI: FISCINAN – FISCALIZAÇÃO DE ALIMENTOS PARA ANIMAIS

1.3.5 - FISCALIZAÇÃO DE INSUMOS PECUÁRIOS

QUADRO 33 - AÇÕES PROGRAMADAS – PT

META FÍSICA	UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTIVIDADE %
A – EXECUÇÃO DIRETA				
Fiscalização De Suplemento Mineral	Amostra	115	116	100,8
Fiscalização De Ração/Concentrado	Amostra	75	78	104
Fiscalização De Ingredientes	Amostra	50	28	56
Fiscalização De Estabelecimentos	Fiscalização	69	135	195,5
Pesquisa De Proteína De Origem Animal	Amostra	25	25	100
Pesquisa De Salmonela	Amostra	25	18	72

QUADRO 34 - AÇÕES NÃO PROGRAMADAS

METAS FÍSICAS	UNIDADE DE MEDIDA	EXECUTADO
A – EXECUÇÃO DIRETA		
Vistoria Técnica	Vistoria	21
Registro De Estabelecimento	registro	31
Registro De Suplemento Mineral	Registro	348
Registro De Ração	registro	102
Registro De Concentrado	registro	18
Registro De Ingrediente	registro	16
Registro De Aditivo	registro	02
Autos De Infração Lavrados	Auto	17
Advertências Aplicadas	advert.	00
Multas Aplicadas	Multa	17
Apreensões Realizadas	Apreensão	07

OUTRAS INFORMAÇÕES

QUADRO 35

METAS FÍSICAS	UNIDADE DE MEDIDA	REALIZADO
Amostras Dentro Do Padrão	Amostra	260
Amostras Fora Do Padrão	Amostra	05

COMPARAÇÃO DAS METAS FÍSICAS

TABELA 13 - RESULTADOS OBTIDOS

DESCRIÇÃO DA META	UNIDADE DE MEDIDA	2005	2006	2007
		EXECUTADO	EXECUTADO	EXECUTADO
Fiscalização de estabelecimento Realizada	Fiscalização	153	112	135
Fiscalização de Suplemento	Fiscalização	125	102	116
Fiscalização de Ração	Fiscalização	73	61	78
Fiscalização de Ingrediente	Fiscalização	00	16	28

Estabelecimentos produtores de alimentos para animais registrados = 280

COMENTÁRIOS

A meta de colheita de 240 amostras para análise de conformidade foi definida pela Coordenação de Produtos para Alimentação Animal do DIFIP/SDA/MAPA e cumprida em parte, pois os 45 dias de greve prejudicaram o andamento dos trabalhos.

Foram atendidos dois novos programas de colheitas de amostras:

1) Pesquisa de Proteína/Gordura de Origem Animal em produtos destinados a ruminantes com colheita de 25 amostras, e

2) controle de *Salmonella* em rações para aves e suínos e alimentos para cães e gatos com colheita de 25 amostras.

Os Fiscais Federais Agropecuários trabalharam no PI-FISCINAN no intuito de fazer cumprir as expectativas, mesmo que em alguns aspectos o programado não tenha sido executado em sua totalidade.

O ano de 2007 conferiu-nos a oportunidade de participar de treinamentos para aquisição de novos conhecimentos e sedimentação dos já existentes. Percebemos a importância destas pelas constantes exigências de nossos clientes e pelas recentes diretrizes que o Departamento está implementando.

O grande acontecimento deste ano foi o aperfeiçoamento da legislação:

1 – Revogação do decreto 76.986/76 e a publicação do Decreto 6.296 de 11/12/2007 no Diário Oficial da União Nº 238 de 12/12/de 2007, que aprova o Regulamento da Lei Nº 6.198, de 26 de dezembro de 1974, que dispõe sobre a inspeção e a fiscalização obrigatórias dos produtos destinados à alimentação animal, dá nova redação aos artigos 25 e 56 do Anexo ao Decreto Nº 5.053, de 22 de abril de 2004,

2 – Publicação da Instrução Normativa Nº 29, de 14 de junho de 2007, que aprova os procedimentos para importação de produtos destinados à alimentação animal,

3 – Publicação da Instrução Normativa Nº 4, de 23 de fevereiro de 2007, que aprova o Regulamento Técnico sobre as condições higiênico-sanitárias e de boas práticas de fabricação para estabelecimentos fabricantes de produtos destinados à alimentação animal e o roteiro de inspeção.

Além disso, verificam-se nos Quadros as várias atividades desenvolvidas, indicando que, apesar das diversidades, o ano foi produtivo. Acreditamos, também, que os clientes do SFFA/GO foram atendidos a contento durante o ano de 2007.

QUADRO 36 - ATIVIDADES EXTRAS

ATIVIDADES	ITENS
CONVÊNIOS ACOMPANHADOS	02
AUDITORIA EM ESTABELECIMENTO PARA EXPORTAÇÃO	03
PARTICIPAÇÕES EM CONGRESSO / SEMINÁRIOS	03
REUNIÕES NACIONAIS	01
PRODUTOS REGISTRADOS	697
PALESTRAS PROFERIDAS	03
NORMAS REVISADAS	04
NORMAS ELABORADAS	04
TREINAMENTO DE FFA DOS ESTADOS (Df, Ac, Am, Sp ,Rs, Pr, Mt, Ms, Ap, Pe ,Rn, Ce)	17
PRODUTOS FISCALIZADOS	977
ANUÊNCIA DE LICENCIAMENTO PARA IMPORTAÇÃO	110
AMOSTRAS COLHIDAS	265

A revisão (Decreto 76986 e Instrução Normativa de BPF) e a elaboração Instruções.

Normativas de: rotulagem, registros de produtos, registros de estabelecimentos e manual de procedimentos de fiscalização) proporcionaram integração e produção de normas práticas, aplicáveis e voltadas a garantir a obtenção de alimentos seguros para animais e por consequência ao homem.

Com o objetivo de garantir a produção de alimentos para ruminantes livres de qualquer proteína e/ou gordura de origem animal e assim impedir a contaminação ou o aparecimento da Encefalopatia Espongiforme Bovina (BSE), foram colhidas amostras, para análise laboratorial de microscopia. Constatou-se a presença de proteína e/ou gordura de origem animal em 03 amostras analisadas, correspondendo a 12% do total de amostras colhidas para esta prova faixa considerada normal para este tipo de prova, deixando-nos na certeza de que o trabalho de fiscalização e, principalmente, o de orientação executado pelos fiscais do SEFAG/GO estão seguindo o caminho correto, dando resultados extremamente positivos.

AVANÇOS, MELHORIAS E CONQUISTAS EM 2007

a) A capacitação de fiscais e a participação em eventos viabilizaram a melhoria no atendimento ao público, uma vez que atualizou e renovou os conhecimentos;

b) A abertura por parte da Coordenação de Produtos para Alimentação Animal, através de um sistema disponibilizado no site do MAPA “ www.catir.agricultura.gov.br” para

discussões de problemas e dúvidas diárias dos fiscais, foi uma conquista que revelou-se positiva para ambas as partes.

O SEFAG-GO reconhece o esforço aplicado para o crescimento unificado do DFIP e está com disposição para apoiar e seguir o planejamento proposto para 2008, com o objetivo de obter alimentos seguros de forma eficiente.

1.3.6.PI: FISCAGENE - FISCALIZAÇÃO DE MATERIAL GENÉTICO ANIMAL

1. FINALIDADE DA AÇÃO

Melhorar a qualidade dos produtos e dos serviços de multiplicação animal ofertados aos produtores, com vistas ao aumento da produção e da produtividade da pecuária nacional.

2. DESCRIÇÃO DA AÇÃO

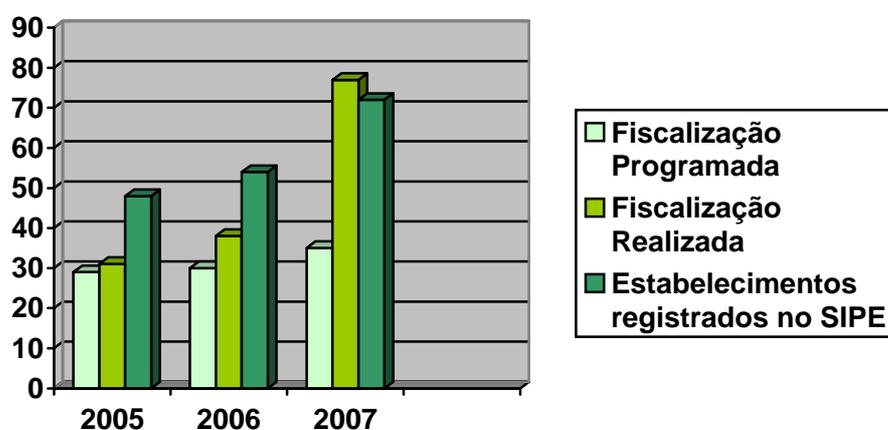
- 2.1)- Registrar e fiscalizar estabelecimentos produtores e comerciais de material genético animal e prestadores de serviço (embriões) na área de reprodução animal;
- 2.2)- Auditar estabelecimentos produtores de material genético animal;
- 2.3)- Elaborar parecer de viabilidade para importação de material genético animal e animais destinados à reprodução;
- 2.4)- Realizar vistorias técnicas para verificar viabilidade de registro de estabelecimentos relacionadas à área incluindo estabelecimentos avícolas de controle permanente e de ratitas;
- 2.5)- Análise de processos para registro de estabelecimento e para concessão de inscrição de doadores de sêmen;
- 2.6)- Concessão de baixas dos doadores de sêmen

3. RESULTADOS OBTIDOS

QUADRO 37 - AÇÕES PROGRAMADAS -PT

META FÍSICA	UNIDADE DE MEDIDA	2005		2006		2007		
		PROG.	EXEC.	PROG.	EXEC.	PROG. (A)	EXEC. (B)	PRODUTIVIDADE % (B/A)
Fiscalização Realizada	Fiscalização	29	31	30	38	35	77	220

Gráfico 14- Fiscalizações realizadas, programadas e estabelecimentos registrados existentes



Comentários

Analisando o quadro 3.1 verificamos que para o ano de 2007 foram programadas 35 (trinta e cinco) fiscalizações, número próximo ao que foi executado no ano de 2006 (38- trinta e oito) e maior do que executado no ano de 2005. No entanto, 77 (setenta e sete) fiscalizações foram realizadas sendo 30 (trinta) consideradas de rotina, 46 (quarenta e seis) vistorias técnicas e 1 (uma) auditoria em estabelecimento produtor de sêmen suíno. Todos os 5 (cinco) estabelecimentos produtores de material genético registrados foram fiscalizados sendo que o estabelecimento registrado como produtor de sêmen equino solicitou cancelamento que já foi providenciado. Contactamos e fiscalizamos ainda 2 (dois) estabelecimentos produtores de embrião em situação irregular notificando-os da obrigatoriedade do registro dos mesmos junto ao MAPA. Os estabelecimentos estão providenciando adequações para regularização da situação.

Estabelecimentos comerciais de sêmen em um número de 10 (dez) foram fiscalizados visando verificação de itens exigidos na Instrução Normativa Nº 56 de 27/09/2007 específica para estabelecimento comercial . Dentre os 10 estabelecimentos havia 2 (dois) irregulares que foram devidamente informados sobre a obrigatoriedade do registro junto ao MAPA, mas alegaram que apenas são representantes de empresas produtoras de sêmen e que não emitem nota fiscal. No momento da fiscalização não foram encontradas notas fiscais emitidas pelos mesmos.

Dez (10) estabelecimentos avícolas de controle permanente foram fiscalizados com a finalidade de atualização de documentos, de RT, verificação de possíveis ampliações ou mesmo atendimento a adequações solicitadas durante vistoria técnica. Os estabelecimentos atenderam a fiscalização e procuraram solucionar as não conformidades detectadas. Três estabelecimentos de ratitas encontravam-se desativados e serão cancelados.

Consideramos que os resultados obtidos com a fiscalização no ano de 2007 foram positivos conforme visualização na Figura 1. Todas as vistorias técnicas que foram solicitadas no decorrer do ano foram atendidas, o que foi possível em decorrência da disponibilização do recurso sempre que solicitado. Importante relatar que as vistorias realizadas em estabelecimentos avícolas ocorreram sempre com a presença do colega do SEDESA que emite um laudo relativo aos aspectos sanitários por exigência da legislação. Consideramos que a realização do trabalho de vistoria em conjunto tem agilizado os processos de registros de estabelecimentos avícolas possibilitando atendimento mais rápido e eficiente aos nossos clientes.

Verificando a Figura 1 o Quadro 3.2 posicionado abaixo constata-se que em 2005 havia 48 (quarenta e oito) estabelecimentos registrados e em 2006 54 (cinquenta e quatro). Em 2007 foi cancelado 1(um) como já mencionado e registrados **19 (dezenove)** conforme informação disponibilizada no Quadro 3.3.

Desta forma, atualmente contamos com 72 estabelecimentos registrados (Figura 1 e Quadro 3.2). A título de informação, dentre os estabelecimentos registrados neste ano, concedemos o registro para as 2 (duas) primeiras granjas matrizeiras de peru do Estado de Goiás e para a primeira granja matrizeira de frango caipira do Estado.

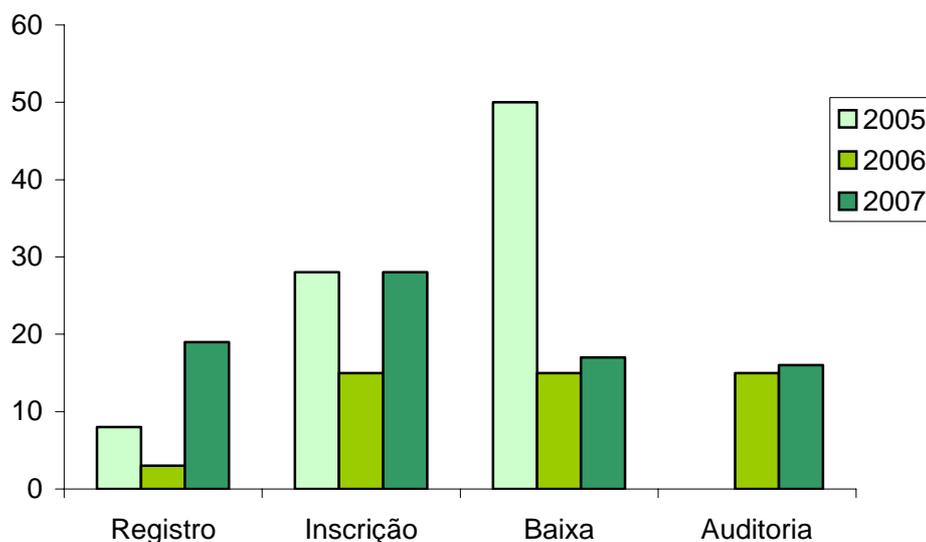
QUADRO – 38 ESTABELECIMENTOS REGISTRADOS

ESTABELECIMENTOS	2005	2006	2007
Comercial de sêmen	10	10	10
CCPS (Centro de Coleta e Processamento de Sêmen)	04	04	03
CCPS e CCPE (Centro de Coleta e Processamento de Embrião)	01	01	01
Criadouro de avestruz ciclo completo	-	06	06
Criadouro de avestruz ciclo parcial	-	03	07
Granja matrizeira avestruz	14	08	08
Incubatório avestruz	01	01	01
Granja avoseira e bisavoseira de galinhas	-	01	01
Granjas matrizeiras de galinhas (2 de peru e 1 de frango caipira)	16	17	31
Incubatório matrizeiro (1 de peru)	02	03	04
TOTAL	48	54	72

QUADRO 39 - AÇÕES NÃO PROGRAMADAS

META FÍSICA	UNIDADE DE MEDIDA	2005	2006	2007
		EXECUTADO	EXECUTADO	EXECUTADO
Registro de estabelecimento	Registro	08	03	19
Inscrição de Reprodutores	Inscrição	28	15	28
Baixa de Reprodutores	Baixa	50	15	17
Auditorias em outros Estados	Auditoria	-	15	16
Cancelamento de estabelecimento	Cancelamento	-	01	01
Participação em curso e congressos	Capacitação	-	01	03
Participação em reuniões técnicas	Reuniões técnicas	01	-	05
Certificação zootécnica emitida	Certificação	-	02	02

Gráfico 15 - Ações não programadas



O Quadro 39 permite uma comparação entre **ações não programadas** realizadas no ano de 2005, 2006 e no ano de 2007 e a GRÁFICO 15 uma visualização comparativa dos resultados.

Após analisá-lo constatamos que em 2007, algumas metas tais como: registro de estabelecimento, inscrição de reprodutores, baixa de reprodutores foram executadas em um número maior que em 2006, como ocorreu **com o número de fiscalizações (Quadro 37)** evidenciando o crescimento da área de material genético animal em Goiás com perspectivas de ascender a cada ano. Em 2005 foram concedidas um número maior de baixas que em 2007 e não houve a ocorrência de auditoria.

Dois fiscais que trabalham no PI FISCGENE fazem parte de uma equipe nacional de auditores que foram preparados para auditar estabelecimentos produtores de material genético animal registrados em todo país objetivando padronização da ação fiscal e aplicação de um roteiro de boas práticas de manipulação.

No ano de 2007 a Divisão de Material Genético (DMG) em Brasília possibilitou a participação dos técnicos que atuam na área em 2 (dois) eventos relacionados à reprodução (Congresso Brasileiro de Reprodução animal e Reunião Nacional da Sociedade Brasileira de Embriões) e no III Curso Teórico-Prático de Biotecnologia da Reprodução em Animais de Interesse Zootécnico realizado pela Embrapa. Certamente iniciativas como estas são muito importantes e demonstra o interesse da DMG em capacitar os técnicos para que tenham mais preparo e segurança durante a ação fiscal.

QUADRO 40 - OUTRAS INFORMAÇÕES

Discriminação	Unidade de Medida	Realizado 2005	Realizado 2006	Realizado 2007
Sêmen bovino produzido	dose	82765	34336	14713
Sêmen suíno produzido	dose	363608	214941	247742
Embriões viáveis coletados	dose	323	202	19

Comentários

Observa-se analisando o Quadro 3.4 que houve queda considerável na produção de embriões.

A empresa responsável pela produção deste produto nos informou que este declínio se deu em função do mercado que tem buscado outra biotecnologia, a produção “in vitro” (PIV) de embriões, técnica que tende a crescer em ritmo acelerado.

3.5. COMENTÁRIOS FINAIS DO RESPONSÁVEL TÉCNICO

Consideramos que o ano de 2007 foi produtivo com resultados satisfatórios, uma vez que na grande maioria fomos atendidos nas solicitações de adequações realizadas aos estabelecimentos.

Havíamos programado 35 (trinta e cinco) fiscalizações e foram executadas 77 (setenta e sete), o que ocorreu em decorrência de alguns fatores, tais como: disponibilização de recurso sempre que solicitado e número de técnicos que atuam na área. Atualmente temos três fiscais, sendo dois com dedicação exclusiva para o PI FISCGENE e outro que, além de atuar na área, apóia a execução das atividades do PI FISPROVET.

Desta forma, neste ano, não tivemos restrições para a execução do trabalho e houve uma resposta com resultados positivos.

É necessário salientar que o número de fiscalizações foi maior que o programado em função das solicitações de vistorias técnicas que foram surgindo durante o ano, o que podemos considerar como ações não programadas.

1.3.7. PI: FISPROVET - FISCALIZAÇÃO DE PRODUTOS VETERINÁRIOS

1 . FINALIDADE DA AÇÃO

Garantia da qualidade, identidade, pureza e segurança dos produtos farmacêuticos e biológicos de uso veterinário.

2- DESCRIÇÃO DA AÇÃO

Efetuar a análise, o registro, a renovação da licença e a fiscalização dos estabelecimentos fabricantes, fracionadores, distribuidores, comerciantes e importadores de produtos de uso veterinários; cadastrar produtos de uso veterinário, inclusive homeopáticos e de embelezamento; fiscalizar estabelecimentos fabricantes e comerciantes irregulares e apurar denúncias; promover palestras educativas com sindicatos, cooperativas e entidades do agronegócio; auditar estabelecimentos fabricantes de produtos veterinários; autorizar embarque de matérias-primas e/ou produtos importados e liberar mercadoria importada no Terminal de Cargas Aeroportuárias – TECA.

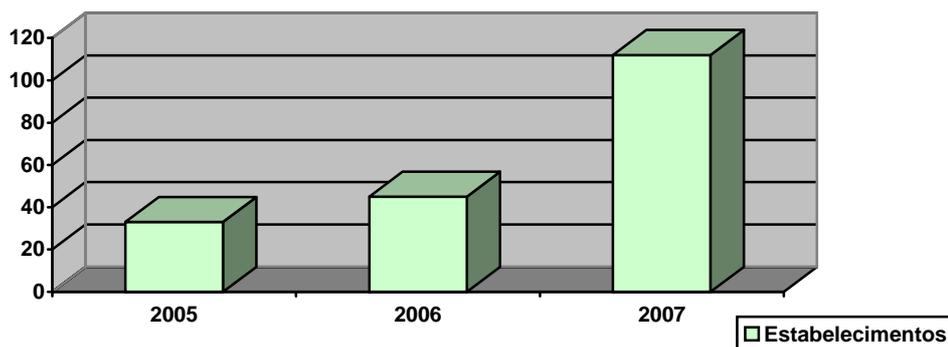
3- RESULTADOS OBTIDOS

3.1- Metas Físicas

Quadro 41 – Ações Programadas

FISCALIZAÇÕES ESTABELECIMENTOS	PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTIVIDADE
2005	70	33	47,14 %
2006	150	45	30,00 %
2007	150	112	74,67 %

Gráfico 15 – Comparação de estabelecimentos Fiscalizados em 2005, 2006 e 2007 no Estado de Goiás.



A Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário e dos estabelecimentos que os fabriquem ou comercializem, é executada de conformidade com o Decreto-Lei nº 467 de 13/02/1969, regulamentada pelo Decreto nº 5.053, de 22/04/2004 e seus Atos Normativos complementares, que fundamentam o acompanhamento do processo produtivo dos produtos veterinários com a finalidade de garantir a qualidade e conformidade desses produtos.

Houve uma evolução no número de estabelecimentos fiscalizados, conforme demonstrado no Quadro 41, a despeito de fatores supervenientes, como greve dos fiscais e o número reduzido de profissionais que atuam na atividade, fato que pode ser creditado à regularidade na liberação de recursos orçamentários e financeiros, durante o exercício.

A atividade continua com apenas um fiscal federal agropecuário com dedicação exclusiva, e outro fiscal pertencente à atividade de fiscalização de material genético, apoiando as fiscalizações nas empresas e no comércio. O primeiro, além do atendimento aos clientes externos, é responsável pelo registro de estabelecimentos, pelas fiscalizações propriamente ditas, pelas análises de processos de importação de produtos e insumos veterinários, pela liberação de cargas de produtos importados no Terminal de Cargas Aeroportuárias – TECA e ainda realiza todo o trabalho técnico-administrativo da sede, no que tange ao PI FISPROVET.

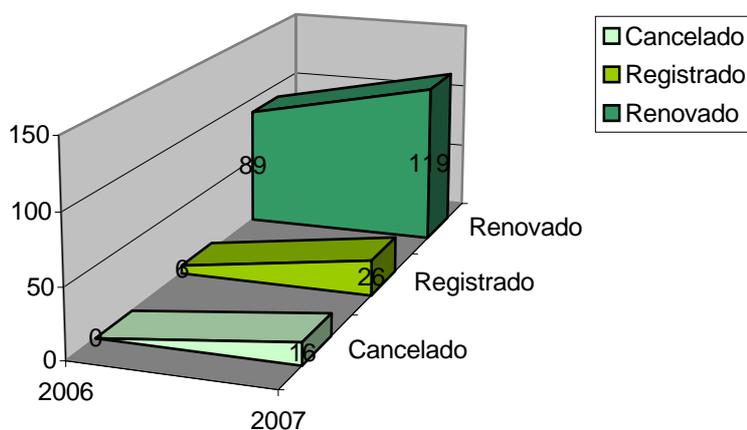
Os estabelecimentos comerciantes fiscalizados foram orientados a observar o que preconiza o parágrafo primeiro do artigo 4º do Decreto 5.053/04, no que tange ao prazo para renovação da licença de funcionamento, havendo sido advertidos sobre a pena de multa que incorre no caso de não atendimento à legislação. A fiscalização desses estabelecimentos continuou a ser focada principalmente nas disposições contidas na Instrução Normativa nº 36 de 07 de junho de 2002, que disciplina a comercialização de produtos farmacêuticos de uso veterinário, que contenham substâncias sujeitas a controle especial.

Quadro 42 – Ações Não Programadas

METAS FÍSICAS	EXECUTADO EM 2006	EXECUTADO EM 2007
A-EXECUÇÃO DIRETA		

Registro de estabelecimento	06	26
Renovação de licença de funcionamento	89	119
Requerimento de importação	35	16
Estabelecimentos cancelados	00	15
Liberação de mercadoria importada	04	01
Autos de infração lavrados	01	04
Advertências aplicadas	00	04
Multas aplicadas	00	00
Multas recebidas	00	00
Aprensões realizadas	00	03

Gráfico 16 – Comparação de estabelecimento renovados no ano de 2006 e 2007.



Conforme pode ser observado no Quadro 42/Gráfico16, houve aumento de 33,7% no Número de estabelecimentos renovados e triplicou o número de novos registros.

Quadro 43 – Número de estabelecimentos registrados no Estado de Goiás

DISCRIMINAÇÃO	2006	2007
Estabelecimento fabricante	08	08
Estabelecimento importador	04	05

Estabelecimento comerciante	945	963
Estabelecimento distribuidor	00	03
TOTAL	960	982

Quadro 44 – Outras Informações

DISCRIMINAÇÃO	EXECUTADO EM 2006	EXECUTADO EM 2007
Análise de processos em geral	21	112
Triagem de registro inicial de produto	00	00
Análise de requerimento de lote piloto	24	22
Apuração de denúncia	00	01
Produtos Renovados	00	02
Palestras	01	04

Em decorrência do acúmulo de processos de registro de produtos veterinários na Coordenação de Produtos Veterinários, o fiscal responsável pela atividade participou junto à Coordenação da análise desses processos.

QUADRO 45 – ANÁLISE DE PROCESSOS DE REGISTRO DE PRODUTOS VETERINÁRIOS NA CPV, EM 2007.

DATA	UNIDADE DE MEDIDA	EXECUTADO
23 a 27/04/2007	Processos	07
07 a 11/05/2007	Processos	04
10 a 14/12/2007	Processos	04
TOTAL	Processos	15

4- COMENTÁRIO DO RESPONSÁVEL TÉCNICO

Não obstante ter havido crescimento dos índices alusivos ao PI FISPROVET, deparamos com algumas dificuldades na execução das atividades, conforme se segue:

- a) A falta de recursos orçamentários de janeiro a março de 2007;
- b) A greve dos Fiscais Federais Agropecuários da SFA-GO no período de junho a setembro de 2007, prejudicando a execução dos trabalhos;
- c) A SFA/GO não possui agente administrativo ou estagiário disponível para a realização dos trabalhos administrativos, o que ocasiona dispêndio de tempo dos Fiscais Federais Agropecuários com esses assuntos;
- d) O reduzido número de Fiscais Federais Agropecuários com atuação no PI FISPROVET.
- e) A atividade não foi prejudicada por não ter veículo próprio, em razão do apoio na utilização de veículos oficiais pertencentes a outros serviços. No entanto, opinamos ser imprescindível para a execução dos trabalhos, a aquisição de veículo próprio, que tornaria mais ágil e dinâmica a sistemática de fiscalização das atividades concernentes ao FISPROVET.

*Serviço de Política e
Desenvolvimento
Agropecuário*

SEPDAG

1.4 SERVIÇO DE POLÍTICA E DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO – SEPDAG

O Serviço de Política e Desenvolvimento Agropecuário (SEPDAG) está regulamentado pela Portaria 300, de 16 de junho de 2005, que aprova o Regimento Interno das Superintendências Federais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento. É ligado diretamente a Divisão Técnica, no cumprimento de suas atividades regimentais. No ano de 2007 o Serviço de Política e Desenvolvimento Agropecuário continuou executando as atividades já desenvolvidas anteriormente:

- a) Programa de Desenvolvimento da Agricultura Orgânica;
- b) Produção Integrada de Citros;
- c) Produção Integrada Lavoura-Pecuária;
- d) Programa de Desenvolvimento do Setor Agropecuário.
- e) Acompanhamento de Convênios;
- f) Indicação Geográfica;
- g) Política Agrícola;
- h) SISBOV;

1.4.1. PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA ORGÂNICA

Em Goiás a produção orgânica tem experimentado um desenvolvimento lento, gradual, porém seguro. Com apoio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento-MAPA, via Superintendência Federal de Agricultura, sob a coordenação e supervisão da Comissão da Produção Orgânica - **CPOrg-GO**, juntamente com vários parceiros, tem-se conseguido dar visibilidade e credibilidade à cadeia de orgânicos.

A CPOrg/GO e parceiros realizaram em 2007, 12 reuniões ordinárias, 08 reuniões extraordinárias, 15 visitas a produtores e grupo de produtores do cinturão verde de Goiânia, 03 dias de campo na região metropolitana e a implantação de 02 feiras semanais de produtos orgânicos em Goiânia.

Foi realizada também a III Semana de Alimentos Orgânicos, promovido pelo MAPA em todas as unidades da federação, e, em Goiás, pela CPOrg-GO/SFA-GO. O evento aconteceu no antigo Mercado Municipal de Goiânia, sendo que este local está sendo reivindicando junto à prefeitura de Goiânia para transformá-lo num ponto comercial de produtos orgânicos. Ainda na

III Semana de Alimentos Orgânicos, a abertura solene contou com a presença de autoridades locais, produtores, estudantes, comerciantes e imprensa onde foi oferecido aos presentes um café da manhã exclusivamente de produtos orgânicos. O evento contou ainda com uma programação de palestras das quais, em uma, tivemos a presença da Dr^a Clara Terko Takaki Brandão (criadora da multi-mistura, conhecida em vários países pelo poder de salvar vidas de crianças desnutridas) além de oficinas e apresentações culturais. O evento obteve a participação expressiva de produtores, técnicos, consumidores e simpatizantes.

O Pro-Orgânico, a despeito da carência financeira, tem avançado em Goiás.

1.4.2. Produção Integrada de Citros (PIC)

A Produção Integrada de Frutas (PIF) é um programa do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), que em convênio com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), visa a melhoria das práticas de manejo, melhor uso de defensivos na cultura, com menor impacto ao meio ambiente e economicidade em todo processo produtivo. Em nosso estado, o projeto de Produção Integrada de Citros continua coordenado pela Embrapa Transferência de Tecnologia, com o apoio da SFA-GO, em parceria com a Secretária de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Goiás, Agênciarural, Agrodefesa, Universidade Federal de Goiás, Universidade Católica de Goiás, Universidade Estadual de Goiás e entidades da iniciativa privada.

As principais metas da Produção Integrada de Citros (PIC) em Goiás foram realizadas em 2007 de forma sistemática, ou seja, na continuidade da difusão dos conhecimentos básicos do programa tais como ciclo de palestras, cursos à extensão rural, monitoramento de lavouras em várias regiões com dados comparativos e inovadores proporcionados pela Integração. Ainda com o foco na diminuição dos níveis de resíduos químicos na citricultura goiana, foi realizada reunião com produtores e permissionários da cadeia produtiva de citros e com apoio da ANVISA, objetivando maior controle na quantidade e qualidade dos defensivos, redução dos riscos de contaminação do solo e água.

1.4.3. SISTEMA AGROPECUÁRIO DE PRODUÇÃO INTEGRADA – PROJETO INTEGRAÇÃO LAVOURA – PECUÁRIA (SAPI-PILP)

A integração Lavoura-Pecuária têm por objetivo a integração dos recursos naturais e os normativos das atividades agropecuárias, realizando a gestão ambiental de forma sustentável, desenvolvendo as funções múltiplas da propriedade rural com a produção de alimentos e produtos industriais, gerando empregos e qualidade de vida a família rural. Visa também eliminar ou reduzir as fontes de contaminação geradas pelas atividades agropecuárias, assegurando uma produção sustentável de alimentos com qualidade. Em junho 2007 foi realizado o I Simpósio Integração Lavoura-Pecuária de Goiás com a participação desta SFA-GO, Embrapa. Faeg, Apdc, Agenciarural, Ocb-GO, Banco do Brasil, Campo Consultoria, Fetaeg, Crmv-GO, Aeago, Ufg, Crea, Agrodefesa, Seagro, Semma, Agpnp, Senar e AgenciaAmbiental; visando promover e coordenar ações que incentivem e apoiem os agentes das cadeias produtivas do agronegócio a mudar seu padrão tecnológico e preparar a base produtiva para a certificação de seus produtos e de suas propriedades.

A programação das metas a serem alcançadas em 2008 serão principalmente os estudos de impacto ambiental, viabilizar os trabalhos nas propriedades participantes e realizar outros encontros técnicos ligados á extensão rural.

1.4.4. PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DO SETOR AGROPECUÁRIO – PRODESA

O Programa de Desenvolvimento do Setor Agropecuário – PRODESA é levado a efeito pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento-MAPA, por meio das Superintendências Federais de Agricultura – SFA's. Em Goiás, no ano de 2007, esse programa disponibilizou um expressivo volume de recursos, beneficiando 60 municípios e suas comunidades rurais, totalizando um valor de R\$ 9.477.000,00. Foram realizadas 19 vistorias de acompanhamento da execução dos contratos em 14 municípios; verificadas as denúncias em dois municípios - sem a comprovação real da má gestão de recursos - e uma vistoria de constatação de equipamentos, visando sua transferência do MAPA para Prefeitura.

DEMONSTRATIVO DOS CONVÊNIOS FIRMADOS PELA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO E COOPERATIVISMO - SDC/MAPA E ACOMPANHADOS PELA SFA/GO - 2007			
CONVENIENTE	OBJETO	DATA	VALOR - R\$
Fundação PRÓ-CERRADO	Apoio ao Projeto de Ordenamento da Produção Sustentável - PRODSU	Assinatura:28/12/2006 Publicado: * Vigência:12/2006 a 11/2007	MAPA: 251.578,00 Contrapartida:30.800,00 Aprovado: *
Fundação CASA DO CERRADO	Apoio ao Projeto de Integração Lavoura-Pecuária em Sistema Plantio Direto no Cerrado	Assinatura:29/12/2006 Publicado: * Vigência:12/2006 a 11/2007	MAPA: 1.496.035,64 Contrapartida:149.700,00 Aprovado: *
Associação Nacional dos Pequenos Agricultores - ANPA	Promover o Fortalecimento do Cooperativismo e Associativismo nas Comunidades Camponesas	Assinatura: 12/12/2006 Publicado: * Vigência:12/2006 a 12/2007	MAPA: 322.340,00 Contrapartida:40.000,00 Aprovado: *
Associação de Plantio Direto no Cerrado - APDC	Apoio ao Projeto de Organização de Agricultores em Associações como Estratégia para a Difusão e Capacitação Técnica no Sistema de Integração Lavoura-Pecuária em Plantio Direto	Assinatura: 28/12/2005 Publicado:09/01/2006 Vigência:12/2005 a 08/2007	MAPA: 100.000,00 Contrapartida:10.000,00 Aprovado: *
Sindicato Rural de Morrinhos	Apoio à Recuperação e Reparação no Parque de Exposições Sylvio Mello	Assinatura: * Publicado: * Vigência:12/2006 a 04/2007	MAPA:31.500,00 Contrapartida:3.500,00 Aprovado: *
Centro de Tecnologia Agroecológica de Pequenos Agricultores - AGROTEC	Apoio ao Centro de Capacitação Agroambiental no Cerrado do Oeste Goiano	Assinatura: Publicado: Vigência:12/2006 a 12/2007	MAPA:184.000,00 Contrapartida:5.520,00 Aprovado: *
Associação Sergipana dos Criadores de Caprinos e Ovinos - ASCCO	Apoio a Realização do Programa em Melhoramento Genético de Ovinos da Raça Santa Inês	Assinatura:31/12/2007 Publicado: 09/01/2008 Vigência:01/01/2009	MAPA: 70.000,00 Contrapartida:7.800,00 Prorrogação de Ofício
Associação Brasileira dos Criadores de Gir Leiteiro - ABCG	Apoio ao Programa de Melhoramento Genético do Gir Leiteiro	Assinatura: * Publicado: * Vigência:11/2006 a 12/2007	MAPA: 99.920,00 Contrapartida:10.080,00 Aprovado: *
Prefeitura Municipal de Niquelândia - GO	Apoio à Realização da 14a. Exposição Agropecuária de Niquelândia -GO, realizada no Período de 22 à 30 de julho de 2007.	Assinatura: * Publicado: * Vigência:07/2007 a 10/2007	MAPA: 20.000,00 Contrapartida:2.000,00 Aprovado: *
Associação Goiana de Suinocultores - AGS	Apoio à Realização da 11a. Rodada Goiana de Tecnologia em Manejo de Suínos-Boas Práticas Agropecuárias na Suinocultura, realizada no dia 07 de Dezembro de 2007.	Assinatura: * Publicado: * Vigência:12/2007 a 12/2007	MAPA: 30.000,00 Contrapartida:3.000,00 Aprovado: *
Confederação Brasileira de Apicultura	Apoio ao Treinamento de Apicultores com a Finalidade de Capacitá-los a produzir um alimento Sadio e Seguro Dentro das Boas Práticas Agropecuárias. Direcionar a Execução do Mel e Produtos de <i>Apis mellifera</i> , bem como em Apicultura de Precisão.	Assinatura: * Publicado: * Vigência:12/2007 a 12/2008	MAPA: 65.000,00 Contrapartida:6.608,00 Aprovado: *
Associação Brasileira de Criadores de Suínos - ABCS	Apoio a Implantação do Projeto de Modernização da Estrutura de Comercialização, Distribuição e Marketing da Carne Suína, Através da elaboração de Material Técnico, Treinamento de Pessoal e Campanhas de Divulgação.	Assinatura: 18/12/2007 Publicado: 08/01/2008 Vigência:01/02/2009	MAPA:60.000,00 Contrapartida:6.000,00 Prorrogação de Ofício

(*) Dado não disponível

1.4.6. Indicação Geográfica

A indicação geográfica constitui uma ferramenta na agregação de valor e credibilidade aos produtos agropecuários, conferindo-lhes um diferencial de mercado em função das suas características; assegurando aos consumidores a identificação de um produto com características próprias ligadas intimamente a seu lugar de origem, ao qual permite reputação e prestígio. Em Goiás o Açafrão de Mara Rosa foi selecionado como um projeto piloto para estudos e possibilidade de registro como IG.

Foi firmado, para desenvolvimento de ações em 2008, um convênio entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA e a Cooperativa dos Produtores de Açafrão de Mara Rosa – COOPERAÇAFRÃO com o objetivo de apoiar a implementação da IG do Açafrão produzido em Mara Rosa e região. No Plano de Trabalho do convênio elege temas como a caracterização da origem histórica e tradição, delimitação da área geográfica de abrangência da IG, elaboração de marca, regulamento de uso e controle de qualidade no processamento, etc.

1.4.6. POLÍTICA AGRÍCOLA

1.4.6.1. CONSELHO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL - CEDRS

As deliberações do Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural em 2007 foram, na sua maior parte, inerentes a aplicação de recursos destinados a investimentos anteriormente já projetados. As reuniões neste ano, trataram de apreciar e aprovar os projetos e planos de trabalho de infra-estrutura, destinados aos territórios/2008, aquisição de imóveis rurais, como parte do PNCF, instituir Grupo Técnico para proceder vistorias nos projetos implantados, etc., visando atender as necessidades da agricultura familiar no Estado de Goiás.

1.4.6.2. CONSELHO TEMÁTICO DO AGRONEGÓCIO – FIEG

Em 2007, participamos nas reuniões do Conselho Temático do Agronegócio da FIEG, onde se definem as ações que possam contribuir para o desenvolvimento da Agroindústria no Estado de Goiás. Tomou posse a nova diretoria do Conselho, projetando metas de grande alcance e realizações, principalmente na área de Agroenergia. Foram realizadas com grande frequência palestras proferidas por especialistas em diversas áreas do Agronegócio, visando esclarecer e estimular a classe empresarial goiana à investimentos mais direcionados e com menor risco financeiro.

1.4.7 SERVIÇO BRASILEIRO DE RASTREABILIDADE DA CADEIA PRODUTIVA DE BOVINOS E BUBALINOS – SISBOV

O ano de 2007 foi um marco da consolidação do SISBOV. Desde o final do mês de setembro, todas as certificadoras que possuem sede no Estado de Goiás foram auditadas – oito (8) no total. Também, no que tange a Estabelecimentos Rurais Aprovados no SISBOV – ERAS – foram auditados aproximadamente quarenta (40) deles. E o processo continua. As próximas fases do SISBOV são: a extinção do sistema antigo, onde as propriedades poderiam possuir animais rastreados e não rastreados, e depois, em um período posterior, as propriedades ERAS só poderão adquirir animais de outras propriedades que também são ERAS.

Portanto, a partir de 2008, somente propriedades certificadas poderão ter animais rastreados, aumentando assim, o controle sobre estes animais, da sua alimentação, vacinas, produtos veterinários a que foram expostos, etc., aumentando a segurança para o consumidor, de que está consumindo um produto que não causa danos à sua saúde.

1.4.8. FOCO NO CLIENTE

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – **MAPA**, através do Serviço de Política e Desenvolvimento Agropecuário – SEPDAG, visa atender os diversos segmentos da classe produtiva em todo o Brasil, desde da pequena produção da agricultura familiar até ao grande produtor que alavanca o agronegócio. O objetivo final é proporcionar a sociedade consumidora de alimentos, que é em última análise o principal cliente, uma política de desenvolvimento da agropecuária que leve à população a segurança alimentar, ou seja, garantia de quantidade e qualidade de alimentos.

Além de produzir para o consumidor nacional, visa também a produção de excedentes, nas mesmas condições, para o mercado externo, assegurando importantes divisas para o Brasil. Conclusivamente, o trabalho do MAPA/SFA/SEPDAG tem como clientes os consumidores mundiais.

*Serviço de Gestão
da Vigilância
Agropecuária*

VIGIAGRO

1.5 SERVIÇO DE GESTÃO DA VIGILÂNCIA AGROPECUÁRIA-VIGIAGRO/DT-GO

1.5.1 Estrutura Administrativa, Financeira e de Pessoal

No Estado de Goiás, as atividades do VIGIAGRO são executadas na **Sede** e na **Unidade de Vigilância Agropecuária-UVAGRO(ANA)-GO**, localizada na Estação Aduaneira do Interior-EADI de Anápolis-GO, Porto Seco Centro Oeste S/A.

Na Sede são realizadas inspeções e emissões de documentos para fins de envios de produtos agropecuários em geral e de animais de estimação, transportados via correios, courier, fedex e em bagagem de passageiros; bem como são dadas anuências no Sistema de Comércio Exterior-SISCOMEX para mercadorias importadas, e ainda são prestadas informações e orientações sobre normas e procedimentos de importação e exportação de produtos agropecuários

Os Fiscais lotados na Sede atendem também as demandas do trânsito internacional no Terminal de Cargas do Aeroporto Internacional Santa Genoveva-TECA, em Goiânia-GO, além de acompanhar e supervisionar as atividades realizadas na UVAGRO e em estabelecimentos industriais que recebem grandes volumes de mercadorias acondicionadas em embalagens ou suportes de madeira.

As demandas para inspeção e fiscalização de mercadorias de origem animal desembaraçadas na UVAGRO, obedecendo as especificidades do exercício profissional, também são atendidas por Fiscais Federais Agropecuários-FFAs da Sede, já que naquela unidade está lotado apenas um FFA Engenheiro Agrônomo.

Os recursos orçamentários e financeiros são disponibilizados e descentralizados em dois Planos Internos-PI, que compõem o Plano Plurianual-PPA do governo federal, quais sejam: **Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Vegetais e seus Produtos - FISCPLANTA** e **Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Animais e seus Produtos -FISCANIMAL**. O Coordenador de Ação Estadual de ambos os PIs é o Chefe do VIGIAGRO/DT-GO e cada um dos planos tem um Técnico Responsável, Fiscal Federal Agropecuário, obedecendo as respectivas áreas profissionais

Estes dois PIs estão inseridos no Programa Nacional de Segurança Fitozoossanitário no Trânsito de Produtos Agropecuários, cujo objetivo é **impedir a introdução e disseminação de pragas e doenças na agropecuária e taxa de conformidade no controle de fronteiras.**

1.5.1.1 Atividades Executadas

Seguem nas tabelas abaixo os principais resultados obtidos pelo VIGIAGRO/DT-GO nos anos de 2005, 2006 e 2007.

Tabela 14

VIGIAGRO/DT-GO			
Certificação da importação e exportação: vegetais e produtos de origem vegetal/insumos agrícolas-PI - FISCPLANTA			
Produtos	Resultados (n^o)		
	2005	2006	2007
Termo de Depositário-TD	61	56	87
Prescrição de Quarentena-PQ	56	50	72
Termo de Ocorrência Fitossanitária-TO	43	21	118
Termo de Fiscalização-TF	451	570	264
Inspeção em Embalagens e Suportes de Madeira-IESM	268	522	1.215
Certificado Fitossanitário-CF	217	169	204
Anuência Licença de Importação-LI	67	51	107
Partidas inspecionadas (TF + IESM) –meta MPOG	668	774	1.646
Quantidade (t)	16.823,9	29.275,7	17.436,6
Valor (US\$)	29.180.782,00	78.168.900,00	147.129.280,00

Nota-se que houve um aumento substancial, mais de 100%, no número de Partidas Inspecionadas em relação ao ano de 2006, que é a meta do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão-MPOG. Este aumento foi decorrente das inspeções em embalagens e suportes de madeira com mercadorias transportadas em Containers, com Autorizações para Declaração de Trânsito Aduaneiro-ADTAs emitidas no Porto de Santos.

Observa-se também a mesma tendência em 2007 no valor das mercadorias, quase que duplicando em relação ao ano de 2006, apesar da significativa redução da quantidade. Esse fato deve-se principalmente ao valor agregado de peças e partes de automóveis importados pela montadora Hyundai.

A quantidade de Termos de Fiscalização-TF reduziu porque em 2007 a emissão deste documento foi abolida para inspeção em embalagem e suporte de madeira. O Parecer da Fiscalização é emitido no corpo do próprio Requerimento para Fiscalização de Embalagens e Suportes de Madeira.

Gráfico 17- Evolução de Partidas Inspeccionadas (Meta MPOG) nos Últimos Três anos.

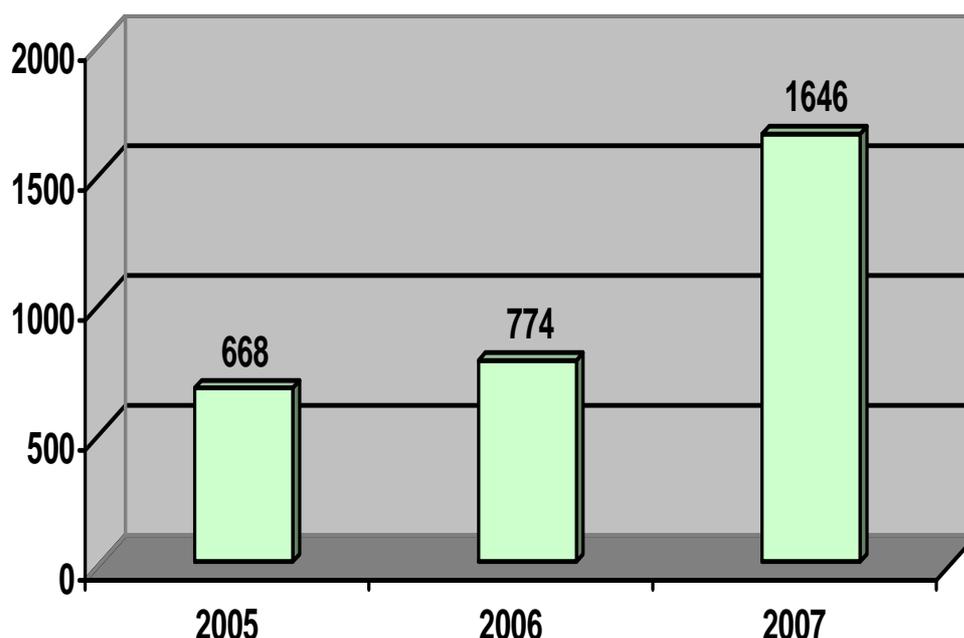


Tabela 15

VIGIAGRO/DT-GO			
Certificação da importação e exportação: animais e produtos de origem animal/insumos pecuários – PI-FISCANIMAL			
Produtos	Resultados (nº)		
	2005	2006	2007
Termo de Fiscalização – TF	56	7	161
Anuência de Licença de Importação - LI	13	1	1
Certificado Zoossanitário Internacional - CZI	338	229	161
Partidas Inspeccionadas (TF + CZI) – meta MPOG	394	236	161
Quantidade (nº.)	2.915	18.445	138.986
Valor (US\$)	1.544.382,90	366.200,00	73.310,00

Os Certificados Zoossanitários Internacionais-CZIs emitidos destinaram-se a exportação de animais de companhia (cães e gatos), peixes ornamentais e para rãs vivas. Verifica-se que houve uma redução gradativa no número de emissão de CZIs nos últimos três anos. Acredita-se que esta redução é devido ao fato da legislação União Européia-EU estar mais restritiva para receber cães do Brasil. Tornou-se necessário o credenciamento de laboratório pela Comissão Européia, para realização de titulação de anticorpos da raiva, a fim de respaldar a emissão de CZI com destino à qualquer país da EU, com a apresentação pelo exportador de

titulação de anticorpos rábicos maior ou igual a 0,5UI. A necessidade desta prova sorológica, além do tempo que requer para a sua realização tem custos financeiros, vem desestimulando as pessoas a exportarem cães de companhia para aquele Continente.

Comentários

Atualmente há apenas um FFA Engenheiro Agrônomo lotado na UVAGRO(ANA)-GO, em Anápolis-GO, contando com o respaldo e colaboração de outros FFAs do VIGIAGRO/DT-GO. Contudo, como foi previsto anteriormente, com o início das atividades da fábrica da Hyundai, Anápolis-GO, houve um aumento expressivo na demanda, em especial na inspeção de embalagem e suporte de madeira, acarretando assim a necessidade de mais funcionários nessa unidade.

Como pode ser verificado na Tabela 1, houve um considerável aumento na demanda para desembaraço de mercadorias no Recinto Alfandegado do Terminal de Cargas-TECA da INFRAERO, no Aeroporto Santa Genoveva de Goiânia-GO, destacando-se o expressivo número de ADTAs para cargas em containers, para fins de inspeção em embalagem e suporte de madeira. Considerando o citado aumento de demanda e o fato de ainda não se tratar de uma Unidade Oficial na atual estrutura do VIGIAGRO, foi formalizado um Processo solicitando a criação de uma Unidade de Vigilância Agropecuária-UVAGRO naquele terminal.

Outrossim, ressalta-se que é de suma importância a lotação de um FFA Médico Veterinário neste Serviço, o mais breve possível. Apesar do reconhecido esforço e da indispensável contribuição de FFAs lotados em outros Serviços desta Superintendência, a vigilância agropecuária internacional atua por demanda, não passível de programação, e suas ações requerem agilidade na implementação, tornando-se necessária a presença constante de fiscais da área animal e vegetal.

A demanda por exportação ainda é bastante reduzida, embora o Estado de Goiás seja um grande exportador de produtos agropecuários, o que pode ser explicado pela questão de logística, uma vez que os produtos industrializados ou commodities são desembarcados no posto de regresso do País ou por meio dos entrepostos, mais comuns para produtos de origem animal. Este fato acontece em menor intensidade nas importações, porque são dadas ADTA's nos pontos de ingresso da mercadoria no País, para o desembaraço na Unidade da Federação de destino.

No geral, foi um ano bastante positivo, com descentralização de recursos orçamentários e financeiros para deslocamento e confecção de material de consumo.

No que tange ao importador e exportador ou representante legal, é importante salientar que o descumprimento das exigências previstas nas legislações específicas brasileiras e nos acordos internacionais firmados pelo Brasil, poderá implicar em rechaço, apreensão, desnaturação ou destruição, desinfecção ou desinfestação da mercadoria; bem como poderá configurar, cumulativamente, os crimes previstos no art. 259 do Código Penal Brasileiro e no art. 61 da Lei de Crimes Ambientais, ou seja, *“difundir ou disseminar doença ou praga ou espécie que possam causar dano à agricultura, à pecuária, à fauna, à flora ou aos ecossistemas, sujeita ao infrator à pena de reclusão e multa”*.

1.5.2 CALCULO DOS INDICADORES DE DESEMPENHO

PROGRAMA 0357 - FITOZOSSANITÁRIA NO TRÂNSITO DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS

Objetivo: Impedir a introdução e disseminação de pragas e doenças na agropecuária e taxa de conformidade no controle de fronteiras.

Ação: 1800000 – Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Vegetais e seus Produtos -FISCPLANTA

Produto: partidas inspecionadas.

Atributo	Indicador			
	Economicidade	Eficiência	Eficácia	Efetividade
Descrição:	Custo de partidas de vegetais e seus produtos inspecionadas em relação ao ano anterior.	Custo de uma partida inspecionada em relação à estimativa inicial	Nº de partidas inspecionadas em relação à meta física programada	Percentual de partidas inspecionadas em relação ao total de unidades do universo da ação.
Unidade de medida:	R\$	R\$ / Partida Inspecionada-IR	Porcentagem	Porcentagem
Índice de referência:	R\$ 13.963,81 e 231%	R\$ 12,15; R\$ 10,70 e 13,55%	171,46%	100%
Fonte:	SFA/MAPA-GO	SFA/MAPA-GO	SFA/MAPA-GO	SFA/MAPA-GO
Fórmula de cálculo:	Variação absoluta do custo realizado de 2006 para 2007: CR2007 - CR2006 (20.008,29 - 6.044,48) = R\$ 13.963,81 Variação % do custo realizado de 2006 para 2007: [(CR2007 : CR2006) -1] .100 [(20.008,29 : 6.044,48) -1].100 = 231%	Custo unitário realizado (CUR) e programado (CUP) em 2007: CUR = (CR2007 : IR2007) = (20.008,29 : 1.646) = R\$ 12,15 CUP = (CP2007 : IP2007) = (10.274,00 : 960) = R\$ 10,70 Variação % entre custo unitário realizado e programado em 2007: [(CUR2007 : CUP2007) -1] .100 [(12,15 : 10,70)-1] .100 = 13,55%	Relação percentual entre o nº de partidas inspecionadas e o nº de partidas programadas em 2007: $(IR2007 : IP2007) .100 =$ $(1.646 : 960).100 = 171,46%$	Relação percentual entre as partidas inspecionadas e o total da demanda em 2007: $(IR2007 : IT2007) .100 =$ $(1.646 : 1.646).100 = 100,00%$
	CR=custo realizado; CP=custo programado; IR=inspeção realizada; IP=inspeção programada; IT=inspeção total			

Nota: Na verdade, do total do Custo Realizado em 2007, apenas a importância de R\$ 5.250,00 (cinco mil, duzentos e cinquenta reais) foi efetivamente destinada às atividades do VIGIAGRO/DT-GO (Sede, TECA e UVAGRO de Anápolis). A importância de aproximadamente **R\$ 14.750,00** (catorze mil, setecentos e cinquenta reais) foi Custo Realizado com deslocamento de FFAs, recém contratados, lotados em outros Serviços desta SFA, durante a paralisação dos FFAs. Considerando apenas as despesas efetivamente destinadas às ações do VIGIAGRO/DT-GO, a Variação Absoluta do Custo Realizado de 2006 para 2007 seria **Negativa** e o Custo Unitário Realizado em 2007 seria de apenas **R\$ 3,19** (três reais e dezenove centavos).

Ação: 2181 – Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Animais e seus Produtos-FISCANIMAL

Produto: partidas inspecionadas

Atributo	Indicador			
	Economicidade	Eficiência	Eficácia	Efetividade
Descrição:	Custo de inspeção de partidas de produtos alimentícios, insumos pecuários e de animais em relação ao ano anterior	Custo de uma inspeção de partida em relação à estimativa inicial	Nº de partidas inspecionadas em relação a meta física programada	Percentual de partida inspecionada
Unidade de medida:	R\$	R\$/partida	Percentagem	Percentagem
Índice de referência:	R\$ - 9.090,04 e - 100%	R\$ 0,00; 38,55 e - 100%	68,22%	100%
Fonte:	SFA/MAPA-GO	SFA/MAPA-GO	SFA/MAPA-GO	SFA/MAPA-GO
Fórmula de cálculo:	Variação absoluta do custo realizado de 2006 para 2007: (CR2007 - CR2006) (0,00 - 9.090,04) = - 9.090,04 Variação % do custo realizado de 2006 para 2007: [(CR2007 : CR2006) -1] .100 [(0,00 : 9.090,04)-1] . 100= - 100%	Custo unitário realizado (CUR) e programado (CUP) em 2007: CUR = (CR2007 : PI2007) (0,00 : 161) = R\$ 0,00 CUP = (CP2007 : IP2007) (9.098,48 : 236) = R\$ 38,55 Variação % entre custo unitário realizado e programado em 2007: [(CUR2007 : CUP2007) -1] .100 [(0,00 : 38,55)-1].100 = - 100%	Relação percentual entre o nº de partidas inspecionadas e o nº de partidas programadas em 2007: (PI2007 : IP2007)) .100 (161 : 236).100 = 68,22%	Relação percentual entre partidas inspecionadas e o total da demanda em 2005: (PI2006 : PT2006) .100 (161: 161)x100= 100 %
CR=custo realizado; CP=custo programado; PI=partida inspecionada; IP=inspeções programadas; PT=partida total				

Obs.: No ano de 2007 não houve recursos financeiros descentralizados para o PI – FISCANIMAL. Contudo, as atividades não deixaram de serem executadas. s físicas serão melhores dimensionadas.

*Atividades
de Apoio*

Divisão
Administrativa

DIVISÃO DE APOIO ADMINISTRATIVO – DAD/SFA-GO

DIFICULDADES:

- ◇ Carência de pessoal Administrativo para o atendimento nas áreas meio e fim (Administrativa e Técnica);
- ◇ O fato de não ser Unidade Orçamentária, faz com que encontremos dificuldades em executar as ações programadas, por não ter orçamento disponível;
- ◇ A obrigatoriedade de seção de pessoas ao Tribunal Regional Eleitoral.

ASPECTOS POSITIVOS:

- ◇ Na administração desta Superintendência, toda a Equipe tem trabalhado e produzido de modo satisfatório para atender as necessidades inerentes ao serviço.
- ◇ A contratação de estagiários do acordo SFA/GO, IEL – Instituto Euvaldo Lodi – e/ou CIEE – Centro de Integração Empresa Escola, têm contribuído para o desempenho dos trabalhos relativos a área de digitação, programação e recepção.
- ◇ Disponibilização de Servidores da CONAB-Companhia Nacional de Abastecimento.

MELHORIAS:

- ◇ Reforma geral do Prédio Sede da SFA/GO;
- ◇ Adequação das esquadrias;
- ◇ Construção das coberturas do estacionamento para os veículos da SFA/GO;
- ◇ Readequação dos jardins internos;
- ◇ Aquisição de novos aparelhos de Ar Refrigerado para o Auditório, Térreo e outros andares;
- ◇ Readequações das divisórias internas, melhorando o espaço físico próprio;
- ◇ Adequação de banheiros, rampas de acesso a portadores de necessidades especiais;
- ◇ Substituição das pastilhas externas do Prédio;
- ◇ Implantação do Sistema de Segurança, incluindo a Vigilância Armada 24 horas, Vigilância Eletrônica e CFTV;

2.1 - SEÇÃO DE ATIVIDADES GERAIS - SAG/DAD/SFA-GO

2.1.1 – Setor de Material e Patrimônio - SMP/SAG/DAD/SFA-GO

2.1.1.1 – Área de Patrimônio/SMP/SAG/DAD/SFA-GO

Promove conferência dos bens móveis e imóveis; institui processo de baixa, doação e cessão de bens, elabora notas de transferência interna entre os diversos grupos de bens móveis; inventários anuais por unidade e termos de responsabilidade; relatórios de movimentação de bens móveis RMB e mensalmente encaminha à SECON via mensagem; afixa plaquetas de registro patrimonial em equipamentos existentes, possui atualmente um patrimônio composto por 3.751 itens em bens móveis, que somam o valor total de R\$ 3.880.005,74 (Três milhões, oitocentos e oitenta mil, cinco reais e setenta e quatro centavos).

Os bens imóveis gerenciados pela Secretaria de Patrimônio da União - SPU são: RIP utilização nº 9373 00023.500-1, referente ao imóvel situado à Praça Dr. Pedro Ludovico Teixeira (Praça Cívica) nº 100, no valor de 2.772.061,27 (dois milhões, setecentos e setenta e dois mil, sessenta e um reais e vinte e sete centavos); e o RIP utilização nº 9373 00400.500-0, no valor de R\$ 190.387,47 (cento e noventa mil, trezentos e oitenta e sete reais e quarenta e sete centavos), referente ao imóvel situado à Rua 69-A, s/n, Quadra 140-A, Setor Norte Ferroviário, Goiânia/GO.

2.1.1.2 – Área de Compras/SMP/SAG/DAD/SFA-GO

Apresentamos a seguir, o movimento concernente às Licitações, Dispensas e Inexigibilidades de Licitações, relativas ao ano de 2007, na área do SMP/SAG/DAD/SFA-GO: 66 Dispensas de Licitações; 05 Inexigibilidade; 11 Pregões Eletrônicos e 13 Registros de Preços

2.1.1.3 – Área de Almoxarifado/SMP/SAG/DAD/SFA-GO

Ao Almoxarifado compete o recebimento, conferência e guarda os materiais adquiridos pela SFA/GO; distribuição dos materiais aos grupos desta Superintendência, eliminação e promoção de baixa no estoque existente através do Programa Link-data; procede o lançamento contábil e fechamento no Sistema SIAFI; elabora relatório do movimento de material de consumo mensalmente - RMA e encaminha à SECON. O Almoxarifado possui atualmente no estoque um total de R\$ 18.353,68 (dezoito mil trezentos e cinquenta e três mil e sessenta e oito centavos).

2.1.1.4. – Área de SICAF/SMP/SAG/DAD/SFA-GO

A área de SICAF é responsável pelo cadastramento e atualizações de **778 (setecentos e setenta e oito)** fornecedores no SIASG/MOG, através do UASG 130080, localizada nesta Superintendência. Fornece subsídio para que a Comissão Permanente de Licitação, Pregão Eletrônico e Presencial, Convites e Dispensas, tenham embasamentos para julgar as documentações nos processos licitatórios.

2.1.1.5 – Área de Arquivo/SAG/DAD/SFA-GO

O arquivo geral da SFA/GO tem como objetivo receber, selecionar, processar tecnicamente e manter organizada a documentação produzida, a mais atualizada e completa possível, estabelecendo metas para o desenvolvimento e englobando procedimentos que possibilitem a recuperação das informações contidas neste tipo de material. O arquivo não conta atualmente com nenhum servidor para a execução de suas atividades.

2.1.1.6 – Área de Vigilância/SAG/DAD/SFA-GO

A área de vigilância tem como responsabilidade a triagem, durante o período diurno e noturno, das pessoas que se dirigem aos diversos setores desta Superintendência, bem como prestar informações e zelar pela segurança humana e patrimonial dos mesmos. A área de vigilância conta atualmente, além dos serviços de CFTV e monitoramento eletrônico, com um posto de vigilância armada 24 horas e um posto de vigilância armada diurno, no horário comercial.

2.1.1.7 – Administração de Edifícios/SAG/DAD/SFA-GO

A área de administração de edifícios tem por objeto a supervisão dos trabalhos executados pelas empresas contratadas: CORAL SERVIÇOS E LIMPEZA, ELEVADORES SCHINDLER e NEC (Sistemas de PABX), FEDERAL SEGURANÇA (CFTV, Monitoramento Eletrônico e Vigilância armada), para a prestação de serviços, através de verificação constante em todas as salas da SFA/GO; organiza e controla a Portaria, PABX e Vigilância da Sede, pátio de estacionamento, Garagem (Rua 69-A); realiza revisões periódicas nas instalações elétricas e hidráulicas, esgoto, reservatório de água, bombas, acumuladores de energia, cobertura do Edifício e outros serviços indispensáveis ao bom funcionamento dos grupos desta Superintendência.

2.1.2 – Setor de Transporte – STR/SAG/DAD/SFA-GO

A frota de veículos desta SFA conta atualmente com 62 (sessenta e dois) veículos, sendo 02 (dois) da SEAP-PR. Foram adquiridos 08 (oito) novos veículos. Não houve nenhum acidente de trânsito, foi doado 01 (um) veículo para a Prefeitura Municipal de Matrinchã/GO.

Existem 19 (dezenove) veículos ociosos, com desgaste natural do tempo, considerados anti-econômicos.

Foram realizadas as seguintes movimentações no ano de 2007: 1.484 viagens; consumidos 14.021 litros de óleo diesel; 7.252 litros de gasolina comum; 2.638 litros de álcool; 215 litros de óleo lubrificantes; 48 filtros de óleos; 40 filtros de ar e 264 veículos foram lavados e encerados.

2.1.3 – Setor de Protocolo – SPR/SAG/DAD/SFA-GO

O Setor de protocolo é responsável pelas atividades que envolvem serviços de recebimento e expedição de correspondências, tais como: AR, Registros, Sedex e correspondências simples. Trabalhando, também em sintonia com a empresa de Correios e Telégrafos, nos recebimentos e envios de malotes desta SFA/GO, todas as Segundas, Quartas e Sextas-feiras. O Setor conta com duas servidoras para a execução das tarefas, no atendimento ao público, e atualização dos dados no Sistema de Gerenciamento de Informações e Documentos – SIGID. Foram tramitados 4.515 processos; 2.286 processos foram formalizados; emitidas 2.225 correspondências simples e 2.283 com AR, Registradas e Sedex; 122 malotes expedidos e 125 recebidos.

2.2.1 – SEÇÃO DE RECURSOS HUMANOS – SRH/DAD/SFA-GO.

A Seção de Recursos Humanos está subdividida nas seguintes áreas: **Setor de Administração de Pessoal – SAP/DAD** e **Setor de Desenvolvimento de Pessoas – SDP/DAD**. O SAP/DAD desenvolve as atividades de Cadastro, Pagamento, Benefícios, entre outras, mantendo todas as informações necessárias a essa área devidamente registradas no sistema SIAPE. Para o cumprimento dessas atividades, o Setor conta com 04 servidores que exercem cargos de Agente Administrativo. O SDP/DAD, gerencia todas as atividades de capacitação, auxiliando a alta direção nas atividades que visam o desenvolvimento dos servidores na carreira. Vinculado ao SDP/DAD e responsável pelo planejamento, elaboração e execução dessas atividades, está o *Grupo de Valorização e Desenvolvimento de Pessoas – GVDP*, formado por servidores representantes tanto da área administrativa quanto da área técnica da Superintendência.

Para uma melhor visualização das atividades desenvolvidas pela Seção de Recursos Humanos, segue, a força de trabalho da Superintendência: São 145 servidores nos cargos de Nível Superior, sendo: 137 Fiscais federais agropecuários; 01 Servidor nos cargos de: Economista, Administrador, Técnico de Nível Superior, Técnico em Comunicação, Requisitado; 02 Servidores nomeados para Cargo em Comissão; 01 Servidor cujo cargo é Excedente à Lotação. Para os Cargos de Nível Intermediários totalizam 118 servidores, sendo 15 Agentes Administrativos; 01 Datilógrafo; 02 Motoristas Oficiais; 46 Agentes de Inspeção Sanitária Indústria de Produtos de Origem Animal; 04 Agentes de Atividades Agropecuárias; 07 Técnicos de Laboratórios; 03 Técnicos de Contabilidade; 09 Agentes de Vigilância; 08 Agentes de Portaria; 01 Perfurador Digitador; 02 Especialista de Nível Médio; 19 Contratos Temporários; 01 Excedente à Lotação; e para os Cargos de Nível Auxiliar, são 03 Auxiliares Operacional de Agropecuária. Totalizando a força de na SFA/GO em 266 servidores.

Dos servidores relacionados, 03 encontram-se cedidos para o Tribunal Regional Eleitoral, sendo: 01 agente administrativo e 02 agentes de Portaria.

2.2.1.1 – Ações Desenvolvidas

2.2.1.1.1 – Setor de Administração de Pessoal

No exercício de 2007, além das atividades de rotina, definidas no Regimento, destacam-se as seguintes ações desenvolvidas pelo SAP/DAD: admissão de servidores; realização do SENSO MAPA; recadastramento dos aposentados e pensionistas.

Por meio da Portaria nº 92, de 22 de maio de 2007, considerando o concurso público realizado pelo Ministério, foram nomeados vários servidores para ocuparem o cargo de Fiscal Federal Agropecuário, dos quais treze tomaram posse e entraram em exercício nesta Superintendência. Além dos procedimentos técnicos necessários à posse e exercício desses servidores, foi realizado, durante uma semana, um encontro, no qual foram repassadas a estes, várias informações referentes às atividades da Superintendência.

Com relação ao SENSO MAPA, no mês de novembro/07, foi realizado, via Internet, o recadastramento de todos os servidores ativos do MAPA, com o objetivo de se conhecer e direcionar a sua força de trabalho. Na SFA/GO, o processo foi amplamente divulgado e todos os servidores foram recadastrados.

Nos meses de outubro a dezembro/07, foi realizado o recadastramento dos aposentados e pensionistas da SFA/GO.

2.2.1.1.2 – Setor de Desenvolvimento de Pessoas

Por intermédio do Grupo de Valorização e Desenvolvimento de Pessoas o SDP/SRH auxiliou a Coordenação Geral de Desenvolvimento de Pessoas – CGDP/SE, de Brasília, no levantamento de necessidades de capacitação para a elaboração do Plano de Capacitação para o exercício de 2007.

Após a elaboração do Plano, as principais ações de capacitação, de início, se concentraram em Brasília. No entanto, por iniciativa da SFA/GO, em Dezembro de 2007, uma equipe de servidores, representantes das várias áreas da Superintendência, designados pelo Superintendente, elaborou um Termo de Referência para contratação de uma empresa de consultoria, no sentido de ministrar um curso de Desenvolvimento Gerencial e Liderança – Auditoria Interna como Instrumento de Controle e Gestão Organizacional. Após o procedimento licitatório foi contratada a empresa Adm10 – Consultoria em Planejamento e Organização de Eventos Ltda., que ministrará o curso durante os meses de fevereiro a abril de 2008.

2.2.1.2 – Outras Ações Relevantes

Importante ressaltar, como ações relevantes, a renovação, por mais um ano, da assinatura do sistema DATALEGIS, que tem contribuído para auxiliar na pesquisa de toda a legislação necessária às atividades desenvolvidas tanto pela SRH quanto pelas demais áreas da Superintendência, bem como a celebração de um novo Convênio para concessão de estágio supervisionado, assinado em 18 de julho de 2007, com o Centro de Integração Empresa-Escola - CIEE. Por meio desse Convênio, a Superintendência, sob a supervisão da Seção de Recursos Humanos, tem disponibilizado estágio para vários alunos de nível superior e intermediário nas áreas de informática, administração, medicina veterinária, agronomia, zootecnia, química e engenharia de alimentos.

2.3 - Seção de Execução Orçamentária e Financeira - SEOF/DAD/SFA-GO

A Seção de Execução Orçamentária e Financeira – SEOF tem por atividade a execução orçamentária e financeira da Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Goiás, conforme normas do sistema de administração do Governo Federal, no que se refere à finanças, contabilidade, auditorias, análises e outros.

Em 2006 executou os programas estabelecidos pelo Órgão Central de acompanhamento e análise da programação orçamentária e financeira, da Gestão 0001 (TESOURO). Gerou várias notas de empenho (NE), ordens bancárias (OB), documentos de arrecadação financeira, guias da

previdência social (GPS), guias de retenção de ISS (DAR), guias de depósitos bancários (GRU), e muitos documentos no subsistema de Contas a Pagar e a Receber (CPR), entre outros documentos de responsabilidade da Seção.

Fez análises e pagamentos de: diárias, suprimento de fundos, dos documentos de fornecedores de materiais e serviços, auxílio funeral, convênio, indenizações, etc.

Os pagamentos de diárias aos fiscais agropecuários e demais servidores atingiram o valor de R\$ 403.748,16 (quatrocentos e três mil, setecentos e quarenta e oito reais e dezesseis centavos), e os gastos com suprimento de fundos alcançaram o valor de R\$ 75.015,72 (setenta e cinco mil, quinze reais e setenta e dois centavos).

As concessões de diárias e suprimentos de fundos, para viagens de fiscalização e para eventuais despesas miúdas, assim como todos os pagamentos foram também analisados e aprovados pelos Ordenadores de Despesas E Suporte Documental. Nos pagamentos foram utilizadas uma das seguintes fontes: 0100, 0150, 0156, 0175 e 0176, com seus respectivos elementos de despesas, sub-itens e vinculações.

Finalizando informamos que também dentro da complexidade que envolve uma Gestão Financeira, foram realizados serviços não enumerados neste relatório, e que foram emitidos durante o ano, os documentos: 2.660 Ordens Bancárias (OB); 1.553 Notas de Empenhos (NE) – SIAFI: 322 e SIASG: 1211; 1.684 Autorizações de Viagens (AV) – Diárias; 25 Notas de Lançamentos (NL); 297 Suprimento de Fundos (SF); 234 Documentos de Arrecadação Financeira (DARF); 116 Documentos de Arrecadação Financeira (DAR) – ISSQN; 31 Guias Previdência Social (GPS); 242 Relação de Ordens Bancárias Externas (RE); 173 Relações de Ordens Bancárias Intra-Siafi (RT); 224 Programações Financeiras – (PF); 198 Notas Fiscais de Pagamento/ Fatura (NP); 304 Notas Fiscais de Pagamento/Fatura – C/ Contrato (NO); 08 Reembolso de Despesas (RB); 11 Folha de Pagamento (FP), auxílio funeral; 17 Termos de Convênio (TC) e (TT); 28 Recibo de Pagamento (RP) – Colaborador Eventual; 293 Classificações de Despesas (CD); 57 Devoluções de Suprimentos de Fundos p/Valores a Debitar (GD); 1.602 Lista de Itens de Dotação (Li); 804 Nota de Dotação; 287 Lista de Fatura e 25 Guia de Recolhimento da União (GRU) – Imprensa Nacional.

2.4. SEÇÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – STI/DAD/SFA-GO

À Seção de Tecnologia de Informação, para o exercício de 2007, além das atividades inerentes à área, já definidas, teve por tarefas desenvolvidas e executadas:

- I. Informar aos administradores dos sistemas remotos aspectos que podem afetar os sistemas sob suas responsabilidades.
- II. Definir as especificações técnicas dos equipamentos de informática e de novas tecnologias adquiridas pela SFA-GO em 2007. Bem como acompanhar processos licitatórios de compra de equipamentos de informática, respondendo as consultas e avaliando propostas.

A Seção conta com um servidor e três estagiários para a execução das atividades inerentes a STI.

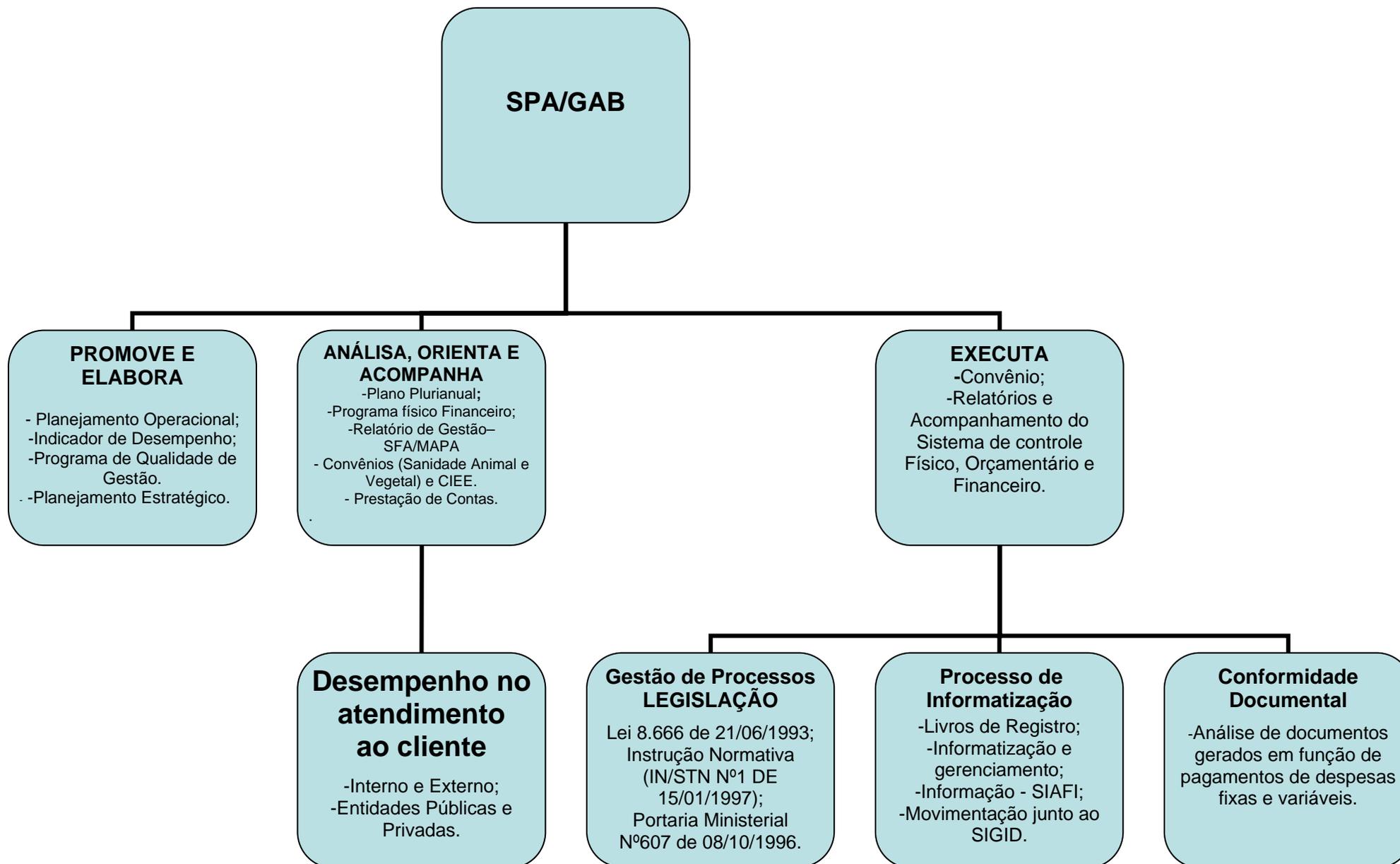
A STI acompanhou os processos licitatórios de aquisição, em suas especificações técnicas, dos seguintes equipamentos: 12 Desktops; 16 Notebook e 04 Impressoras.

2.5. CÁLCULO DO INDICADOR DE DESEMPENHO

INDICADOR DE DESEMPENHO – PI: MANUTGO	
ATRIBUTO	INDICADOR – ECONOMICIDADE
Descrição	MANUTGO
Unidade de Medida	R\$
Índice de Referência	R\$ 18,10%
Fonte	SFA-GO
Fórmula de Cálculo	<p>Varição absoluto do custo realizado de 2006 para 2007 $CR\ 2007 - CR\ 2006 = X$ $(1.111.328,25 - 940.969,98) = 170.358,27$</p> <p>Varição % do custo realizado de 2006 p/2007 $[(CR\ 2007 : CR\ 2006) - 1] \cdot 100 = Y\%$ $[(1.111.328,25 : 940.969,98) - 1] \cdot 100 = 18,10\%$ $Y = 18,10\%$</p>
OBS.: 1. Não foram calculados os demais indicadores em virtude do programado ser igual ao executado, gerando assim um índice de 100%.	

*Seção de
Planejamento e
Acompanhamento*

ORGONOGRAMA FUNCIONAL DO SPA



Quadro 46 - Convênios

DEMONSTRATIVO DE CONVÊNIOS FORMALIZADOS ATRAVÉS DA SFA/GO – EM EXECUÇÃO - 2007				
SIAFI	CONVENENTE	OBJETO	DATA	VALOR – R\$
544641	Agrodefesa	<p>Objetivando dar continuidade ao Controle de Sanidade Animal</p> <p>*Prestação de Contas Parcial</p>	<p>Assinado: 30.12.05 Publicado: 09.01.06 Vigência: 30.09.06</p> <p>1º Termo Aditivo Assinado: 30.06.06 Publicado: 06.07.06 Vigência: 30.12.06 Prorrogado de ofício até 27.05.2007 Publicado: 22.12.06</p> <p>2º Termo Aditivo Assinado: 27.12.06 Publicado: 28.12.06 Vigência: 27.05.07</p> <p>3º Termo Aditivo Assinado:25.05.07 Publicado:29.05.07 Vigência:31.12.07</p> <p>4º Termo Aditivo Assinado: 26.12.07 Publicado:31.12.07 Vigência: 31.12.08</p>	<p>MAPA: 2.000.000,00 Contrapartida: 278.240,00 Liberado: 2.278.240,00 Em Execução</p> <p>MAPA: 1.000.000,00 Contrapartida : 120.000,00 Liberado : 1.120.000,00 Em Execução</p> <p>MAPA: 247.968,00 Contrapartida: 24.796,80 Em Execução</p> <p>Prorrogação do Prazo de Vigência e Adequação do Plano de Trabalho Em Execução</p> <p>Prorrogação do Prazo de Vigência e Adequação do Plano de Trabalho Em Execução</p> <p>MAPA= R\$ 1.854.857,64 Contrapartida: R\$ 284.652,78</p>
DEMONSTRATIVO DOS CONVÊNIOS FIRMADOS PELA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO E COOPERATIVISMO - SDC/MAPA E ACOMPANHADOS PELA SFA/GO – 2007				
CONVENENTE	OBJETO	DATA	VALOR - R\$	
Associação Sergipana dos Criadores de Caprinos e Ovinos - ASCCO	Apoio a Realização do Programa em Melhoramento Genético de Ovinos da Raça Santa Inês	Assinatura:31/12/2007 Publicado: 09/01/2008 Vigência: 01/01/2009	MAPA: 70.000,00 Contrapartida:7.800,00 Prorrogação de Ofício	
Associação Brasileira de Criadores de Suínos - ABCS	Apoio a Implantação do Projeto de Modernização da Estrutura de Comercialização, Distribuição e Marketing da Carne Suína, Através da Elaboração de Material Técnico, Treinamento de Pessoal e Campanhas de Divulgação.	Assinatura:18/12/2007 Publicado: 08/01/2008 Vigência: 01/02/2009	MAPA:60.000,00 Contrapartida:6.000,00 Prorrogação de Ofício	

Associação Brasileira de Criadores de Gir Leiteiro	Apoiar a realização do Programa Nacional de Melhoramento do Gir Leiteiro	Assinatura: 31.12.2007 Publicado 10.01.2008 Vigência : 31.12.2007 Prorrogado de ofício 10/01/2008	Contrapartida: 11.700,00 MAPA : 128.700,00
Cooperativa dos Produtores de Açafração de Mara Rosa-COOPERAÇAFRÃO	aApoiar a Implantação da Indicação Geográfica para o Açafração produzido em Mara Rosa e Região	Assinatura: 28 .12.2007 Publicado: Vigência: 28.10.2008	MAPA: 34.865,00 Contrapartida: 1.750,00

DEMONSTRATIVO DE CONVENIOS EM TOMADA DE CONTAS ESPECIAL EM 2007

SIAFI	CONVENENTE	OBJETO
327404	IGAP- Instituto Goiano de Defesa Agropecuária CONVÊNIO N° 008 / 1997 E seus 04 Aditivos	Objetivando a Implantação de Sistema Unificado de Atenção à Saúde Animal e Vegetal
	TC – 009.652/2003-5 PROCESSO N° 21020.001958/2006-53	DE ACORDO COM A SOLICITAÇÃO DO ACORDÃO 367/2007 TCU DE 19/03/2007 E DPTCE/DP/SFC/CGU/PR N° 124/2007 DE 29.03.2007, FORAM TOMADAS AS PROVIDÊNCIAS NECESSÁRIAS E ESTE PROCESSO FORA NOVAMENTE ENCAMINHADO AO CCNT/SOPOA/SE/MAPA PARA O PROSSEGUIMENTO E PROVIDÊNCIAS CABIVEIS. ATRAVÉS DO DESPACHO GAB/SFA-GO EM 08/06/2007 PROCESSO CONCLUIDO

Demonstrativos

Contábeis

*Declaração de
Bens e Rendas por
Parte dos
Responsáveis*



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Superintendência Federal de Agricultura Pecuária e Abastecimento em Goiás
Seção de Planejamento e Acompanhamento - SPA



DECLARAÇÃO UNIDADE PESSOAL

I - PLENA

Declaramos que os componentes do ROL DE RESPONSÁVEIS DESTA Superintendência, entregaram as declarações de bens e rendimentos, de que se trata a Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1.993, referente ao ano base 2.006 do exercício de 2.007, visando atender o disposto no anexo IV, inciso III 5º da Decisão Normativa T.C.U. nº 71, de 07 de dezembro de 2.005, publicada no D.O.U. de 23.12.2.005.

Estou ciente das responsabilidades civis desta declaração

Goiânia, 28 de fevereiro de 2.008

**Gilson Nunes dos Santos
Chefe da SRH/DAD/SFA-GO**

Pronunciamento de
Contas

DEMONSTRATIVO SOBRE OS PROCESSOS DE TCE SIMPLIFICADOS

ÓRGÃO OU ENTIDADE: SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA EM GOIÁS
TOMADA DE CONTAS
EXERCÍCIO DE: 2007

NADA A DECLARAR

Goiânia, 29 de fevereiro de 2008.

**INFORMAÇÃO SOBRE A OCORRÊNCIA DE PERDAS, EXTRAVIOS
OU OUTRAS IRREGULARIDADES – SEM INSTAURAÇÃO DE TCE**

ÓRGÃO OU ENTIDADE: SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA EM GOIÁS
TOMADA DE CONTAS
EXERCÍCIO DE: 2007

NÃO HOUVE OCORRÊNCIA DE PERDAS, EXTRAVIOS OU
OUTRAS IRREGULARIDADES, EM QUE O DANO FOI IMEDIAMENTE
RESSARCIDO, SEM INSTAURAÇÃO DE TCE, NO EXERCÍCIO DE 2007.

Goiânia, 29 de fevereiro de 2008.

ROTEIRO DE VERIFICAÇÃO DE PEÇAS E CONTEÚDOS

ROTEIRO DE VERIFICAÇÃO DE PEÇAS E CONTEÚDOS – EXERCÍCIO 2007

Tomadas de Contas dos ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO PODER EXECUTIVO

ÓRGÃO/ENTIDADE

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA EM GOIÁS

VALOR DOS RECURSOS GERIDOS

R\$ 2.431.841,61

PEÇAS EXIGIDAS (art. 14, IN/TCU 47/2004)	Responsável pela juntada dos documentos	LOCALIZAÇÃO (fls.)
	UNIDADE	
II. Relatório de Gestão		
III. Demonstrativos contábeis		
• Balanço Financeiro previsto na Lei nº 4.320, de 1964		
• Balanço Patrimonial previsto na Lei nº 4.320, de 1964		
• Demonstração das Variações Patrimoniais previsto na Lei nº 4.320, de 1964		
• Balanço Orçamentário previsto na Lei nº 4.320, de 1964		
• Demonstrativo dos pagamentos de despesas de natureza sigilosa, incluindo aqueles efetuados mediante suprimento de fundos		
IV. Declaração da Unidade de Pessoal quanto ao atendimento por parte dos responsáveis da obrigação de apresentação da declaração de bens e rendas		
V. Relatórios e pareceres de órgãos e entidades que devam se pronunciar sobre as contas ou sobre a gestão		
• Relatório emitido pelo órgão de correição com a descrição sucinta das Comissões de Inquérito e Processos Administrativos Disciplinares instaurados na unidade jurisdicionada no período com o intuito de apurar dano ao Erário, fraudes ou corrupção, na forma do Anexo IV desta Portaria.		
• Demonstrativo sintético de TCE, na forma do Anexo V desta Portaria		
• Demonstrativo contendo informações de danos ressarcidos, na forma do Anexo VI desta Portaria		
VI. Relatório de auditoria de gestão, emitido pelo órgão de controle interno competente	ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO	
VII. Certificado de auditoria emitido pelo órgão de controle interno competente		
VIII. Parecer conclusivo do dirigente do órgão de controle interno competente		
IX. Pronunciamento ministerial ou da autoridade equivalente	ASSESSOR ESPECIAL DE CONTROLE INTERNO	

SITUAÇÃO

1 () A Tomada de Contas está constituída de todas as peças relacionadas no art. 14 da IN/TCU 47/2004 e conteúdos constantes dos Anexos II a VIII da DN/TCU 81/2006, estando em condição de ser encaminhada ao TCU.

2 () Ausente(s) na Tomada de Contas a(s) peça(s)/conteúdo(s) exigido(s) pela IN/TCU 47/2004 e pela DN/TCU 81/2006, enumerado(s) abaixo:

LOCAL/DATA	ASSINATURA/CARIMBO DO RESPONSÁVEL PELO EXAME
GOIÂNIA, 29/02/2008	Pela Unidade
	Pelo Órgão de Controle Interno
	Pelo Assessor Especial de Controle Interno

RELATÓRIO DE CORREIÇÃO

1. NÃO HOUVE

Número do processo:								
Tipo de processo:	<input type="checkbox"/>	Sindicância		<input type="checkbox"/>	Processo Administrativo Disciplinar			
Ato instaurador:	<input type="checkbox"/>	Portaria	<input type="checkbox"/>	Ordem de Serviço	<input type="checkbox"/>	Outros (especificar)		
Numero e data do Ato:	Nº:			Data:				
Irregularidade/ilegalidade:	<input type="checkbox"/>	Fraude	<input type="checkbox"/>	Ato de Corrupção	<input type="checkbox"/>	Dano ao erário	<input type="checkbox"/>	Outros
Fato sob apuração (descrição sucinta):	IMPRUDÊNCIA DE MOTORISTA OFICIAL							
Situação do processo:	<input type="checkbox"/>	Em andamento - fase:				<input type="checkbox"/>	Concluído	
Julgamento:	<input type="checkbox"/>	Absolução	<input type="checkbox"/>	Apenação	<input type="checkbox"/>	Instauração de PAD (na hipótese de sindicância)		
Pena aplicada:								
Remessa dos autos	<input type="checkbox"/>	MPF			<input type="checkbox"/>	AGU		
Recomendação de Instauração de TCE	<input type="checkbox"/>	Valor do dano causado ou estimado (R\$):						

Local e Data: Goiânia 29/02/2008

Assinatura

***DEMONSTRATIVOS DE
CARTÕES CORPORATIVOS
SAQUES E FATURAS
DOS ANOS 2.006 E 2.007***

**Concessão de Suprimento de Fundo (VIAGENS)
(CONFORME ITEM I 1.8 DO ANEXO X DA DN-TCU-85/2007)**

ANO 2006

**TABELA 16 CARTÃO DE CRÉDITO COOPERATIVO : DETALHAMENTO DE
SAQUES EFETUADOS**

Descrição da ocorrência	Justificativa	Responsável	Valor R\$
Conc. Sup. De Fundos (VIAGENS)	Cobertura de viagens de servidores em fiscalização	Gil C de Mdeiros CPF 002.633.971-49	150,00
Conc. Sup. De Fundos (VIAGENS)	Cobertura de viagens de servidores em fiscalização	José B Neto CPF 092.407.131-15	550,00
Conc. Sup. De Fundos (SERVICOS GERAIS)	Despesas de serviços gerais dentro da administração	Wagner P. Vasconcelos CPF 014.520.291-72	7.500,00
Conc. Sup. De Fundos (VIAGENS)	Cobertura de viagens de servidores em fiscalização	Valdevino B de Melo CPF 125.130.671-34	250,00
Conc. Sup. De Fundos (VIAGENS)	Cobertura de viagens de servidores em fiscalização	Sergio A N Neto CPF 126.011.871-15	4.030,00
Conc. Sup. De Fundos (VIAGENS)	Cobertura de viagens de servidores em fiscalização	José Dourado Júnior CPF 193.040.561-87	3.330,00
Conc. Sup. De Fundos (VIAGENS)	Cobertura de viagens de servidores em fiscalização	Nilson M. de Menezes CPF 041.436.631-04	1.050,00
Conc. Sup. De Fundos (VIAGENS)	Cobertura de viagens de servidores em fiscalização	Evandro J.de Paula CPF 041.437.011-20	960,00
Conc. Sup. De Fundos (VIAGENS)	Cobertura de viagens de servidores em fiscalização	Adauto de S Almeida CPF 226.5505.981-15	3.300,00
Conc. Sup. De Fundos (VIAGENS)	Cobertura de viagens de servidores em fiscalização	Jose A .da Silva CPF 058.329.181-34	1.130,00
Conc. Sup. De Fundos (VIAGENS)	Cobertura de viagens de servidores em fiscalização	José D. Vieira CPF 066.980.501-72	3.356,00
Conc. Sup. De Fundos (VIAGENS)	Cobertura de viagens de servidores em fiscalização	Cléria F Duarte CPF 232.456.031-34	1.000,00
Conc. Sup. De Fundos (VIAGENS)	Cobertura de viagens de servidores em fiscalização	Paulo de A Pinto CPF 073.206.203.91	1.223,00
Conc. Sup. De Fundos (VIAGENS)	Cobertura de viagens de servidores em fiscalização	Aderivaldo A Vilela CPF 341.364.361-49	100,00
Conc. Sup. De Fundos (VIAGENS)	Cobertura de viagens de servidores em fiscalização	Ivan de c. Costa CPF 088.399.641-34	1.200,00
Conc. Sup. De Fundos (VIAGENS)	Cobertura de viagens de servidores em fiscalização	Volney. J. L.Pinheiro CPF 118.271.491-91	2.335,00
Conc. Sup. De Fundos (VIAGENS)	Cobertura de viagens de servidores em fiscalização	Vicente A dos Passos CPF 130.304.261-49	1.270,00
Conc. Sup. De Fundos (VIAGENS)	Cobertura de viagens de servidores em fiscalização	Jackson L Neiva CPF 133.931.201-82	1.100,00
Conc. Sup. De Fundos (VIAGENS)	Cobertura de viagens de servidores em fiscalização	Iones J. Marques CPF 134.590.401-06	2.810,00
Conc. Sup. De Fundos (VIAGENS)	Cobertura de viagens de servidores em fiscalização	Álvaro H. dos Santos CPF 138.561.036-00	2.135,00
Conc. Sup. De Fundos (VIAGENS)	Cobertura de viagens de servidores em fiscalização	Valdir T. do Couto CPF 149.164.281-53	2.465,00
Conc. Sup. De Fundos (VIAGENS)	Cobertura de viagens de servidores em fiscalização	Regina M S Coelho CPF 694.262.874-34	1.971,00
Conc. Sup. De Fundos (VIAGENS)	Cobertura de viagens de servidores em fiscalização	Marcos A C Natal CPF 212.353.761-68	3.990,00
Conc. Sup. De Fundos (VIAGENS)	Cobertura de viagens de servidores em fiscalização	Ricardo A de F Silva CPF 883.480.751-00	1.950,00

Conc. Sup. De Fundos (VIAGENS)	Cobertura de viagens de servidores em fiscalização	João Roberto de Oliveira CPF 233.794.481-68	1.400,00
Conc. Sup. De Fundos (VIAGENS)	Cobertura de viagens de servidores em fiscalização	Cecília P Dezan CPF 246.547.908-37	120,00
Conc. Sup. De Fundos (VIAGENS)	Cobertura de viagens de servidores em fiscalização	Esdras de O Macedo CPF 342.179.241-00	1.400,00
Conc. Sup. De Fundos (VIAGENS)	Cobertura de viagens de servidores em fiscalização	Leocir Fontana CPF 343.396.040-20	910,00
Conc. Sup. De Fundos (VIAGENS)	Cobertura de viagens de servidores em fiscalização	Carlos W F dos Santos CPF 359.632.981-72	1.639,00
Conc. Sup. De Fundos (VIAGENS)	Cobertura de viagens de servidores em fiscalização	Domicio V S Bernardes CPF 383.345.931-04	4.900,00
Conc. Sup. De Fundos (VIAGENS)	Cobertura de viagens de servidores em fiscalização	Márcia V S Bernardes CPF 440.607.421-04	1.150,00
Conc. Sup. De Fundos (VIAGENS)	Cobertura de viagens de servidores em fiscalização	Kenya M B. da S Squilas CPF 479.348.751-34	350,00
Conc. Sup. De Fundos (VIAGENS)	Cobertura de viagens de servidores em fiscalização	Cleverson S Acypreste CPF 546.795.676-00	700,00
Conc. Sup. De Fundos (VIAGENS)	Cobertura de viagens de servidores em fiscalização	Claudini V Deboni 585.917.371-72	1795,00
Conc. Sup. De Fundos (VIAGENS)	Cobertura de viagens de servidores em fiscalização	Helvio Q dos Santos CPF 613.305.231-72	1652,00
Conc. Sup. De Fundos (VIAGENS)	Cobertura de viagens de servidores em fiscalização	Rosilene F souto CPF 687.502.186-20	535,00
Conc. Sup. De Fundos (VIAGENS)	Cobertura de viagens de servidores em fiscalização	Carlos Michel C Kluthcouski CPF 798.929.061-87	1.146,00
Conc. Sup. De Fundos (VIAGENS)	Cobertura de viagens de servidores em fiscalização	Fernando Eberhardt CPF 081.940.797-91	2.350,00
Conc. Sup. De Fundos (VIAGENS)	Cobertura de viagens de servidores em fiscalização	Gabriela T Borges CPF 833.779.051-20	1.200,00
Conc. Sup. De Fundos (VIAGENS)	Cobertura de viagens de servidores em fiscalização	Ropdrigo Di G Graziani CPF 834.411.901-49	600,00
Conc. Sup. De Fundos (VIAGENS)	Cobertura de viagens de servidores em fiscalização	Leonardo Andrade CPF 879.987.001-06	1.530,00

TOTAL

R\$ 72.422,00

**Concessão de Suprimento de Fundo (VIAGENS)
(CONFORME ITEM I 1.8 DO ANEXO X DA DN-TCU-85/2007)**

ANO 2006

**CARTÃO DE CRÉDITO COOPERATIVO : DETALHAMENTO DE
FATURAS**

**NADA A DECLARAR – NÃO HOUVE FATURAS DE
CARTÕES CORPORATIVOS**

**Concessão de Suprimento de Fundo (VIAGENS)
(CONFORME ITEM I 1.8 DO ANEXO X DA DN-TCU-85/2007)**

ANO 2007

**TABELA 17 CARTÃO DE CRÉDITO COOPERATIVO : DETALHAMENTO DE
SAQUES EFETUADOS**

Descrição da ocorrência	Justificativa	Responsável	Valor R\$
Conc. Sup. De Fundos (VIAGENS)	Cobertura de viagens de servidores em fiscalização	Gil C de Mdeiros CPF 002.633.971-49	1.485,00
Conc. Sup. De Fundos (VIAGENS)	Cobertura de viagens de servidores em fiscalização	Amito José Potrich CPF 004.498.731-53	450,00
Conc. Sup. De Fundos (SERVIÇOS GERAIS)	Despesas de serviços gerais dentro da administração	Wagner P. Vasconcelos CPF 014.520.291-72	1.370,00
Conc. Sup. De Fundos (VIAGENS)	Cobertura de viagens de servidores em fiscalização	Jesus Garcia Santos CPF 016.189.268-02	140,00
Conc. Sup. De Fundos (VIAGENS)	Cobertura de viagens de servidores em fiscalização	Ana Helena de Mnedonça CPF 038.643.096-97	100,00
Conc. Sup. De Fundos (VIAGENS)	Cobertura de viagens de servidores em fiscalização	Alcides B. B. Ahki CPF 038.843.841-04	475,00
Conc. Sup. De Fundos (VIAGENS)	Cobertura de viagens de servidores em fiscalização	Nilson M. de Menezes CPF 041.436.631-04	1.490,00
Conc. Sup. De Fundos (VIAGENS)	Cobertura de viagens de servidores em fiscalização	Evandro J.de Paula CPF 041.437.011-20	775,00
Conc. Sup. De Fundos (VIAGENS)	Cobertura de viagens de servidores em fiscalização	Salvador. De M. Macedo CPF 049.077.951-49	200,00
Conc. Sup. De Fundos (VIAGENS)	Cobertura de viagens de servidores em fiscalização	Jose A .da Silva CPF 058.329.181-34	100,00
Conc. Sup. De Fundos (VIAGENS)	Cobertura de viagens de servidores em fiscalização	José D. Vieira CPF 066.980.501-72	2.437,00
Conc. Sup. De Fundos (VIAGENS)	Cobertura de viagens de servidores em fiscalização	Gilson G. de Quiroz CPF 072.029.638-25	100,00
Conc. Sup. De Fundos (VIAGENS)	Cobertura de viagens de servidores em fiscalização	Paulo de A Pinto CPF 073.206.203.91	760,00
Conc. Sup. De Fundos (VIAGENS)	Cobertura de viagens de servidores em fiscalização	Rodrigo do E.S. Padovani CPF 086.759.487-00	155,00
Conc. Sup. De Fundos (VIAGENS)	Cobertura de viagens de servidores em fiscalização	Milton C. da Silva CPF 087.959.61-72	726,00
Conc. Sup. De Fundos (VIAGENS)	Cobertura de viagens de servidores em fiscalização	Ivan de c. Costa CPF 088.399.641-34	1.269,00
Conc. Sup. De Fundos (VIAGENS)	Cobertura de viagens de servidores em fiscalização	Volney. J. L.Pinheiro CPF 118.271.491-91	450,00
Conc. Sup. De Fundos (VIAGENS)	Cobertura de viagens de servidores em fiscalização	Ronaldo C. Lima CPF 124.564.621-49	1.095,00
Conc. Sup. De Fundos (VIAGENS)	Cobertura de viagens de servidores em fiscalização	Duperron de A Carvalho CPF 128.422.734-00	200,00
Conc. Sup. De Fundos (VIAGENS)	Cobertura de viagens de servidores em fiscalização	Vicente A dos Passos CPF 130.304.261-49	940,00
Conc. Sup. De Fundos (VIAGENS)	Cobertura de viagens de servidores em fiscalização	Jackson L Neiva CPF 133.931.201-82	555,00
Conc. Sup. De Fundos (VIAGENS)	Cobertura de viagens de servidores em fiscalização	Iones J. Marques CPF 134.590.401-06	595,00
Conc. Sup. De Fundos (VIAGENS)	Cobertura de viagens de servidores em fiscalização	Álvaro H. dos Santos CPF 138.561.036-00	1.552,00
Conc. Sup. De Fundos (VIAGENS)	Cobertura de viagens de servidores em fiscalização	Valdir T. do Couto CPF 149.164.281-53	660,00
Conc. Sup. De Fundos (VIAGENS)	Cobertura de viagens de servidores em fiscalização	Osmario Zan Matias CPF 166.502.121-72	80,00
Conc. Sup. De Fundos (VIAGENS)	Cobertura de viagens de servidores em fiscalização	Marcos A C Natal CPF 212.353.761-68	650,00

Conc. Sup. De Fundos (VIAGENS)	Cobertura de viagens de servidores em fiscalização	Luis A C Danin CPF 233.722.491-00	244,00
Conc. Sup. De Fundos (VIAGENS)	Cobertura de viagens de servidores em fiscalização	Divina Jose da C. Souza CPF 233.781.311-87	130,00
Conc. Sup. De Fundos (VIAGENS)	Cobertura de viagens de servidores em fiscalização	João Roberto de Oliveira CPF 233.794.481-68	400,00
Conc. Sup. De Fundos (VIAGENS)	Cobertura de viagens de servidores em fiscalização	Cecília P Dezan CPF 246.547.908-37	170,00
Conc. Sup. De Fundos (VIAGENS)	Cobertura de viagens de servidores em fiscalização	Solino C Filho CPF 269.343.371-15	410,00
Conc. Sup. De Fundos (VIAGENS)	Cobertura de viagens de servidores em fiscalização	Mariona Gonçalves CPF 295.001.388-08	147,00
Conc. Sup. De Fundos (VIAGENS)	Cobertura de viagens de servidores em fiscalização	Esdras de O Macedo CPF 342.179.241-00	50,00
Conc. Sup. De Fundos (VIAGENS)	Cobertura de viagens de servidores em fiscalização	Leocir Fontana CPF 343.396.040-20	85,00
Conc. Sup. De Fundos (VIAGENS)	Cobertura de viagens de servidores em fiscalização	Carlos W F dos Santos CPF 359.632.981-72	30,00
Conc. Sup. De Fundos (VIAGENS)	Cobertura de viagens de servidores em fiscalização	Domicio V S Bernardes CPF 383.345.931-04	550,00
Conc. Sup. De Fundos (VIAGENS)	Cobertura de viagens de servidores em fiscalização	Márcia V S Bernardes CPF 440.607.421-04	210,00
Conc. Sup. De Fundos (VIAGENS)	Cobertura de viagens de servidores em fiscalização	Carlito Francisco Lopes CPF 456.029.481-04	372,00
Conc. Sup. De Fundos (VIAGENS)	Cobertura de viagens de servidores em fiscalização	Kenya M B. da S Squilas CPF 479.348.751-34	274,00
Conc. Sup. De Fundos (VIAGENS)	Cobertura de viagens de servidores em fiscalização	Cleverson S Acypreste CPF 546.795.676-00	50,00
Conc. Sup. De Fundos (VIAGENS)	Cobertura de viagens de servidores em fiscalização	Claudini V Deboni 585.917.371-72	300,00
Conc. Sup. De Fundos (VIAGENS)	Cobertura de viagens de servidores em fiscalização	Helvio Q dos Santos CPF 613.305.231-72	630,00
Conc. Sup. De Fundos (VIAGENS)	Cobertura de viagens de servidores em fiscalização	Rosilene F souto CPF 687.502.186-20	100,00
Conc. Sup. De Fundos (VIAGENS)	Cobertura de viagens de servidores em fiscalização	Paulo A T Segura CPF 758.182.481.00	200,00
Conc. Sup. De Fundos (VIAGENS)	Cobertura de viagens de servidores em fiscalização	Wendel A de S. Bernardo CPF 767.626.881-87	230,00
Conc. Sup. De Fundos (VIAGENS)	Cobertura de viagens de servidores em fiscalização	Rosana R de Moraes CPF 773.927.521-20	50,00
Conc. Sup. De Fundos (VIAGENS)	Cobertura de viagens de servidores em fiscalização	Carlos Michel C Kluthcouski CPF 798.929.061-87	108,00
Conc. Sup. De Fundos (VIAGENS)	Cobertura de viagens de servidores em fiscalização	Fernando Eberhardt CPF 081.940.797-91	684,00
Conc. Sup. De Fundos (VIAGENS)	Cobertura de viagens de servidores em fiscalização	Gabriela T Borges CPF 833.779.051-20	785,00
Conc. Sup. De Fundos (VIAGENS)	Cobertura de viagens de servidores em fiscalização	Ropdrigo Di G Graziani CPF 834.411.901-49	376,00
Conc. Sup. De Fundos (VIAGENS)	Cobertura de viagens de servidores em fiscalização	Robério A Machado CPF 837.541.561-87	380,00
Conc. Sup. De Fundos (VIAGENS)	Cobertura de viagens de servidores em fiscalização	Leonardo Andrade CPF 879.987.001-06	759,00
Conc. Sup. De Fundos (VIAGENS)	Cobertura de viagens de servidores em fiscalização	Carlos A de F e Silva CPF 883.480.751-00	300,00

TOTAL

R\$ 26.833,00

**Concessão de Suprimentos de Fundo (VIAGENS)
(CONFORME ITEM I 1.8 DO ANEXO X DA DN-TCU-85/2007)**

ANO 2007

**TABELA 18 CARTÃO DE CRÉDITO COOPERATIVO : DETALHAMENTO DE
FATURAS EFETUADAS**

Descrição da ocorrência	Justificativa	Responsável	Valor R\$
Conc. Sup. De Fundos (VIAGENS)	Cobertura de viagens de servidores em fiscalização	Gil C de Mdeiros CPF 002.633.971-49	546,89
Conc. Sup. De Fundos (VIAGENS)	Cobertura de viagens de servidores em fiscalização	Amilto José Potrich CPF 004.498.731-53	674,09
Conc. Sup. De Fundos (SERVIÇOS GERAIS)	Despesas de serviços gerais dentro da administração	Wagner P. Vasconcelos CPF 014.520.291-72	3.639,47
Conc. Sup. De Fundos (VIAGENS)	Cobertura de viagens de servidores em fiscalização	Jesus Garcia Santos CPF 016.189.268-02	2.397,52
Conc. Sup. De Fundos (VIAGENS)	Cobertura de viagens de servidores em fiscalização	Ana Helena de Mnedonça CPF 038.643.096-97	172,59
Conc. Sup. De Fundos (VIAGENS)	Cobertura de viagens de servidores em fiscalização	Alcides B. B. Ahki CPF 038.843.841-04	24,00
Conc. Sup. De Fundos (VIAGENS)	Cobertura de viagens de servidores em fiscalização	Nilson M. de Menezes CPF 041.436.631-04	945,53
Conc. Sup. De Fundos (VIAGENS)	Cobertura de viagens de servidores em fiscalização	Evandro J.de Paula CPF 041.437.011-20	254,99
Conc. Sup. De Fundos (VIAGENS)	Cobertura de viagens de servidores em fiscalização	Salvador. De M. Macedo CPF 049.077.951-49	1.869,00
Conc. Sup. De Fundos (VIAGENS)	Cobertura de viagens de servidores em fiscalização	Jose A .da Silva CPF 058.329.181-34	52,02
Conc. Sup. De Fundos (VIAGENS)	Cobertura de viagens de servidores em fiscalização	José D. Vieira CPF 066.980.501-72	430,00
Conc. Sup. De Fundos (VIAGENS)	Cobertura de viagens de servidores em fiscalização	Oton L de Freitas CPF 077.449.941-91	309,01
Conc. Sup. De Fundos (VIAGENS)	Cobertura de viagens de servidores em fiscalização	Paulo de A Pinto CPF 073.206.203.91	1.908,27
Conc. Sup. De Fundos (VIAGENS)	Cobertura de viagens de servidores em fiscalização	Rodrigo do E.S. Padovani CPF 086.759.487-00	378,71
Conc. Sup. De Fundos (VIAGENS)	Cobertura de viagens de servidores em fiscalização	Milton C. da Silva CPF 087.959.61-72	2.494,66
Conc. Sup. De Fundos (VIAGENS)	Cobertura de viagens de servidores em fiscalização	Ivan de C. Costa CPF 088.399.641-34	440,02
Conc. Sup. De Fundos (VIAGENS)	Cobertura de viagens de servidores em fiscalização	Volney. J. L.Pinheiro CPF 118.271.491-91	1.239,61
Conc. Sup. De Fundos (VIAGENS)	Cobertura de viagens de servidores em fiscalização	Ronaldo C. Lima CPF 124.564.621-49	332,98
Conc. Sup. De Fundos (VIAGENS)	Cobertura de viagens de servidores em fiscalização	Duperron de A Carvalho CPF 128.422.734-00	100,00
Conc. Sup. De Fundos (VIAGENS)	Cobertura de viagens de servidores em fiscalização	Vicente A dos Passos CPF 130.304.261-49	420,02
Conc. Sup. De Fundos (VIAGENS)	Cobertura de viagens de servidores em fiscalização	Jackson L Neiva CPF 133.931.201-82	952,99
Conc. Sup. De Fundos (VIAGENS)	Cobertura de viagens de servidores em fiscalização	Iones J. Marques CPF 134.590.401-06	1.440,97
Conc. Sup. De Fundos (VIAGENS)	Cobertura de viagens de servidores em fiscalização	Álvaro H. dos Santos CPF 138.561.036-00	1.187,90
Conc. Sup. De Fundos (VIAGENS)	Cobertura de viagens de servidores em fiscalização	Valdir T. do Couto CPF 149.164.281-53	658,50
Conc. Sup. De Fundos (VIAGENS)	Cobertura de viagens de servidores em fiscalização	Osmario Zan Matias CPF 166.502.121-72	269,12
Conc. Sup. De Fundos (VIAGENS)	Cobertura de viagens de servidores em fiscalização	Marcos A C Natal CPF 212.353.761-68	1.349,57

Conc. Sup. De Fundos (VIAGENS)	Cobertura de viagens de servidores em fiscalização	Luis A C Danin CPF 233.722.491-00	149,13
Conc. Sup. De Fundos (VIAGENS)	Cobertura de viagens de servidores em fiscalização	Divina Jose da C. Souza CPF 233.781.311-87	168,00
Conc. Sup. De Fundos (VIAGENS)	Cobertura de viagens de servidores em fiscalização	João Roberto de Oliveira CPF 233.794.481-68	2.218,91
Conc. Sup. De Fundos (VIAGENS)	Cobertura de viagens de servidores em fiscalização	Cecília P Dezan CPF 246.547.908-37	181,00
Conc. Sup. De Fundos (VIAGENS)	Cobertura de viagens de servidores em fiscalização	Solino C Filho CPF 269.343.371-15	993,02
Conc. Sup. De Fundos (VIAGENS)	Cobertura de viagens de servidores em fiscalização	Mariona Gonçalves CPF 295.001.388-08	445,84
Conc. Sup. De Fundos (VIAGENS)	Cobertura de viagens de servidores em fiscalização	Esdras de O Macedo CPF 342.179.241-00	107,97
Conc. Sup. De Fundos (VIAGENS)	Cobertura de viagens de servidores em fiscalização	Leocir Fontana CPF 343.396.040-20	35,00
Conc. Sup. De Fundos (VIAGENS)	Cobertura de viagens de servidores em fiscalização	Carlos W F dos Santos CPF 359.632.981-72	492,01
Conc. Sup. De Fundos (VIAGENS)	Cobertura de viagens de servidores em fiscalização	Domicio V da Silva CPF 383.345.931-04	5.971,29
Conc. Sup. De Fundos (VIAGENS)	Cobertura de viagens de servidores em fiscalização	Márcia V S Bernardes CPF 440.607.421-04	492,63
Conc. Sup. De Fundos (VIAGENS)	Cobertura de viagens de servidores em fiscalização	Carlito Francisco Lopes CPF 456.029.481-04	1.376,04
Conc. Sup. De Fundos (VIAGENS)	Cobertura de viagens de servidores em fiscalização	Kenya M B. da S Squilas CPF 479.348.751-34	391,33
Conc. Sup. De Fundos (VIAGENS)	Cobertura de viagens de servidores em fiscalização	Cleverson S Acypreste CPF 546.795.676-00	259,27
Conc. Sup. De Fundos (VIAGENS)	Cobertura de viagens de servidores em fiscalização	Claudini V Deboni 585.917.371-72	1.585,02
Conc. Sup. De Fundos (VIAGENS)	Cobertura de viagens de servidores em fiscalização	Helvio Q dos Santos CPF 613.305.231-72	351,00
Conc. Sup. De Fundos (VIAGENS)	Cobertura de viagens de servidores em fiscalização	Josè D Ferreira CPF 315.937.556-00	233,44
Conc. Sup. De Fundos (VIAGENS)	Cobertura de viagens de servidores em fiscalização	Ana Lúcia Pereira CPF 343.396.040-20	240,35
Conc. Sup. De Fundos (VIAGENS)	Cobertura de viagens de servidores em fiscalização	Wendel A de S. Bernardo CPF 767.626.881-87	1.245,91
Conc. Sup. De Fundos (VIAGENS)	Cobertura de viagens de servidores em fiscalização	Angelita S Dias CPF 467.791.911-91	375,01
Conc. Sup. De Fundos (VIAGENS)	Cobertura de viagens de servidores em fiscalização	Carlos Michel C Kluthcouski CPF 798.929.061-87	190,88
Conc. Sup. De Fundos (VIAGENS)	Cobertura de viagens de servidores em fiscalização	Fernando Eberhardt CPF 081.940.797-91	2.742,14
Conc. Sup. De Fundos (VIAGENS)	Cobertura de viagens de servidores em fiscalização	Gabriela T Borges CPF 833.779.051-20	400,03
Conc. Sup. De Fundos (VIAGENS)	Cobertura de viagens de servidores em fiscalização	Ropdrigo Di G Graziani CPF 834.411.901-49	387,00
Conc. Sup. De Fundos (VIAGENS)	Cobertura de viagens de servidores em fiscalização	Robério A Machado CPF 837.541.561-87	229,90
Conc. Sup. De Fundos (VIAGENS)	Cobertura de viagens de servidores em fiscalização	Leonardo Andrade CPF 879.987.001-06	917,15
Conc. Sup. De Fundos (VIAGENS)	Cobertura de viagens de servidores em fiscalização	Ricardo A de F e Silva CPF 883.480.751-00	1.421,47
Conc. Sup. De Fundos (VIAGENS)	Cobertura de viagens de servidores em fiscalização	Arnoldo D de A Junqueira CPF 992.555.706.25	106,00

TOTAL

R\$ 48.195,17

ANEXO F
ITEM 11 DO
ANEXO II DA
DN – TCU 85/2.007

Anexo F- Atos de admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão praticados no exercício (item 11 do Anexo II da DN-TCU-85/2007)

ATOS	QUANTIDADE	REGISTRADOS NO SISAC Quantidade
Admissão	13	0
Desligamento	-	-
Aposentadoria	3	1
Pensão	9	0

Obs: Comentar sobre possíveis divergências entre a quantidade de atos praticados no exercício e a quantidade de atos registrados no Sistema SISAC, destacando se a unidade mantém controle dos julgamentos do TCU sobre os atos de admissão, desligamento, aposentadoria e pensões.

Gilson Nunes dos Santos
Chefe do SRH/SFA-GO